

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



Dissertação

**UNDIME, Conviva Educação e a organização do Sistema Educacional das
Secretarias Municipais de Educação Brasileiras**

Samantha de Souza Guterres

Pelotas, 2023.

Samantha de Souza Guterres

UNDIME, Conviva Educação e a organização do Sistema Educacional das Secretarias Municipais de Educação Brasileiras

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente.

Orientadora: Prof^a Dr^a Valdelaine da Rosa Mendes

Pelotas, 2023.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

G983u Guterres, Samantha de Souza

Undime, Conviva Educação e a organização do sistema educacional das Secretarias Municipais de Educação Brasileiras / Samantha de Souza Guterres ; Valdelaine da Rosa Mendes, orientadora. — Pelotas, 2023.

158 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Undime. 2. Parcerias público-privadas. 3. Conviva educação. 4. SMES. I. Mendes, Valdelaine da Rosa, orient. II. Título.

CDD : 370.981

Samantha de Souza Guterres

UNDIME, Conviva Educação e a organização do Sistema Educacional das Secretarias Municipais de Educação Brasileiras

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa: Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente.

Data da Defesa: 13/12/2022

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Valdelaine da Rosa Mendes (orientadora) - UFPEL

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Lorea Leite - UFPEL

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo - UFPEL

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Vera Maria Vidal Peroni - UFRGS

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pesquisas encontradas para o descritor “UNDIME”.
Quadro 2	Pesquisas encontradas para o descritor “União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação”
Quadro 3	Principais ações da UNDIME ao longo dos anos
Quadro 4	Parceiros da UNDIME.
Quadro 5	Parceiros do Conviva Educação
Quadro 6	Organização da Plataforma Conviva Educação
Quadro 7	Ferramentas Para Equipe.
Quadro 8	Ferramentas Para Gestão
Quadro 9	Cursos de outras instituições
Quadro 10	Descrição dos objetivos dos cursos do Conviva
Quadro 11	Projetos e Programas de Instituições parceiras do Conviva
Quadro 12	Programas e Projetos de outras Instituições privadas

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Mapa das secretarias cadastradas no Conviva nos estados brasileiros em 2019
- Figura 2 Mapa de adesão em tempo real das secretarias cadastradas no Conviva nos estados brasileiros em 2022
- Figura 3 Ferramenta de Convênios
- Figura 4 Exemplo da indicação de fichário de rotina sugerido pela plataforma para a Gestão Administrativa
- Figura 5 Exemplo do formulário para o cadastramento e acompanhamento dos convênios firmados com instituições privadas e órgãos
- Figura 6 Exemplo do formulário para o cadastramento e acompanhamento dos contratos que a Secretaria firma com fornecedores
- Figura 7 Apresentação do Guia de Uso do Conviva
- Figura 8 Proposta de organização de atividades para o grupo 1
- Figura 9 Proposta de organização de atividades para o grupo 2
- Figura 10 Proposta de organização de atividades para o grupo 3
- Figura 11 Quadro de propostas de atividades por grupos
- Figura 12 Proposta de atividades para o grupo 1, 1º mês, 1ª semana
- Figura 13 Área “Democrática” encontrada no campo de “Conteúdos” da plataforma
- Figura 14 Área de “Diagnóstico da Gestão Democrática” encontrado no campo de “Ferramentas” da plataforma
- Figura 15 Cursos de formação sobre a BNCC
- Figura 16 Aba de Cursos de outras Instituições do Conviva
- Figura 17 Área dos Cursos do Conviva ofertados através da plataforma Polo
- Figura 18 Ferramenta “Programas e Projetos”
- Figura 19 Divulgação do alcance de dois milhões de visualizações no Youtube

- Figura 20 Organização do canal Conviva no *Youtube*
- Figura 21 Matéria divulgada na plataforma Conviva sobre possibilidades de cursos formativos
- Figura 22 Estratégias para a formação dos Secretários de Educação
- Figura 23 Estratégias para os Gestores Escolares
- Figura 24 Estratégias para os Professores
- Figura 25 Notícia sobre lançamento do projeto Educação empreendedora
- Figura 26 Notícia sobre parceria da UNDIME e do SEBRAE
- Figura 27 Notícia sobre Programa de Educação Empreendedora

LISTA DE ABREVIATÓES

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DME	Dirigentes Municipais de Educação
ENEJA	Encontro Nacional de Educação de Jovens Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manuteno e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorizao do Magistério
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
ONG	Organizao Não Governamental
OSCs	Organizaoes da Sociedade Civil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRADIME	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação
UNDIME	Uno Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organizao das Naoes Unidas para Educao, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Naoes Unidas para a Infância
CE	Ceará
PB	Paraíba
PR	Paraná
RN	Rio Grande do Norte
BA	Bahia
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
PPGE	Programa de Pós Graduao em Educao

Dedico aos meus pais Dilsa e Adilson por terem sido a base e o exemplo para a construção do meu ser e a mim mesma, por acreditar me empenhar e sempre buscar entregar o meu melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, sem ele nada seria possível.

À Dilsa e ao Adilson, meus amados pais que tanto me ensinaram e se sacrificaram para que eu pudesse chegar até aqui. Vocês foram minha maior inspiração e força, e hoje compartilho essa vitória com vocês através dos meus pensamentos e orações.

Ao Rosber, meu amor, companheiro de vida e amigo, que tanto me acolheu nos momentos difíceis, dando amor, suporte emocional e me incentivando a nunca desistir. Gratidão por todos os cafezinhos, conversas e abraços acolhedores!

Aos meus irmãos, Sabrina e William, e minha sobrinha Wendy, que sempre se fizeram tão presentes na minha vida, me incentivando a nunca desistir dos meus sonhos. Gratidão pelos cuidados, pelas palavras de carinho e apoio durante esse processo.

Aos meus amados sogros, Cesar e Simone, que me deram todo o suporte possível para que eu pudesse continuar, com muito amor, acolhimento e carinho.

À minha querida orientadora Valdelaine, pelas orientações, ensinamentos, conversas e até mesmo desabafos. Gratidão pela paciência e carinho que tivestes comigo durante esse processo.

Aos professores que compõem a banca: Professoras Vera e Maria Cecília e Professor Giovanni, pela disponibilidade em contribuir com esse estudo.

A Universidade Federal de Pelotas e ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação.

Enfim, a todos que de alguma forma me deram suporte e apoio para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

GUTERRES, Samantha de Souza. **UNDIME, Conviva Educação e a organização do Sistema Educacional das Secretarias Municipais de Educação Brasileiras**. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Este estudo teve como objetivo central investigar como a UNDIME estrutura a plataforma Conviva Educação para exercer influência sobre a organização do sistema educacional das Secretarias Municipais de Educação brasileiras, considerando a grande capilaridade e incidência da associação, bem como da plataforma nos municípios brasileiros e o alinhamento de ambas com o setor privado empresarial. A pesquisa se caracterizou como uma pesquisa exploratória, com delineamento em estudo de caso, em que os documentos analisados foram obtidos a partir de uma investigação realizada através de materiais de livre acesso, com dados coletados no site da UNDIME e essencialmente no portal Conviva Educação. Para a análise e interpretação dos dados foram utilizados os procedimentos da “análise de conteúdo”, onde os dados coletados foram distribuídos em temáticas que buscaram refletir sobre todo esse processo. Verificou-se que a UNDIME constitui o Conviva Educação como uma plataforma que serve como porta de entrada para que o setor privado empresarial adentre as SMEs brasileiras e divulgue seus interesses para o campo educacional. Deste modo a plataforma não só opera sobre todas as áreas da gestão educacional nos municípios, mas também se utiliza de mecanismos alinhados ao setor privado mercantil para tal.

Palavras-chave: UNDIME; Conviva Educação; SMEs; Parcerias Público-privadas.

RESUMEN

GUTERRES, Samantha de Souza. **UNDIME, Conviva Educação y la organización del Sistema Educativo de las Secretarías Municipales de Educación de Brasil**. 2022. 150 ss. Disertación (Maestría en Educación) – Programa de Posgrado en Educación, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

El objetivo principal de este estudio fue discutir y reflexionar sobre cómo la Unión Nacional de Directivos Municipales de Educación (UNDIME) estructura la plataforma Conviva Educação para influir en la organización del sistema educativo de las Secretarías Municipales de Educación de Brasil, considerando la gran capilaridad e incidencia de la asociación, así como la plataforma en los municipios brasileños y la alineación de ambos con el sector privado empresarial. La investigación se caracterizó como una investigación exploratoria, con diseño de estudio de caso, en el que los documentos analizados se obtuvieron de una investigación realizada a través de materiales de libre acceso, con datos recopilados en el sitio web de la UNDIME y esencialmente en el portal Conviva Educação. Para el análisis e interpretación de los datos, se utilizaron los procedimientos de “análisis de contenido”, donde los datos recolectados fueron categorizados y distribuidos en temas que buscaban reflexionar sobre todo este proceso. Se constató que la UNDIME constituye Conviva Educação como una plataforma que sirve de puerta de entrada para que el sector privado ingrese a las SMEs brasileñas y difunda sus intereses en el campo educativo. De esta forma, la plataforma no solo opera en todos los ámbitos de la gestión educativa en los municipios, sino que también utiliza mecanismos alineados con el sector privado mercantil para este fin.

Palabras clave: UNDIME; Conviva Educação; SMEs; Asociaciones Público-Privadas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Problema e importância	12
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS	20
2.1	Produções científicas: UNDIME e Conviva Educação.....	21
3	CONCEITOS PARA PENSAR A RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ANTÔNIO GRAMSCI	29
3.1	A constituição ideológica e hegemônica na perspectiva Gramsciana .	30
3.2	Relação Público-Privado: o atual fio condutor da educação pública ...	37
4	A CONSTITUIÇÃO DA UNDIME NO BRASIL	43
4.1	UNDIME: surgimento na conjuntura nacional	43
4.1.1	UNDIME: Ramificações e alianças	50
4.1.2	O papel da UNDIME no processo de formulação da BNCC	57
5	OS RUMOS DA PLATAFORMA CONVIVA PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL A PARTIR DA RELAÇÃO COM O SETOR PRIVADO MERCANTIL	61
5.1	Plataforma de apoio, para quem?	61
5.1.1	Conviva Educação e o “combate ao coronavírus”	78
5.1.2	Conviva Educação: Apoio a gestão ou ataque a democratização da Educação?.....	82
5.2	Formação continuada de educadores municipais: quem está a frente?	105
5.2.1	Conviva Educação e os desfechos de uma formação para gestores e professores alinhadas a lógica privada empresarial	120
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS.....	147

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema e importância

Em 1986, período de forte democratização do Brasil, que teve início ainda na década de 1980 após um longo período de ditadura militar, marcado por importantes mudanças no quadro político do país, é criada a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Nesse sentido, de acordo com Oliveira (2014, p. 17) “a Undime surge, no cenário brasileiro, impulsionada pelas lutas de redemocratização no país”, como associação civil sem fins lucrativos, cujo principal objetivo era o de articular e mobilizar Dirigentes Municipais de Educação (DMEs) em nível nacional, integrando secretarias municipais de educação, que poderiam criar entre si, redes de troca de informações, formações e experiências.

Atualmente a UNDIME integra uma das principais associações do país da área da educação, com grande capilaridade, presente em todas as regiões e estados, de Norte a Sul. Além disso, de acordo com a associação, mantém contato com todas as esferas do poder público (legislativo, judicial e executivo), representando, de acordo com a associação, um papel importante e influente frente a sindicatos, órgãos governamentais, confederações, associações, movimentos sociais, organizações não governamentais, entre outras redes que tenham interesse no campo educacional público (UNDIME, 2020).

Através de toda essa articulação política, a UNDIME tem forte atuação frente ao âmbito educacional no Brasil, essencialmente no que diz respeito a formulação, aprovação e condução de políticas educacionais. De acordo com Oliveira (2014), a UNDIME vem ganhando um papel importante na formulação das políticas educacionais e sociais, essencialmente por conta da notoriedade, reconhecimento e prestígio que associação adquiriu nas últimas três décadas frente a determinadas sociedades civis e políticas no país.

Ainda de acordo com o autor, a UNDIME está sempre presente em todas as políticas, ações e programas criados pela União e estados, sendo uma articulação muito importante para a implementação das mesmas nos municípios brasileiros (OLIVEIRA, 2014).

No entanto, nos últimos anos, a associação vem estabelecendo uma forte rede de parceria com agentes do setor privado empresarial, que operam frente

a ações políticas, nas quais surgem como meios de reinstaurar um sistema educacional de “qualidade”, essencialmente através de uma forte tendência de colaboração entre estado e sociedade civil. Nesse sentido Freitas (2018) destaca que a UNDIME trabalha em articulação com instituições privadas e logo, de acordo com a lógica do setor empresarial.

Como meio de proporcionar um auxílio ainda maior aos DMEs, equipes técnicas das secretarias municipais de educação e professores, a UNDIME criou em 2013 a plataforma Conviva Educação, iniciativa da UNDIME e de 13 institutos e fundações parceiras, cujo objetivo seria o de apoiar o trabalho dos DMEs e equipes técnicas em diversas áreas de gestão, incluindo, transporte escolar, alimentação, área pedagógica, entre outras (CONVIVA, 2019, p. 03).

Cerca de 70% das prefeituras receberam novos dirigentes municipais de educação. Na eleição anterior, a renovação foi muito menor, perto de 40%. Nesse contexto de grande mudança nas redes, o Conviva Educação é lançado. As oito áreas de gestão da plataforma possuem conteúdos, ferramentas, documentos e vídeos, como o do Fundeb e instrumentos de planejamento orçamentário (CONVIVA, 2018).

Além disso, o Conviva serve como uma espécie de portal de notícias, cursos e formações de instituições privadas, essencialmente aquelas que com quem estabelecem algum tipo de parceria. É possível encontrar dentro da plataforma links que nos direcionam a cursos de apoio ao trabalho docente e de formação continuada que são fornecidos por instituições, como Instituto Natura, Telefônica Vivo, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, dentre outras.

A plataforma vem crescendo e tornando-se cada vez mais influente na organização do trabalho de gestores nos municípios, atingindo em 2018 86% das secretarias municipais de educação do país, recebendo mensalmente o acesso de 2.153 municípios (CONVIVA, 2018). Já em 2019, o Conviva contava com 91% dos municípios cadastrados no país; 46,9 mil usuários; 39,8 mil de SME (85%) e 7,1 mil de escolas (15%), com uma média de 2.288 acessos mensais e mais de 2 mil municípios que usaram alguma ferramenta oferecida pela plataforma (CONVIVA, 2019). Mesmo após a pandemia do Covid-19 o Conviva teve uma queda relativamente pequena comparada aos anos anteriores, fechando o ano de 2021 com 4.188 municípios cadastrados na plataforma, representando 75% do total de municípios do país. Além disso foram

mais de 1.990 secretarias de educação acessando mensalmente os conteúdos e ferramentas da plataforma. (CONVIVA, 2022).

Dirigentes municipais de educação e equipes técnicas das secretarias encontram no Conviva conteúdo sobre as diversas áreas de gestão da educação pública municipal, ferramentas para apoiar sua rotina e ambientes de trocas de experiências. O uso de todo o ambiente é 100% gratuito. Mais de 90% das secretarias municipais de educação brasileiras estão cadastradas na plataforma (CONVIVA, 2019, p. 04).

Através dos dados apresentados acima, percebe-se a força da UNDIME e conseqüentemente dos parceiros nos municípios brasileiros, demonstrando uma influência significativa também do Conviva nas redes de ensino municipais, o que nos leva a refletir sobre quais conteúdos estão sendo divulgados nessa plataforma, visto que assim como a UNDIME, o Conviva estabelece parceria com o grande empresariado “filantrópico” brasileiro e dentro da plataforma podemos encontrar conteúdos alinhados a lógica desses parceiros para a educação pública. Apesar de se denominarem como entidades generosas, essas instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, como comumente costumam apresentar-se, acabam deixando explícito que isso trata-se de um “investimento” nos nichos da vida social, dentre eles a educação (FONTES, 2020).

O termo filantropia está na moda, mas nubla as questões envolvidas, exatamente por deixar à sombra as demais relações que tais “doadores” mantêm com as diversas instâncias de poder, os recursos públicos com os quais se nutrem e, finalmente, porque tal termo enfatiza a atuação contemporânea das entidades como se fossem apenas “sem fins lucrativos”. Ora, há uma enorme quantidade e variedade de entidades associativas empresariais, sem fins lucrativos, porém voltadas diretamente para a defesa corporativa de empresas, corporações, empresários, setores de atividade, etc. Ademais, parcela expressiva desse empresariado se apresenta como “investimento social privado” (FONTES, 2020, p. 18).

A maior parte dessas organizações, vêm expressando, conforme Fontes (2020, p. 19) “disputas intraclasses dominantes em torno do direcionamento econômico, da definição de políticas públicas e da formação de seus quadros ‘lideranças’, o que nos faz refletir se essas instituições sem fins lucrativos são realmente filantrópicas, ou estão apenas buscando atender seus interesses mercantis, buscando espaço na sociedade e condições lucrativas através de uma falsa generosidade.

Sob uma ótica mais acurada podemos perceber que todas essas ações fazem parte de um projeto de sociedade, no qual a educação se tornou peça chave para servir interesses mercantis, hegemônicos e ideológicos, onde cada vez mais o setor privado empresarial direciona e define a esfera pública.

Observa-se que o poder público se afasta cada vez mais da incumbência de executar e direcionar as políticas públicas, sobretudo as educacionais (PERONI, 2016). Conseqüentemente ou deliberadamente, isso abre um espaço de destaque e poder para que o privado defina e institua o que deve ou não fazer parte da educação brasileira. Por isso, concordamos com Peroni (2016), quando a autora relata que na relação público-privada no neoliberalismo, o papel do Estado

Seria o de retirar-se da provisão das políticas, através da execução direta ou do financiamento, com a justificativa de racionalizar recursos _ que em muitos casos, o Estado continua financiando os programas, apesar da execução ser privada. No que se refere à direção, observamos, em alguns casos, que o poder público continua sendo o executor, mas a direção e controle passam a ser de instituições privadas, como nos casos do Instituto Ayrton Senna e Instituto Unibanco (PERONI, 2016, p. 08).

Nesse sentido, percebemos que a privatização na educação ocorre através de várias vertentes, sendo de acordo com Peroni (2016, p. 9), “complexa e multifacetada”. Seja por meio da administração, gestão, ou repasse de decisão do que deve ser conteúdo na educação, o que ocorre é que o setor público está “vestindo” a lógica privada (PERONI, 2016).

Todo esse processo ocasiona grandes danos para a democratização da educação, porque repassa decisões importantes do setor público para o setor privado empresarial. Através disso o setor empresarial cria uma expressividade cada vez mais potente no que se refere a educação pública, estabelecendo o que é qualidade. No entanto é preciso pontuar aqui que o tipo de qualidade que esses grupos buscam possui um sentido muito limitado, no qual em geral, visam atender apenas os interesses da elite.

Apesar dessas parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OCSs) aparentarem um avanço democrático, o que ocorre é que esse processo resulta na organização de instituições vinculadas ao mercado na influência de políticas educacionais que vão ao encontro dessa lógica mercantil, “redefinindo as

fronteiras entre o público e o privado com implicações para o processo de democratização” (PERONI, 2016, p. 14). Na medida em que a execução e direção de processos educacionais são transferidas para o setor privado empresarial, há uma limitação no que se refere ao acompanhamento dessas ações, ocasionando em um grande prejuízo para a participação e controle público de cidadãos que atuam dentro da nossa sociedade sobre tais intervenções. Peroni, Caetano e Lima (2017, p. 422), contribuem para a compreensão desses prejuízos para democratização da educação quando expõem que:

com a naturalização do privado no público, a democratização da educação e da escola retrocedem, há um esvaziamento da participação, autonomia e transparência dos sistemas e as políticas de educação são impressas de cima para baixo, de fora para dentro.

Portanto, deve-se pensar no tipo de formação que o setor privado empresarial almeja e que indivíduos querem formar? Será que esta educação busca uma formação autônoma, emancipada e crítica, ou apenas uma forma de produzir valores e ideais que atendam aos interesses mercantis de uma determinada classe?

Esses questionamentos, nos levam a refletir sobre a importância de compreender o papel da UNDIME, bem como do Conviva nos rumos de políticas educacionais e formações de educadores no país, buscando compreender qual a influência da associação frente as SMEs brasileiras, essencialmente através da plataforma Conviva Educação.

Diante destas questões é que se torna tão importante entender como esses agentes se envolvem no direcionamento de políticas educacionais, formações continuadas, dentre outras, considerando que tanto a UNDIME quanto o Conviva aparentam servir como uma ponte entre o setor empresarial e as secretarias municipais de educação, o que gera influência em diversos aspectos, inclusive sobre a condução de políticas educacionais curriculares, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Sabemos que é através do currículo da formação e da escola que o grande empresariado reafirma suas ambições, valores e interesses, portanto servir de “palco” para que este setor divulgue suas ações e convicções seria

mais uma forma de validar suas ideologias frente à educação pública.

Uma plataforma com ferramentas que visam subsidiar a gestão escolar, com notícias, cursos formativos e materiais de apoio, protagonizada pelo setor privado mercantil, trata-se de mais um meio de privatização da gestão da educação pública em consonância com a lógica mercantil.

A partir dos apontamentos apresentados até aqui e considerando que a UNDIME bem como o Conviva, demonstram grande articulação com o setor privado empresarial, o objetivo central deste estudo é investigar como a UNDIME estrutura a plataforma Conviva Educação para exercer influência sobre a organização do sistema educacional das Secretarias Municipais de Educação brasileiras.

A partir disso, os objetivos específicos estão assim delineados: Analisar o processo histórico da UNDIME, identificando como a associação se constituiu ao longo dos anos; Compreender o processo de construção da plataforma conviva educação; Identificar quais são as parcerias da UNDIME e do Conviva Educação com o setor privado empresarial; Identificar como a relação da UNDIME através do Conviva Educação com o setor privado mercantil, define os conteúdos e ações da educacionais; e Compreender o processo de articulação do setor público com o setor privado empresarial.

Importante ressaltar neste momento também, que durante a escrita deste estudo, sempre que nos referirmos ao setor privado, estaremos tratando sobre o setor privado empresarial/mercantil. Em casos específicos que não se enquadrem nesses, destacaremos à qual iremos nos referir.

Considerando os apontamentos até aqui, torna-se importante ressaltar que o desejo de discutir e refletir acerca da UNDIME e de como ela vem se articulando-se com o setor privado empresarial, parte da compreensão de que esta associação, assim como a plataforma Conviva Educação possuem forte influência sobre as Secretarias Municipais de Educação (SMEs) e conseqüentemente na organização como um todo deste âmbito. Além disso, vemos a importância de discutir sobre uma associação representante dos DMEs, indivíduos que são indispensáveis na educação pública municipal para condução de formações continuadas não só de professores, mas também de gestores e equipes técnicas das secretarias, assim como na condução de políticas públicas educacionais dentro do âmbito municipal. Isso nos demonstra o quão relevante

é tratar sobre esse assunto, essencialmente quando é visível que a UNDIME mantém um contato constante com o setor privado mercantil.

Ademais, a UNDIME através do Conviva Educação divulga e estimula com frequência que professores e gestores participem de formações e acessem materiais de instituições extremamente vinculadas ao mercado, o que provavelmente trará reflexos e impactos alinhados a este setor nas práticas cotidianas das escolas, bem como na formação dos indivíduos que permeiam este ambiente. Portanto, esta investigação reveste-se de relevância, justamente, pela possibilidade de apresentar elementos que possibilitem a compreensão de como essa associação se articula com outras organizações a fim de exercer influência no planejamento e execução do trabalho na área educacional nas SMEs do país.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu art. 211, § 2º “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996), o que nos demonstra que as instituições municipais de ensino possuem a incumbência formativa de crianças e adolescentes em fases extremamente relevantes para a construção crítica. Logo, se submetida a interesses hegemônicos de uma classe burguesa que visa uma formação completamente contrária a princípios emancipatórios, autônomos e reflexivos, pode restringir-se a apenas reproduzir indivíduos que atendam aos interesses dessa classe. Deste modo, uma plataforma de apoio ao trabalho desenvolvido nas SMEs, como é o caso do Conviva Educação, pautada e direcionada pelos interesses do setor privado empresarial, pode contribuir significativamente para este modelo de formação.

O Conviva Educação por sua vez, sendo uma ferramenta de apoio formativo da UNDIME, que possui uma influência substancial frente ao setor municipal e nacional como um todo, deve ser visto sob uma ótica mais profunda, essencialmente neste cenário em que vivenciamos uma forte tendência de privatização da Educação Pública no país.

Portanto, por considerar que a UNDIME assim como o Conviva Educação vêm mostrando-se cada vez mais presentes nas SMEs em nível nacional, torna-se importante que exista um olhar mais minucioso sobre a associação e essencialmente sobre o Conviva e suas ferramentas, especialmente pelo

elemento formativo que estes materiais carregam consigo a partir do momento que chegam às escolas e professores da educação básica municipal.

Nesse sentido, torna-se essencial discutir sobre quais encaminhamentos estão sendo dispostos para o âmbito educacional na plataforma Conviva Educação. Precisamos atentar para as orientações que chegam até os gestores educacionais e conseqüentemente até as escolas e professores relativas à educação, para que assim tenhamos subsídios que nos levem a refletir sobre estes processos e não apenas reproduzi-los, essencialmente por entender que o currículo escolar é um determinante para formação de sujeitos dentro da nossa sociedade.

Fundamentando-se nesses pontos, vemos a importância de que haja cada vez mais discussões sobre a UNDIME e o Conviva Educação, principalmente por tratar-se de uma associação permeada por interesses do setor privado mercantil, que devem receber devida atenção e reflexão, para que assim possamos cada vez mais compreender esses processos bem como seus impactos na sociedade.

Para além, espera-se que esta dissertação possa contribuir para outras discussões e estudos não somente acerca do Conviva Educação e da UNDIME e suas implicações no campo educacional, sobretudo pela ausência de estudos que tratem sobre as ações da associação e essencialmente da plataforma, mas também sobre projetos hegemônicos que visam controlar a educação de acordo com seus interesses.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

De acordo com as classificações de pesquisa elaboradas por Gil (2008) este estudo se caracteriza quanto seus procedimentos como uma pesquisa exploratória, com delineamento em pesquisa documental.

Pesquisas exploratórias têm como propósito desenvolver, explicar e modificar conceitos e ideias, buscando possibilitar um olhar mais completo, de tipo “aproximativo”, sobre determinado fato. (GIL, 2008).

Outrossim, trata-se de uma pesquisa documental, que apesar de ser muito semelhante a uma pesquisa bibliográfica, diferencia-se quanto a natureza das fontes, utilizando-se de instrumentos que geralmente ainda não tiveram uma análise mais minuciosa. (GIL, 2008). Sendo assim, a fonte para obtenção dos dados da pesquisa deve ser exclusivamente documental, podendo estes serem classificados como primários ou secundários (MARCONI e LAKATOS, 2003), ou de “primeira mão” e “segunda mão” (GIL, 2008).

Documentos primários ou de primeira mão, tratam-se daqueles que ainda não receberam nenhuma análise, isto é, documentos selecionados pelo autor, tais como: documentos oficiais; reportagens; publicações parlamentares e administrativas; diários; contratos; fotografias; cartas, dentre outros. (MARCONI e LAKATOS, 2003; GIL, 2003). Ainda de acordo com os autores, os secundários ou segunda mão, se referem aqueles documentos que de algum modo já receberam algum trato analítico, isto é, que partiram de fontes primárias, como por exemplo: relatórios de pesquisa; pesquisas utilizando correspondência de outras pessoas; tabelas estatísticas; etc.

Neste caso, os documentos analisados foram obtidos a partir de uma investigação realizada através de materiais de livre acesso, essencialmente dados obtidos pelo próprio site da UNDIME e do portal Conviva Educação, a fim de analisar como a associação vem traduzindo, fomentando e articulando-se aos interesses do setor privado empresarial através do Conviva e identificando como esses grupos vêm usufruindo da plataforma para divulgar seus conteúdos e pautas na área da educação pública.

Os principais documentos analisados dentro do ambiente virtual do Conviva foram as ferramentas disponibilizadas, os conteúdos divulgados e os cursos de formações ofertados tanto pelo Conviva quanto pelos parceiros da

plataforma, observando as descrições, bem como matérias e notícias que envolvessem esses assuntos. Além disso, foram analisados também videoconferências, notícias, guias e as áreas institucionais da UNDIME e do Conviva.

Para a análise e interpretação dos dados foram utilizados os procedimentos da “análise de conteúdo” propostos por Bardin (2001) e discutidos por Gomes (2007). O autor apresenta quatro procedimentos para a análise e interpretação dos dados em pesquisas qualitativas: “categorização, inferência, descrição e interpretação” (GOMES, 2007 p.87). Para tanto, o autor propõe que, em primeiro lugar, seja decomposto o material a ser analisado em partes; em seguida que essas partes sejam distribuídas em categorias; a seguir, que sejam realizadas inferências dos resultados e, finalmente, seja realizado “a interpretação dos resultados obtidos com o auxílio da fundamentação teórica adotada” (GOMES, 2007, p. 88).

Assim sendo, o estudo foi organizado em três grandes temas de análise, que são: Conceitos para pensar a relação público privada a partir das contribuições de Antônio Gramsci; A constituição da UNDIME no Brasil; Os rumos da plataforma Conviva para a Educação Municipal a partir da relação com o setor privado mercantil. A partir disso, foram criados subtítulos que fazem a discussão dos temas abordados.

Ainda tratando-se dos caminhos metodológicos, foi realizado uma pesquisa a fim de verificar o que vem sendo produzido sobre a UNDIME e a plataforma Conviva Educação no campo bibliográfico. A seguir, serão apresentados os levantamentos dessa busca.

2.1 Produções científicas: UNDIME e Conviva Educação

Neste momento, buscamos encontrar estudos semelhantes a este, de modo a identificar a produção científica já realizada acerca da temática abordada nesta dissertação. O objetivo desse levantamento foi o de compreender de que modo o meu objeto de estudo, neste caso a UNDIME e o Conviva Educação, vem desenhando-se dentro do âmbito acadêmico, de modo que todo o conjunto de trabalhos encontrados a partir dessa busca, pudessem também contribuir para a construção desse estudo.

Para tal, foram escolhidos dois bancos de dados respectivamente, o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o banco de Periódicos da Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Iniciamos nossas buscas na CAPES, em 29 de setembro de 2020. Essa pesquisa já havia sido realizada anteriormente, porém devido a modificação quanto ao objetivo deste estudo, após a defesa de qualificação do mesmo, vimos a necessidade de realizar esta busca novamente, alterando os descritores que haviam sido utilizados na primeira busca. A partir disso, utilizamos como descritores as palavras “UNDIME”, “União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação” e “Conviva Educação”.

Através do descritor “UNDIME”, foram encontrados 36 trabalhos sobre assuntos que envolviam a associação. A busca foi refinada apenas para a “Grande Área do Conhecimento” com o filtro de “Ciências Humanas”. Optamos por não aplicar mais nenhum refinamento para esta busca, a fim de ter uma maior percepção sobre o que vem sendo produzido sobre esta temática. Neste caso, restaram 31 trabalhos, sendo 14 dissertações e 17 teses, que serão demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Pesquisas encontradas para o descritor “UNDIME”.

TÍTULO	PESQUISADOR (A)	ANO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
Dissertação: O Plano Nacional de Educação e os desafios para a elaboração dos Planos Municipais de Educação	Nascimento, Tatiane Oliveira Santos	15 de março de 2018	Universidade do Oeste Paulista (UNIOESTE)	Plano Municipal de Educação; Plano Nacional de Educação; Gestão dos sistemas de ensino; Sistema Nacional de Educação Participação
Dissertação: As influências dos Agentes Públicos e Privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular	Avila, Jaqueline Boeno D.	27 de março de 2018	Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNIOESTE)	Agentes Públicos e Privados; Base Nacional Comum Curricular; Política educacional; Estado.
Dissertação: A Campanha Nacional pelo Direito à Educação: determinantes sócio-históricos do projeto	Tuão, Renata Spadetti	11 de dezembro de 2018	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Hegemonia; Educação para Todos; Direito à Educação.

de concertação Nacional				
Dissertação: A UNDIME e a municipalização do ensino com ênfase ao estado do Paraná, 1986 - 2000	<u>Pinheiro, José Vanelli</u>	01 de dezembro de 2001		UNDIME Municipalização Municipalization
Dissertação: UNDIME Revisitada desvelando uma Entidade através de sua trajetória	Alves, Maria José Lindgren	30 de novembro de 1999	Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro	Educação e Estado, Brasil Educação, Brasil Sistemas de escolas municipais Educação, Dissertações, Escolas públicas, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Dissertação: Educação Municipal e Política Educacional: refletindo sobre as ações da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco UNDIME-PE	Santos, Silvana De Jesus Pina Dos.	01 de novembro de 2006	Universidade Federal De Pernambuco	Política Educacional, UNDIME, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco, Regime de Colaboração, Educação Municipal e Descentralização.
Dissertação: Financiamento da Educação no Campo na Amazônia Paraense: uma análise dos investimentos do Ministério da Educação no estado do Pará	Gama, Sônia Maria Fonseca	01 de abril de 2008	Universidade Federal Do Pará	Educação rural, Pará – Estado, Educação e Estado, Financiamento da educação e Amazônia brasileira.
Dissertação: A municipalização do ensino fundamental em processo: um estudo de caso em três municípios do interior paulista	Borghi, Raquel Fontes	01 de agosto de 2000	Universidade Est.Paulista Júlio De Mesquita Filho	Não consta
Dissertação: As contribuições do Curso de Especialização da Escola de Gestores para o exercício da gestão escolar democrática	Nascimento, Lindalva Gouveia	01 de novembro de 2012	Universidade Federal Da Paraíba/João Pessoa	Trabalho não encontrado.
Dissertação: Avaliação de Política Pública: o proinfo e sua gestão no município de Parnamirim-RN (2009-2012)	Rocha, Maria Das Vitorias Ferreira Da.	27 de fevereiro de 2013	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	Política pública, Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), Avaliação, Professores, Atividades políticas, Política educacional.

Dissertação: Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial	Heleno, Carolina Ramos	04 de abril de 2017.	Universidade Estadual De Feira De Santana	Política Educacional, Banco Mundial, Base Nacional Comum Curricular, Educação para o Conformismo.
Dissertação: Programa Nacional Escola de Gestores para a Educação Básica: um olhar sobre a proposta e execução na Paraíba (2010-2012)	Melo, Edinalva Alves Aguiar Carvalho D	24 de fevereiro de 2017	Universidade Federal Da Paraíba	Política educacional, Formação continuada de gestores, Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, Gestão escolar democrática e Regime de colaboração
Dissertação: Conselhos Municipais de Educação na Instituição dos Sistemas Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul'	Silva, Darci Bueno Da.	01 de janeiro de 2009.	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	Gestão democrática, Sistema municipal de ensino e Conselho Municipal de Educação.
Dissertação: Inclusão sociodigital: um olhar sobre o Proinfo na região metropolitana de Belo Horizonte	Santos, Ademir Jose Dos	10 de abril de 2013	Centro Federal De Educação Tec. De Minas Gerais	Proinfo, Capacitação de Professores, Informática Educativa, Tecnologias da Informação e Comunicação.
Tese: A atuação do "Comitê Local do Compromisso" no âmbito do Plano de Ações Articuladas: implicações para a democratização da Gestão da Educação Básica em municípios Sul-Mato-Grossenses (2011-2014)	Yari, Alexandra Pires do Prado	19 de fevereiro de 2018	Universidade Católica Dom Bosco	Plano de Ações Articuladas; Comitê Local do Compromisso; Gestão Democrática da Educação Básica.
Tese: Regime de colaboração entre o Estado e municípios do Rio Grande do Sul frente ao sistema de avaliação em larga escala	Koentz, Carmen Maria	23 de fevereiro de 2018	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Regime de colaboração; Avaliação em larga escala; Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS).
Tese: O mercado da formação continuada no Brasil: a presença do Empresariamento Social Privado	Viegas, Elis Regina dos Santos	07 de maio de 2019	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Política Educacional; Relações público-privadas; Empresariamento Social Privado; Formação continuada de professores; Privatização da Educação.
Tese: Fundamentos históricos e políticos da União dos Dirigentes Municipais	Oliveira, Luiz Carlos Santos de.	13 de fevereiro de 2014	Universidade Federal Da Bahia	UNDIME, Democracia, Representatividade, Política, Educação

de Educação de Alagoas				
Tese: O conceito normativo do regime de colaboração enquanto construção do espaço público de direitos: mediações na interlocução institucional do percurso do Prof. Dr. Neroaldo PONTes Azevedo	Leclerc, Gesuína de Fátima Elias.	01 de abril de 2007	Universidade Federal Da Paraíba/João Pessoa	Regime de Colaboração, Espaço Público de Direitos, Habermas, Ricoeur Geertz, Lakoff, Undime, Democracia, Fato Institucional, Narrativa, Neroaldo Pontes de Azevedo
Tese: Formação do Gestor Escolar em curso de pósgraduação: Análise da experiência da Escola de Gestores da Educação Básica em Pernambuco	Melo, Darci Barbosa Lira De	27 de março de 2013	Universidade Federal De Pernambuco	Política de formação continuada, Gestor escolar, Regime de colaboração e Gestão democrática.
Tese: Políticas Educacionais de formação de professores no estado do Tocantins: intenção e realidade	Pinho, Maria José de.	01 de maio de 2004	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	Trabalho não encontrado.
Tese: Formação continuada a distância para gestores escolares: estudo avaliativo da política de cursos de pós-graduação lato sensu (2009-2011)	Dalva, Gercina.	27 de fevereiro de 2015	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	Política educacional, Formação de gestor escolar, Curso lato sensu, Qualidade socialmente referenciada e Ambiente virtual.
Tese: Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente	Barbosa, Andreza.	01 de março de 2011.	Universidade Est.Paulista Júlio De Mesquita Filho/Araraquara	Educação - Brasil, Políticas públicas, Salários, Políticas públicas educacionais, Trabalho docente, Carreira docente e Professores brasileiros
Tese: Política de transporte escolar rural no Rio Grande do Sul : configuração de competências e de relações (inter)governamentais na oferta e no financiamento	Pergher, Calinca Jordania	26 de fevereiro de 2014	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	Transporte escolar, Educação rural, Políticas públicas e Financiamento da educação.
Tese: A história da África entre embates e dilemas:caminhos e descaminhos para implementação e aplicabilidade da lei 10.639/2003 na	Aguiar, Fernando José Ferreira	01 de maio de 2012	Fundação Universidade Federal De Sergipe	Trabalho não encontrado.

experiência escolar da rede pública estadual em Sergipe				
Tese: Municipalização do ensino em Goiás	Flôres, Maria Marta Lopes	01 de janeiro de 2005.	Universidade Metodista De Piracicaba	Trabalho não encontrado.
Tese: Financiamento da educação: do FUNDEF ao FUNDEB - repercussões da política de fundos na valorização docente da rede estadual de ensino do Pará - 1996 a 2009'	Carvalho, Fabricio Aarão Freire.	01 de fevereiro de 2012	Universidade De São Paulo	Financiamento da Educação, Política de fundos: FUNDEF/FUNDEB e Valorização docente.
Tese: Carreira do magistério em municípios de goiás e o potencial de financiamento educacional'	Machado, Jarbas De Paula	22 de agosto de 2015.	Universidade Federal De Goiás	Financiamento da educação, Potencial de financiamento educacional local e Estatutos e planos de carreira do magistério.
Tese: O pacto nacional pela alfabetização na idade certa (pnaic) no rio de janeiro: implementação e (re)formulação da política	Ramos, Maria Elizabete Neves.	07 de fevereiro de 2020.	Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro	PNAIC, Implementação de política pública e Regime de colaboração.
Tese: Dirigentes municipais de educação: modos de regulação dos sistemas educacionais e subjetividades	Cardoso, Mauricio Estevam.	10 de julho de 2015	Universidade Federal De Minas Gerais	Modos de regulação dos sistemas educacionais, Lógicas de ação, Subjetividades e Dirigentes municipais de educação.
Tese: A formação de conselheiros municipais de educação e a gestão democrática dos sistemas municipais de ensino: uma política pública em ação	Batista, Neusa Chaves	01 de junho de 2009	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	Política Educacional, Gestão Democrática, Ensino Público, Conselheiro – Formação, Conselho Municipal de Educação e Programa Pró Conselho.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através do Catalogo de Teses e Dissertações da Capes, 2020.

Para o segundo descritor “União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação”, foram encontrados 13 estudos. Novamente a busca foi refinada com o filtro de “Grande Área do Conhecimento” para “Ciências Humanas” o que não alterou o resultado final, seguindo com os mesmos 13 trabalhos, sendo oito dissertações e seis teses. No entanto, destes, 11 já haviam sido encontrados através do descritor anterior, restando, portanto, dois trabalhos que serão demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Pesquisas encontradas para o descritor “União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação”

TÍTULO	PESQUISADOR (A)	ANO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
Dissertação: A Base Nacional Comum Curricular em questão	Rodrigues, Vivian Aparecida Da Cruz.	31 de janeiro de 2017	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	Base Nacional Comum Curricular, Currículo e Currículo Nacional
Tese: A revitalização e a reestruturação do Instituto Nacional De Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no contexto da reforma do Estado: 1995 a 2002	Souza, Thais Rabello De.	31 de agosto de 2017	Universidade Federal Fluminense	NEP, Reestruturação, Política Educacional e Cooperação Internacional.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através do Catalogo de Teses e Dissertações da Capes, 2020.

Para a descritor “Conviva Educação, não foi encontrado nenhum trabalho.

Utilizamos os mesmos critérios e descritores para a busca nos Periódicos da Scielo, no entanto não encontramos trabalhos para nossa busca.

A partir disso, foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos encontrados na CAPES, com o intuito de identificar possíveis afinidades que pudessem contribuir com esta pesquisa.

Os estudos encontrados apresentaram uma grande variedade de assuntos, temáticas e análises e apesar de existir uma ausência de estudos sobre o Conviva Educação, obtivemos informações importantes sobre a UNDIME que foram fundamentais para a construção deste trabalho. Também demonstram que apesar de existir um número considerável de trabalhos acerca UNDIME, pouco se fala na relação da associação com o setor privado empresarial e os desencadeamentos dessa relação para a educação municipal brasileira, bem como para a formulação de políticas educacionais, considerando a frequente presença e influência da UNDIME na construção e implementação dessas políticas.

Além disso, apesar da UNDIME ser muito citada em trabalhos que abordam temáticas relacionadas a áreas da educação municipal, como por

exemplo, transporte escolar, regime de colaboração, formação continuada, dentre outros, essa abordagem parece ocorrer de forma mais neutra, não dando muita ênfase no papel ideológico da associação.

O primeiro estudo encontrado sobre a UNDIME é datado em 1999, o que indica que a associação já se encontra como um assunto importante a ser abordado há bastante tempo, demonstrando sua atuação frente a temas relacionados a Educação pública.

Dentre os trabalhos encontrados, o que mais dialogou e contribuiu com este estudo foi realizado por Elis Regina dos Santos Viegas, intitulado “O mercado da formação continuada de Professores no Brasil: a presença do empresariamento social privado”. A referente pesquisa foi utilizada como embasamento para esta dissertação em muitos momentos, pela relevância dos dados tanto da UNDIME como do Conviva, na qual apresentou.

A autora buscou analisar como se dão as formações continuadas de professores da rede pública, ofertadas pelo setor privado empresarial na atualidade, tendo como foco não só a formação continuada de professores, mas também como o setor privado mercantil influi diretamente nessa formação. Portanto, demonstrou muitos elementos que puderam contribuir com o referido estudo, essencialmente por abordar o papel da UNDIME, bem como do Conviva nesse processo. Apesar de tratar especificamente da formação continuada dos professores com relação a implementação da BNCC, assemelha-se muito ao foco da pesquisa e trouxe contribuições importantes para o embasamento teórico e discussão do estudo, essencialmente pelo fato de trazer um capítulo completo sobre a plataforma Conviva, abordando informações de teor mais crítico, que dificilmente são encontradas em outros estudos, onde geralmente a plataforma é apenas citada como um adendo da UNDIME, não havendo um detalhamento do potente instrumento de representação de grupos hegemônicos no qual o Conviva indica ser.

3 CONCEITOS PARA PENSAR A RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ANTÔNIO GRAMSCI

A relação público-privado, como visto anteriormente, cresce demasiadamente no país, principalmente através da educação pública. Vimos também, que essas parcerias se dão, essencialmente, através da coparticipação de organizações não governamentais privadas, com ou sem fins lucrativos, que através da educação inserem sua lógica mercantil, desde o início do ciclo de formação das crianças e jovens, seja através do currículo, da gestão escolar, da produção de materiais até a formação inicial e continuada de professores. De acordo com Costa (2018, p. 114) “é notória a presença maciça da classe dominante constituída por entidades empresariais mascaradas de entidades sem fim lucrativo, o que apenas reforça o sentido mercadológico da Educação visto por esses grupos”.

Em outras palavras, essas parcerias surgem como um pretexto de qualificar uma educação que muitas vezes sofre fortes críticas da população pelos baixos índices de qualidade, que na maioria das vezes são medidos através de avaliações que desconsideram dimensões importantes para a formação, enfatizando apenas resultados de provas estandardizadas. No entanto, diversos estudos apontam, como já visto, para intenções intrínsecas por trás dessas parcerias, que buscam uma formação voltada para atender os interesses do mercado, logo, cerceada a uma lógica capitalista, acrítica e que se propõe a substanciar a hegemonia de uma classe dominante.

Por esse e outros motivos, o capítulo a seguir busca compreender como essas organizações operam dentro de um projeto de sociedade e porque a educação é um alvo interessante para a manutenção do aparelho hegemônico.

Na busca pela compreensão e respostas para tais questionamentos, recorreremos a Gramsci, por acreditar que o autor apresenta importantes conceitos que nos levam a compreender como a classe dominante materializa seus interesses na sociedade, o que possibilita uma maior percepção do papel do Estado na atual sociedade capitalista, devido ao fato de Gramsci nos proporcionar uma visão mais ampla sobre Estado para além do seu sentido estrito (PARO, 2012). Para tal, recorreremos essencialmente a Carlos Nelson Coutinho, com a tradução dos escritos de Gramsci, através da organização do livro *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935* que me conduziram aos

Cadernos do Cárcere e também de Vitor Henrique Paro através do livro *Administração Escolar: Introdução a Crítica*.

3.1 A constituição ideológica e hegemônica na perspectiva Gramsciana

Ao decorrer desta seção, dialogaremos a partir de alguns conceitos de Gramsci como dito acima, a fim de buscarmos uma compreensão mais embasada sobre dois conceitos (hegemonia e ideologia) muito importantes para a percepção da sociedade em que vivemos, essencialmente do campo político.

Partimos do ponto em que a sociedade capitalista está organizada em duas divisões: infraestrutura e superestrutura. Apesar da infraestrutura estar estritamente relacionada ao modo de produção (força de produção e relação social de produção) e a superestrutura estar essencialmente relacionada a formação humana, o que de certo modo trata-se de hegemonia ideológica, ambas estão intimamente relacionadas apesar de suas particularidades. Nesse sentido, Gramsci (1999) apresenta que “a estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”.

Pode-se dizer que a infraestrutura condiciona a superestrutura, considerando que é no campo da superestrutura que se encontram a Sociedade Política e a Sociedade Civil, “instâncias, dialeticamente interligadas, mas que possuem suas especificidades” (PARO, 2012, p.108), constituindo assim uma classe dominante na sociedade.

A Sociedade Política, ou Estado no sentido estrito, congrega o conjunto de atividades que dizem respeito a função de coerção ou domínio direto, enquanto a Sociedade Civil agrupa os organismos chamados “privados”, cuja função primordial é a de persuasão. (PARO, 2012, p. 108).

Nesse caso, a superestrutura através da ideologia, visa manter as relações de produção presentes na infraestrutura de modo a conservar a classe dominante no poder. Assim sendo, pode se dizer que uma está estritamente relacionada a outra, compondo uma única unidade dentro da organização da sociedade capitalista.

Para que possamos compreender melhor como essas superestruturas operam no campo ideológico é necessário examinar as especificidades presentes nos conceitos de Sociedade Civil e Sociedade Política, apesar de entender que uma está correlacionada a outra. Coutinho (2011, p. 26) assevera que ao passo que a Sociedade Política tem suas forças na burocracia militar e executiva, a Sociedade Civil possui, “o que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismos sociais relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito”. Ainda de acordo com o autor, as duas esferas (Sociedade Política e Sociedade Civil) caminham juntas para conservar e ou promover uma base econômica distinta que vai de acordo com interesses de uma classe social fundamental. No entanto, o modo de como isso ocorre varia em ambos os casos. Assim sendo, essas duas instâncias apesar de atuarem juntas no sentido de domínio sobre grupos contrários, possuem especificidades para instituir tal domínio.

Paro (2012), apresenta de forma muito detalhada, características de cada instância que facilitam nosso entendimento sobre elas. O autor traz que de acordo com o pensamento de Gramsci, no campo da Sociedade Política, a classe no poder utiliza como instrumento a coerção estatal, ou seja, forças armadas, legislação, polícia, etc., esse aparelho coercitivo é utilizado para disciplinar grupos que vão contra os pressupostos da classe dominante. Para além, a coerção também é utilizada nos casos em que o consenso voluntário não ocorre. Já no âmbito da Sociedade Civil, de acordo com Paro (2012, p.108) utiliza-se como meio de domínio o consenso “espontâneo”, que tem sua centralidade nos meios persuasivos que estão intimamente relacionados com os meios de comunicação em massa, as igrejas, as comunidades científicas e culturais, aos partidos políticos, aos sindicatos e associações e também as escolas, em síntese “a todos os organismos ditos ‘privados’, em virtude de sua autonomia em relação à função estritamente coercitiva da organização estatal” (PARO, 2012, p.108).

A coerção, através da força torna-se um instrumento efetivo para a classe dominante impor seus ideais, o que ocasiona um encurralamento da classe dominada, tornando a submissão como única alternativa. No entanto essa efetividade advinda da coerção não se prolonga por longos prazos, devido as constantes mudanças políticas e sociais. A persuasão, diferentemente da

coerção, deve receber uma grande atenção pelos riscos que pode trazer para nossa sociedade, considerando que ela é utilizada pela classe dominante para obter consenso para suas ideias, através da livre opção das pessoas, que nesse caso possuem poder de decisão (PARO, 2012).

O meio de persuasão utilizado pela sociedade civil torna-se preocupante na medida em que quando consegue persuadir, dificilmente perde esse apoio. Por isso, utiliza-se de todos os meios possíveis de convencimento, principalmente com a própria classe dominada, de modo a introduzir e ganhar apoio para a manutenção dos interesses da classe dominante.

[...] A ação persuasiva é de fundamental importância na obtenção do apoio dos grupos sociais subalternos aos rumos traçados pela classe dirigente. Seu elemento de vigor está em que, diversamente do consentimento que advém da coerção, a adesão “espontânea” produzida pela persuasão, uma vez conseguida, mantém-se por períodos relativamente longos, prescindindo da presença permanente do elemento persuasor. (PARO, 2012, p. 109).

É dessa forma, através da persuasão, com apoio do Estado, que a hegemonia de um grupo fundamental se fortalece sobre a sociedade. Várias organizações privadas, dentre elas algumas já mencionadas anteriormente, utilizam-se de aparelhos ideológicos, como meio de introduzir suas ideias e valores, tendo em vista uma formação acrítica e que estabeleça e consolide suas ambições mercantis.

Com base nisso, entendemos que apesar da separação dessas duas esferas (Sociedade Política e Sociedade Civil), bem como as características específicas de cada uma, dificilmente elas são postas em prática de modo isolado. Pelo contrário, elas coexistem constantemente, de modo que na prática não há uma separação visível de ambas (PARO, 2012). Nesse contexto, de acordo com Gramsci (2007, p.244) “seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”, o que em outras palavras poderíamos definir como o setor privado empresarial protegido e sustentado pelo setor público.

No caso das atuais formas de privatização isso não ocorre de forma diferente. O setor privado se insere no interior do setor público para conservar sua hegemonia. Nesse caso a Sociedade Política fortalece cada vez mais a

Sociedade Civil, permitindo e apoiando que estes, redefinam o público a favor do privado. Nesse caso, de acordo com Gramsci (2007, p. 255):

[...] por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil. Deve-se notar que, desta crítica ao “Estado” que não intervém, que está a reboque dos acontecimentos etc., nasce a corrente ideológica ditatorial de direita, com seu fortalecimento do Executivo etc.

Neste contexto, o que Gramsci denominou de Estado em sentido estrito ou Estado-coerção, “formado pelas burocracias ligadas às forças armadas e à aplicação das leis, ou seja, em última instância, por aquilo que habitualmente chamamos de governo” (Coutinho, 2011, p. 25), passa a servir a sociedade civil, de modo a perpetuar seus interesses através da coerção àqueles grupos que vão de encontro aos seus interesses.

No entanto, Paro (2012) sustenta que de acordo com Gramsci, o poder coercitivo perde força em sociedades capitalistas modernas, devido a uma crescente socialização da participação política, resultante de um considerável progresso de organismos da Sociedade Civil. Junto a esse crescimento, ocorre uma maior complexibilidade para a estrutura do Estado, o que faz com que este deixe de operar baseado apenas na coerção e passe a utilizar-se também da persuasão.

Com isso, “pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou Sociedade Civil)” (GRAMSCI 2007, p.244). Isso se agrava na medida em que é através dessa união entre sociedade política e sociedade civil que uma determinada classe mediada pelo estado, atinge e conserva sua supremacia dentro da sociedade (PARO, 2012). Essa supremacia por sua vez, pode manifestar-se de dois modos: através do “domínio” e da “direção intelectual e moral”. (GRAMSCI 2002, p. 62), mas só terá maiores chances de se manter por períodos longos, se estiver aliada ao elemento persuasivo pertinente a sociedade civil. Nesse caso,

[...] somente por meio dos organismos da sociedade civil e de seus mecanismos persuasivos, uma classe deixa de ser meramente dominante e passa a exercer também a hegemonia na sociedade. Hegemonia que decorre precisamente do sistema de alianças que a classe dirigente consegue estabelecer em torno de seus propósitos de

classe e da adesão a esses propósitos por parte da população em geral, que os toma como se fossem ao encontro de seus interesses coletivos e não dos interesses particulares da classe no poder (PARO, 2012, p. 112).

Deste modo, para que a hegemonia de determinada classe social se concretize na prática, é indispensável que haja uma disseminação ideológica dessa classe. No entanto, essa noção de ideologia deve ser vista e compreendida nesse caso, como uma visão de mundo, e não meramente relacionada a uma “falsa consciência”. (PARO, 2012, p. 112).

Diante disso, o conceito de ideologia necessita ser observado no “significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI 1999, p.98). De acordo com PARO (2012), a partir desse conceito mais amplo sobre ideologia, surge a necessidade de distinção entre duas etapas de ideologias pautadas por Gramsci, que são as ideologias historicamente orgânicas e as arbitrárias.

Para (Gramsci 1999, p. 237), as ideologias historicamente orgânicas são aquelas “necessárias a uma determinada estrutura”, diferentemente das ideologias arbitrárias que são “racionalísticas e voluntaristas”.

enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas etc. (nem mesmo estas são - completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma) (Gramsci 1999, p. 237).

As estruturas historicamente necessárias se vinculam organicamente a determinada estrutura, “expressando, no nível superestrutural, as relações sociais de produção que se desenvolvem sob o comando de uma dada classe social” (PARO, 2012, p. 113).

Ainda, de acordo com Paro (2012), essas concepções ideológicas podem modificar-se de acordo com a forma na qual a sociedade se organiza. Em uma sociedade capitalista, em que apenas um grupo social detém o poder de produção, por exemplo, existe no restante da população uma visão de necessidade de dar segmento a tal princípio de apropriação deste produto.

Isto é, a ideologia historicamente orgânica só poderia ser de fato progressista se fosse pertencente às classes subalternas. No entanto, ao que tudo indica, o que acontece é que a classe burguesa propaga sua homogeneidade seja através da economia, seja através da política.

Em uma sociedade capitalista, ideologias historicamente orgânicas são notoriamente mais alarmantes, na medida em que se aprofundam mais no seu sentido organizacional do que as arbitrárias, o que as torna uma ferramenta poderosa para atingir o consentimento através da estruturação de uma hegemonia que visa a submissão da classe dominada (PARO, 2012).

Além disso, no que pese o fato da ideologia que tem sua base no direcionamento moral e intelectual estar pautada apenas nos interesses das classes dominantes, ela acaba por se validar como “eterna e universal” (PARO, 2012, p. 115). Ou seja,

Por um lado, os conteúdos ideológicos são apresentados como dotados de uma perenidade que está acima da sua própria história, já que são considerados válidos e verdadeiros para qualquer sociedade historicamente determinada. Por outro lado, os fins a que visam e os interesses a que atendem não são tidos como fins e interesses particulares da classe dominante, mas como se fossem comuns a toda a sociedade. (PARO, 2012, p. 115).

Com isso a classe dominante utiliza-se de diversos meios para perpetuar sua visão de mundo, que englobam desde a filosofia a religião e o senso comum, até em seu mais baixo nível, o folclore. A filosofia nesse caso compõe-se de um vigor lógico, coercitivo e sistematizado, que constitui uma concepção de mundo. (PARO, 2012).

Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida. (GRAMSCI 1999, p. 114).

O senso comum torna-se responsável pela disseminação desta “filosofia”, junto à religião, que apesar de manter tradições específicas, vai ao encontro da lógica da classe dominante, o que faz com que, de acordo com Gramsci (1999, p.115) a relação entre o senso comum e a religião seja “muito mais íntima do

que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos”. Com isso, podemos afirmar que “o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, que se trata de tornar ideologicamente homogêneas” (GRAMSCI 1999, p. 116).

Por último o folclore que se trata, de acordo com Gramsci (2002a, p.133), a “concepção do mundo e de vida” das camadas mais baixas da sociedade (PARO, 2012). Essa concepção, apesar de não ser elaborada e sistematizada, estabelece um

Aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida que se sucederam na história, da maioria das quais, aliás, somente no folclore é que podem ser encontrados os documentos mutilados e contaminados que sobreviveram. (GRAMSCI 2002a, p. 134).

Deste modo, observamos que é através desse direcionamento intelectual e moral que a classe dominante moderna exerce sua total supremacia sob a classe dominada, apesar de nunca rejeitar a coerção como instrumento primordial para tal (PARO, 2012).

De acordo com o exposto até aqui, podemos inferir que a hegemonia da classe dominante “além da violência, necessita, em níveis variados, da persuasão e do estabelecimento de consenso” (CASIMIRO, 2020, p. 23). Ainda de acordo com o autor é nessa perspectiva, por meio de ações hegemônicas, que a classe burguesa dissemina e afirma seus ideais.

[...] isto é, por meio de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e as próprias redes sociais *on-line* (cada vez mais eficazes e sedutoras), que difundem e naturalizam capilarmente pela sociedade sua concepção do mundo e seus valores, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe (CASIMIRO, 2020, p. 23).

Gramsci nos apresenta muitos conceitos extremamente importantes para que possamos compreender os mecanismos hegemônicos da classe dominante, por tal circunstância, alguns destes foram retomados neste capítulo.

Apesar de sabermos que a classe detentora do poder preserva sua força, é importante que possamos contar cada vez mais com contribuições que possam nos proporcionar conhecimentos para compreendermos, enfrentamos e

superarmos essa hegemonia. A classe trabalhadora, muito embora precise vender sua força de trabalho para a burguesia, precisa compreender cada vez mais sobre como funcionam esses aparelhos hegemônicos, porque somente desta forma, conseguiremos, mesmo que não rapidamente, transformar a sociedade em que vivemos, de modo a atender as reais necessidades da camada popular.

As instituições educativas, essencialmente a educação básica, não só podem como devem contribuir para uma formação que nos permita atuar como sujeitos críticos, reflexivos e emancipados dentro da sociedade. O fato de tratar-se de um ambiente que recebe indivíduos por um longo período e de ser um dos principais meios formativos, a escola cada vez mais é vista como um forte instrumento persuasivo da classe dominante, para formar e educar pessoas de modo a atender as demandas do mercado, não só para mão de obra, como também para o consumo.

Nesse sentido, uma plataforma criada por uma associação que forma DMEs, na qual possui um grande número de acessos mensais realizados por professores da educação básica municipal no país, torna-se perigosa na medida em que divulga e incentiva que esses educadores tenham acesso a cursos e materiais fornecidos pelo setor privado mercantil, essencialmente pelo fato de que, ao que tudo indica, esses materiais carregam um teor ideológico que vai ao encontro da lógica privada. Considerando esses apontamentos, a partir do momento que a UNDIME, através do Conviva serve como “porta voz” do setor privado empresarial, ela está também levando os ideais desse setor para dentro das escolas e conseqüentemente para a formação futura dos indivíduos que por ali permeiam.

Portanto, para que possamos compreender melhor como se dá essa inserção do setor privado mercantil dentro da educação pública, é indispensável abordar a questão das Parcerias Público-Privadas (PPPs), já que entendemos que este é um dos principais meios de privatização da educação pública. Para tal, o próximo capítulo irá abordar essas questões, de modo que possamos compreender as diversas formas de privatizações que ocorrem no setor público.

3.2 Relação Público-Privado: o atual fio condutor da educação pública

Sabemos que em uma democracia capitalista, o público e o privado coexistem simultaneamente, e que essa relação, de acordo com Peroni e Caetano (2015, p. 338) “é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas”, atravessadas por interesses mercantis, que ocorre via sujeitos individuais e coletivos.

A educação básica desempenha um importante papel na formação de indivíduos, e por esse motivo é vista como um âmbito de fomento dos interesses do grande empresariado no país. Em razão disso, cada vez mais nos deparamos com a forte inserção do setor privado empresarial na educação pública, sobretudo, buscando meios de aumentar os lucros e, conseqüentemente, controlar os currículos de acordo com seus interesses.

Nesse contexto, observamos que as políticas curriculares vêm se adequando a um novo desenho de governança do qual emerge uma espécie de paralelismo das ações governamentais com as forças do mercado de interesse privado, que ganham primazia na difusão de suas bandeiras ao apontar soluções pragmáticas para educação (COSTA, 2018, p. 114).

Assim sendo o setor público que tradicionalmente sempre prezou por uma educação de qualidade para a sociedade e por melhores condições de trabalho para os sujeitos que integram esse âmbito, vem cada vez mais vendo suas demandas com os sistemas de educação pública sendo repassadas para o setor privado empresarial, o que contribui incessantemente para que esta lógica privatizante adentre as instituições de ensino públicas do país. Em concordância com isso, Paro (2012, p. 09) afirma:

Uma das maneiras atualmente em voga por parte dos vários sistemas de ensino para desonerar-se de seu dever de proporcionar ensino de boa qualidade para a imensa população necessitada de educação básica é a adoção dos inexplicáveis pacotes e “sistemas” de ensino da iniciativa privada, que são adquiridos com dinheiro público para favorecer interesses particulares e são impingidos aos educadores escolares, sem a mínima consideração pela especificidade do educativo e pela liberdade de ensinar dos professores.

No entanto a compra de pacotes e sistemas do setor privado mercantil é somente a ponta de um iceberg de formas de privatizações, que cada vez mais são aplicadas dentro do setor público, bem como na educação.

Peroni (2015) nos apresenta em um de seus estudos algumas dessas formas de privatizações, onde se destacam a transferência do setor estatal para o terceiro setor ou privado; a lógica mercantil definindo e gerenciando aquilo que é estatal, bem como a definição dos conteúdos das políticas educacionais no país; e através das Parcerias Público-Privado (PPP) (com ou sem fins lucrativos), onde o setor privado empresarial acaba por definir o setor público. Estas parcerias público-privado são um dos primeiros meios no qual as privatizações educacionais se concretizam, através de um sistema que fornece subsídios públicos para instituições privadas, seja através de parcerias e colaboração, seja através de convênios e contratos (ADRIÃO, 2018).

Essa maciça inserção do setor privado mercantil redesenha as políticas educacionais no país, ocasionando em um jogo de interesses muito distintos. Com isso, passa a ser sugestivo para o estado o esvaziamento da educação pública, seja através de uma racionalização desacerbada de recursos, seja através da retirada de poder dessas instituições, que são cada vez mais vistas como improdutivas, e permeáveis às pressões da população (PERONI, 2015).

É preciso compreender que isso tudo faz parte de um projeto, no qual Peroni (2015, p.148) destaca como “projetos societários em disputa”, onde mesmo quando a oferta mantém-se pública, existem consequências para um projeto societário democrático quando o direcionamento de processos educativos é realizado por instituições com finalidades mercantis, que visam a manutenção de um capitalismo em crise, buscando através da educação a retomada do aumento dos índices de lucro. Nesse caso o financiamento na educação desponta como um atraente recurso para a extração de dinheiro público. (GLENN, 2017).

Vale ressaltar, que essa privatização não tem sua centralidade exclusivamente na educação, na verdade, ela está essencialmente relacionada ao desenvolvimento capitalista em nossa sociedade, e mais, relaciona-se com o “aprofundamento do domínio do capital em instituições específicas (escolas, faculdades, universidades etc.) na sociedade contemporânea”. (GLENN, 2017, p. 395).

Isto é, nas palavras de Glenn (2017), a privatização na educação não se dá por meio da “privatização direta” ou “clássica”, onde ocorre a venda direta de bens públicos para determinada empresa, ou investidores em grupo/individual.

Segundo autor, a privatização direta é mais comum no caso da prestação de serviços públicos como água e luz, por exemplo. Já na educação a privatização ocorre de outro modo. Ela se dá através de uma propriedade parcial do setor privado empresarial. Assim sendo, não há um domínio absoluto do setor privado sobre a educação. (GLENN, 2017).

O que ocorre é um controle que acontece “por trás das cortinas”. A escola, por exemplo, segue sendo pública, no entanto todo o seu funcionamento passa a ser privado. Neste caso, a privatização da educação ocorre por meio da incorporação do setor privado mercantil no andamento educacional, seja através da gestão, dos materiais, da formação, da padronização curricular, dentre outras diversas formas que conduzem os rumos da educação.

Com esse viés, a educação reduz-se a servir ao grande empresariado, que passa a beneficiar-se de diversas formas dela. Para exemplificar, podemos citar o fato da formação para o trabalho. O Estado passa, através das mudanças curriculares, a formar mão de obra qualificada e barata para as empresas, que com isso, conseguem produzir cada vez mais e com menor custo, alimentando o sistema capitalista. Essa privatização apresenta-se cada vez mais sólida no que concerne as políticas curriculares. Através das PPPs o setor público transfere progressivamente para o setor privado empresarial a determinação “do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja da definição dos desenhos curriculares” (ADRIÃO, 2018, p. 20).

Vale considerar também, que a inserção do setor privado empresarial na educação negligencia fatores importantes para um bom aproveitamento educacional, que vise um desenvolvimento integral dos alunos e possibilite a eles uma formação cidadã, participativa e autônoma. Esse negligenciamento ocorre porque o interesse, neste caso, não é o de formar um indivíduo em sua integralidade, mas sim enfatizar uma padronização que “interessa às organizações internacionais e ao setor empresarial do país, submetido à manutenção do atual desenvolvimento do capitalismo mundial”. (PERONI, 2017).

Nessa direção o privado vem, não apenas definindo e direcionando a educação pública, como também a formação inicial e continuada dos professores, que são, de acordo com Peroni (2017), cada vez mais

responsabilizados pelos fracassos escolares, além de perderem constantemente sua autonomia docente, passando a seguirem conteúdos prontos e sistematizados de modo a serem apenas repassados. A autora ainda expõe que:

São inúmeros os sistemas públicos que compram seus programas de ensino de institutos como Unibanco e Ayrton Senna, cuja ênfase tem foco nos resultados e numa política de controle e intimidação dos docentes por meio de premiação e sanções. (PERONI, 2017, p. 388).

Esses programas são adquiridos com um discurso salvacionista de aumento de qualidade da educação, portanto, muitas vezes aceitos pela população sem o devido conhecimento. É criada uma crise educacional, para que posteriormente o setor privado empresarial venha “salvá-la”. Esta visão se dá possivelmente pela fama de eficiência carregada tradicionalmente pelo setor privado mercantil.

Historicamente, o privado foi parâmetro de organização da escola pública, o que pode ser exemplificado pelas influências já exaustivamente analisadas do Fordismo na educação: hierarquia, divisão social do trabalho, especialização, formas de controle, entre outras. (PERONI, 2017, p. 389).

Todo esse discurso de eficiência busca formar indivíduos aptos para o trabalho do “século XXI”. Conforme Peroni (2016, p. 16) “o mercado justifica a sua atuação no público para formar um sujeito instrumental à reestruturação produtiva e um projeto de desenvolvimento competitivo em nível internacional”, ferindo um processo de luta por uma gestão escolar democrática e participativa, além da busca por uma formação crítica e emancipatória dos alunos.

Cria-se uma visão de que aquilo que é projetado pelo setor privado empresarial trará melhores resultados para a educação, fortalecendo um mercado neoliberal em “prol da qualidade da educação”, na qual de acordo com eles, o Estado não dá conta de garantir.

[...] A tese dos reformadores empresariais, neste ponto, termina desresponsabilizando o Estado quando convém – ou seja, quando está em jogo, por um lado, o faturamento das corporações educacionais e, por outro, o controle ideológico do sistema educacional pelas corporações empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado, estreitando as finalidades educativas. (FREITAS, 2012, p. 387).

Em outras palavras, o neoliberalismo vê a educação sob a ótica de uma sociedade fundamentada no livre mercado, onde somente desta forma haverá um progresso social de qualidade, findando a ineficiência através da concorrência. (FREITAS, 2018). Essa lógica de eficiência abarcada pelo neoliberalismo pauta-se na meritocracia, baseada no esforço individual, onde a posição social das pessoas dentro de uma sociedade depende exclusivamente do seu próprio esforço. “É dessa visão de mundo que advêm as finalidades que ele atribui a educação” (FREITAS, 2018).

Ainda de acordo como o autor, com essa visão meritocrática, a educação é percebida como uma unidade desvinculada de fatores sociais, passando a ser vista como uma demanda exclusivamente de gestão. Desse modo, com o propósito de infiltrar a lógica do livre mercado na educação a fim de qualificar as escolas, a relevância das condições de vida das crianças é deixada de lado, tornando o processo educativo responsabilidade exclusivamente do professor e da escola, desta forma, criando políticas de responsabilizações como forma de pressão ao magistério.

Retomando ao início deste capítulo, entendemos que há uma grande mobilização do setor privado mercantil para utilizar-se da educação a fim de materializar seus interesses para o mercado, e desse modo manter aqueles que fazem parte do grupo dominante, como é o caso do grande empresariado, no poder, consolidando seu domínio através do direcionamento educacional, seja através da retirada de autonomia das escolas e professores, seja através do direcionamento dos conteúdos curriculares.

Deste modo, percebemos que são imensuráveis as perdas que estão ocorrendo no campo educacional e social. Uma série de perigos permeiam a democracia na atualidade, aonde o mercado vem determinando o que é qualidade, bem como quais princípios educativos devem ser constituídos.

4 A CONSTITUIÇÃO DA UNDIME NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo inicial apresentar um panorama geral sobre como a UNDIME conquistou seu espaço como uma associação representativa dos DMEs ao longo dos anos, apontando os principais acontecimentos relacionados à educação da união.

Logo, foi realizada uma análise sobre como a associação se alinha ao setor privado empresarial, essencialmente no que tange as políticas educacionais no território nacional, além de demonstrar suas parcerias e ações para a consolidação de políticas educacionais.

Por fim, tratamos sobre a atuação da UNDIME no processo que levou a homologação da Base Nacional Comum Curricular, demonstrando o grande protagonismo da associação frente à formulação e direcionamento do documento.

4.1 UNDIME: surgimento na conjuntura nacional

A partir de um breve histórico disponibilizado pelo site da UNDIME, faremos um apanhado de como esta instituição se constituiu ao longo dos anos, e quais seus principais acontecimentos no que se refere à educação pública. Entendemos que esse panorama é de grande relevância para que possamos entender como a associação foi crescendo e se potencializando como entidade representativa dos DMEs ao longo dos anos.

Salientamos que todas as informações que serão apresentadas, foram retiradas da linha do tempo¹ formulada pela própria associação em seu site, a fim de que neste momento possamos ter apenas uma visão mais geral sobre os principais episódios que marcaram a associação ao longo dos anos, para que posteriormente possamos fazer uma análise acerca do que será descrito a seguir.

Fundada no dia 10 de outubro de 1986, no 1º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília/ DF, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) apresenta-se como uma associação civil sem fins lucrativos, que tem como pauta principal temas como

¹A linha do tempo pode ser visualizada na íntegra através do link: <https://undime.org.br/linhadotempo/>

carreira e formação dos trabalhadores em educação, gestão democrática, políticas públicas sociais, articulação com os governos, a sociedade, a família, a criança e o jovem (UNDIME, 2019).

No ano de fundação são criadas as primeiras seccionais da UNDIME, dentre elas a do estado do Rio grande do Sul, além dos estados do CE, PB, PR e RN (UNDIME, 2019).

Em 1989, dois anos depois, é realizado o 3º Fórum Nacional da UNDIME e neste evento são aprovadas propostas ao debate sobre a LDB, constituindo como principais pontos questões que envolviam: trabalho como princípio educativo; democratização da gestão e da organização do sistema de ensino; recursos financeiros e das esferas públicas e magistério e formação de carreira. Dois anos após (1991), a UNDIME promove seu 4º Fórum Nacional, onde é aprovada a emenda à LDB referente ao salário educação e município com autonomia e poder. Porém, um ano depois, a UNDIME passa por algumas adversidades devido ao fechamento da secretaria-executiva da instituição, sem perspectiva de ser retomada (UNDIME, 2019).

Em 1994 é promovido o 5º Fórum Nacional da UNDIME, onde secções de todo o país se encontraram em Brasília. Os debates giraram em torno do Estado, cidadania e perspectivas da educação; Plano Decenal de Educação para Todos; descentralização dos programas educacionais; o desafio do Regime de Colaboração; LDB; Salário-Educação e revisão constitucional. No ano seguinte ainda sem secretaria executiva, foi realizado o seminário “Institucionalização da UNDIME e perspectivas da educação no Brasil”, onde todas as secretarias do Ministério da Educação – MEC participaram, sendo proposta a reabertura da secretaria executiva, em Brasília (UNDIME, 2019).

Em 1996 a UNDIME participa do primeiro Congresso Brasileiro de Educação - CONED, organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. É também o ano de reestruturação da secretaria-executiva da UNDIME, sediada em Brasília. No ano seguinte a associação realiza o 6º Fórum Nacional. Neste ano, a pauta se dá em torno da trajetória da UNDIME, as contribuições dos organismos internacionais para a educação básica, financiamento da educação e diretrizes curriculares nacionais. No ano seguinte, participa da discussão de duas propostas em torno do Plano Nacional de Educação, sendo uma do Ministério da Educação e outra da sociedade civil (UNDIME, 2019).

Em 1999 realiza seu 7º Fórum Nacional e nele são discutidos temas como Conjuntura Nacional; Ensino Fundamental; Federalismo; Ações do FNDE; Plano Nacional de Educação; Censo escolar; Educação Infantil; e Fundescola. Além disso, também é promovido pela associação o Seminário de Avaliação do Fundef, com o Conselho Nacional de Representantes e participação do CONSED, CNTE, Inep, MEC, Unesco e Unicef. Em 2000, a UNDIME promove encontros regionais e lança o livro “Dirigentes Municipais de Educação – Um perfil”, fruto de uma parceria com a Unesco e resultado de um questionário aplicado dois anos antes (UNDIME, 2019).

Já em 2001, o presidente Adeum Hilário Sauer (Dirigente Municipal de Educação de Itabuna/ BA), eleito no 8º Fórum Nacional, realiza a compra da sede da instituição, sustentando que a UNDIME precisava “caminhar com as próprias pernas, com autonomia e independência”, e no mesmo ano, são produzidos dois documentos: o roteiro para elaboração do Plano Municipal de Educação e a Minuta para uma Lei de Sistema Municipal de Ensino. 2001 também é o ano em que a associação passa a integrar o comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, umas das principais redes na qual a UNDIME integra (UNDIME, 2019).

Em 2002 é realizado o 1º Fórum Nacional Extraordinário, onde se iniciam as discussões sobre o Fundeb. Os participantes da instituição propõem uma discussão com candidatos à presidência da república em busca de um novo perfil para a educação no Brasil, visando, de acordo com a associação, mais qualidade e inclusão. Neste mesmo Fórum, há um aumento no número de membros do Conselho Nacional de Representantes e é instituído o Colégio Eleitoral formado por delegados e pelos próprios conselheiros (UNDIME, 2019).

Em 2003 é lançado o Portal na Internet, além da realização do 9º Fórum Nacional que contou com a presença de três ministros. Foram debatidos temas como conjuntura nacional, escola ideal, gestão democrática, analfabetismo, custo aluno qualidade e as possibilidades de implementação de diversos fundos de manutenção. Ainda nesse fórum ficou deliberado apoio ao um fundo único, no entanto foi solicitado um estudo a fim de traçar os impactos das alternativas de financiamento. O trabalho teve a parceria da Frente Nacional dos Prefeitos, e o resultado foi entregue ao Ministro da Educação e ao Congresso para nortear a continuidade da discussão em torno do Fundeb (UNDIME, 2019).

Em 2004 a UNDIME lança o “Movimento Fundeb pra Valer!”, coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Neste mesmo ano são publicados os resultados do Diagnóstico da situação dos municípios brasileiros com referência ao Plano Municipal de Educação e através de uma parceria com o Unicef, se apresentou, de acordo com a associação, um retrato da realidade educacional dos municípios. No ano seguinte, a UNDIME é convidada a organizar o Encontro Nacional de Educação de Jovens Adultos – Eneja, em sua 7ª edição, e, em 2006 ainda como organizadores do Eneja, de acordo com a associação, há uma grande contribuição para a construção do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – Pradime (UNDIME, 2019).

Em 2009 inicia-se o Programa de Formação de Gestores Públicos com o tema “Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica”, tendo segmento em 2010. Além disso, ainda em 2010 são promovidos vários “Encontros de Educadores” com pauta sobre gestão, avaliação e novos marcos legais. É Publicado também a pesquisa “Caminhos do Direito de Aprender” em parceria com Unicef, Inep e MEC, que se trata de uma pesquisa que visou analisar 26 municípios com aumento significativo no Ideb para apurar o processo que os fizeram avançar (UNDIME, 2019).

Dando segmento em seus seminários e encontros em 2010, em 2011 a UNDIME junto a outras instituições relacionadas à educação fazem pressão aos deputados da comissão especial do Plano Nacional de Educação – PNE, a fim de modificar o texto original do projeto de Lei 8.035/2010, no qual havia sido encaminhado pelo executivo, lançando o “Movimento PNE pra valer!”, coordenado pela Campanha Nacional pelo direito à Educação. O Plano se tornou pauta de seminários regionais da UNDIME, além do 13º Fórum Nacional, realizado no mesmo ano, dando segmento aos “Encontros de Educadores” sobre gestão, avaliação, novos marcos legais, avaliações institucional e de aprendizagem. Neste ano ainda é promovido o 4º Fórum Nacional Extraordinário, além da conclusão de uma pesquisa sobre o Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros que revelou, de acordo com a UNDIME os gastos reais da educação básica, servindo como suporte para o futuro melhoramento no que se refere a destinação de recursos, em uma parceria com o Unicef e a Fundação Itaú Social (UNDIME, 2019).

Em 2012 esta pesquisa sobre os gastos municipais é divulgada, sendo realizado 5º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, levantando a temática “Undime, 25 anos construindo redes”. Ainda nesse ano a equipe da secretaria-executiva da UNDIME participa de uma capacitação para começar a desenvolver o Manual de Governança (UNDIME, 2019).

Em 2013 a UNDIME junto a 11 Institutos e Fundações parceiras lançaram o Conviva Educação. O ambiente virtual é uma ferramenta tecnológica, gratuita, que tem por objetivo, de acordo com a associação, apoiar o processo de gestão e planejamento da educação pública municipal. Ainda neste ano todo o país mobilizou-se em torno da Conferencia Nacional de Educação – CONAE 2014 e a UNDIME apresentou emendas ao documento referência da conferência, além de junto a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o movimento “PNE pra Valer!”, continuar atuando para garantir a aprovação do Plano Nacional de Educação, que neste período tramitava no Senado (UNDIME, 2019).

Em 2014, a UNDIME realiza o 6º Fórum Nacional Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, tendo como tema “O fortalecimento da gestão das políticas educacionais para garantir o direito à educação”. Essa foi a primeira vez que a UNDIME promoveu, no Fórum, oficinas voltadas para as áreas da gestão educacional com a parceria do Conviva Educação. Após quase quatro anos de tramitação no Congresso Nacional, no dia 25 de junho é sancionado o PNE, com 20 metas a serem cumpridas ao longo dos próximos dez anos. A UNDIME, junto a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, trabalhou para que a aprovação do PNE ocorresse ainda em 2014. Entre os meses de agosto e setembro do mesmo ano, a associação promoveu um ciclo de seminários com a seguinte pauta, “a melhoria da gestão municipal para cumprir o direito à educação”, e ainda em outubro, promoveu o seminário “Base Nacional Comum em debate: desafios, perspectivas e expectativas” (UNDIME, 2019).

Em 2015, os estados e municípios precisavam elaborar e/ ou revisar e sancionar em Lei seus planos de educação, conforme o PNE. Neste ano é realizado o 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, tendo como pauta a implementação do Sistema Nacional de Educação. Ainda em 2015 a UNDIME conclui e apresenta às seccionais o Manual de Governança (UNDIME, 2019).

Em 2016 o Conselho Nacional de Representantes se reuniu para concluir o processo de discussão e elaboração do Planejamento Estratégico para o biênio 2015/2017 e para construir o posicionamento da UNDIME sobre a 1ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De junho a agosto a UNDIME junto ao CONSED, com apoio do Ministério da Educação, realizaram seminários estaduais para analisar a 2ª versão da BNCC e entregaram posicionamento conjunto ao MEC, a partir, de acordo com eles, dos debates realizados nos estados. Ainda neste ano, em comemoração aos 30 anos da UNDIME, é lançada a Revista Educação Municipal - Especial 30 anos (UNDIME, 2019).

Em 2017 a fim de contribuir com a formação dos novos Dirigentes Municipais de Educação (DME), a UNDIME lança a nova edição do kit educacional composto pela “Agenda dos 100 Primeiros Dias”, pelo caderno “Orientações ao DME: Fundamentos, Políticas e Práticas”, e pelo folheto para Prefeitos Municipais, no qual foi distribuído gratuitamente para todos os municípios. No mesmo ano através de uma parceria com o Unicef, o Congemas e o Instituto TIM é lançado o projeto Busca Ativa Escolar. O propósito foi, de acordo com a UNDIME, identificar as crianças e os adolescentes que estavam fora da escola, retirá-las do contexto de exclusão e garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem. Em agosto do mesmo ano foi realizado 16º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que reuniu cerca de 1.300 participantes para debater os desafios para o cumprimento do PNE na garantia do direito à educação de todos e de cada um. No fim de 2017, após o debate e discussão no âmbito do CNE, a Base Nacional Comum Curricular é aprovada e homologada pelo então ministro da Educação José Mendonça Filho (UNDIME, 2019).

A seguir, serão demonstrados através de um quadro as principais ações da UNDIME nesse processo de construção, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

Quadro 3 - Principais ações da UNDIME ao longo dos anos

ANO	AÇÕES
1986	Fundação da UNDIME no 1º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e criação das primeiras seccionais (RS, CE, PB, PR e RN).

1989	Realização do 3º Fórum Nacional da UNDIME, onde são aprovadas propostas ao debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).
1991	Promoção do 4º Fórum Nacional onde é aprovada a emenda a LDB referente ao salário educação e município com autonomia e poder.
1992	Fechamento da secretaria executiva da UNDIME.
1994	Promoção do 5º Fórum Nacional da UNDIME, em Brasília.
1995	Realização do Seminário Institucionalização da UNDIME e Perspectivas da Educação no Brasil.
1996	Participação no 1º Congresso Brasileiro de Educação (CONED) e reestruturação da secretária executiva da associação, sediada em Brasília.
1997	Promoção do 6º Fórum Nacional, com a pauta em torno da trajetória da UNDIME, as contribuições dos organismos internacionais para a educação básica, financiamento da educação e diretrizes curriculares nacionais.
1998	Participação da discussão de duas propostas em torno do Plano Nacional de Educação, sendo uma do Ministério da Educação e outra da sociedade civil.
1999	Realização do 7º Fórum Nacional e promoção do Seminário de Avaliação do Fundef, com o Conselho Nacional de Representantes e participação do CONSED, CNTE, Inep, MEC, Unesco e Unicef.
2000	Promoção de encontros regionais e lançamento do livro “Dirigentes Municipais de Educação – Um perfil”, fruto de uma parceria com a Unesco.
2001	Realização da compra da sede da instituição. Produção de dois documentos: o roteiro para elaboração do Plano Municipal de Educação e a Minuta para uma Lei de Sistema Municipal de Ensino. Integração ao comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
2002	Realização do 1º Fórum Nacional Extraordinário, onde iniciam-se discussões sobre o Fundeb e instituição do Colégio Eleitoral formado por delegados e pelos próprios conselheiros.
2003	Lançamento do Portal na Internet e realização do 9º Fórum Nacional.
2004	Lançamento do <i>Movimento Fundeb pra valer!</i> , coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e publicação dos resultados do Diagnóstico da situação dos municípios brasileiros com referência ao Plano Municipal de Educação e através de uma parceria com o Unicef.
2005	Organização do Encontro Nacional de Educação de jovens adultos – Eneja, em sua 7ª edição.
2006	Contribuição para a construção do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – Pradime.
2009	Instauração do Programa de Formação de Gestores Públicos com o tema “Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica”.
2010	são promovidos vários “Encontros de Educadores” com pauta sobre gestão, avaliação e novos marcos legais. Publicação da pesquisa “Caminhos do Direito de Aprender” em parceria com Unicef, Inep e MEC, pesquisa que visou analisar 26 municípios com aumento significativo no Ideb para apurar o processo que os fizeram avançar.
2011	Pressão junto a outras instituições relacionadas a educação aos deputados da comissão especial do Plano Nacional de Educação – PNE, a fim de modificar o texto original do projeto de Lei 8.035/2010, lançando o “Movimento PNE pra valer!”, coordenado pela Campanha Nacional pelo direito à Educação.
2012	Realização do 5º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e participação da secretaria executiva em uma capacitação para começar a desenvolver o Manual de Governança.
2013	Lançamento do “Conviva Educação” junto a 11 Institutos e Fundações parceiras.
2014	Realização do 6º Fórum Nacional Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação e Promoção do seminário “Base Nacional Comum em debate: desafios, perspectivas e expectativas”.
2015	Realização do 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Conclusão e apresentação para as seccionais do “Manual de Governança”.
2016	Realização, junto ao CONSED, com apoio do Ministério da Educação, dos seminários estaduais para analisar a 2ª versão da BNCC e entrega dos posicionamentos conjuntos ao MEC.

	Lançamento da “Revista Educação Municipal - Especial 30 anos”, em comemoração aos 30 anos da UNDIME.
2017	Lançamento da nova edição do “kit educacional” composto pela “Agenda dos 100 Primeiros Dias” e do projeto “Busca Ativa Escolar” através de uma parceria com o Unicef, o Congemas e o Instituto TIM. Promoção do 16º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através do Website da UNDIME, Linha do tempo da associação, 2019.

Partindo dessa breve linha do tempo sobre como a UNDIME se constituiu ao longo dos anos desde sua criação, podemos observar a forte influência dessa associação frente à educação pública no país. Sendo assim, de acordo com a própria UNDIME (2019),

Quando o tema é educação pública, a Undime está sempre presente”. Seja na educação infantil, de jovens e adultos, campo, indígena, quilombola, ensino fundamental, alfabetização, educação inclusiva ou na educação para a paz. Temas como carreira e formação dos trabalhadores em educação, gestão democrática, políticas públicas sociais, articulação com os governos, a sociedade, a família, a criança e o jovem estão constantemente em pauta.

A seguir faremos uma análise sobre tais acontecimentos, além de apresentarmos como a associação se organiza, bem como quais são os seus direcionamentos, incluindo suas parcerias e projetos.

4.1.1 UNDIME: Ramificações e alianças

A UNDIME tem um papel de destaque nos municípios brasileiros contando no ano de 2019 com gestores cadastrados dos 5.570 municípios brasileiros. Dentre as principais ações da associação, estão as promoções de frequentes reuniões, seminários e fóruns, a fim de repassar informações e formações a todas as secretarias municipais de educação, dirigentes e equipes técnicas. (UNDIME, 2019).

Além disso, a UNDIME mantém contato com sindicatos, confederações, associações, organizações não governamentais, movimentos sociais, redes e demais entidades da sociedade civil, que tenham “interesse” no processo educacional. De acordo com a sua apresentação no site, a principal rede na qual a UNDIME integra como já mencionado anteriormente, é a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que reúne mais de 200 organizações. Para além disso, estabelece relações com as três esferas do poder público: Executivo, Legislativo

e Judiciário visando, de acordo com a associação, “contribuir com a formulação, promoção e acompanhamento de políticas nacionais de educação”. (UNDIME, 2019).

A sua constituição se dá a partir da organização de membros natos, efetivos, solidários e honorários. De acordo com isso, os DMEs em exercício (aqueles que estão na função de secretário municipal de educação), se classificam como membros natos. Os membros efetivos são formados por aqueles inscritos na seccional da UNDIME em seu estado, e há também os membros solidários, que são os ex DMEs. Já os membros honorários são as pessoas que tenham reconhecidamente, colaborado para o aprimoramento da educação pública municipal. No entanto, de acordo com o estatuto da UNDIME (art. 23), somente membros efetivos têm direito a voto. Membros natos, solidários, honorários e os convidados possuem somente direito a voz nos Fóruns Nacionais.

No que diz respeito às instâncias deliberativas, a UNDIME se constitui em: Fórum Nacional; Conselho Nacional de Representantes; diretoria executiva e Conselho Fiscal. A partir disso, os DMEs se organizam em cada estado através de seccionais, dividindo-se em microrregionais, a fim de melhorar a comunicação e tornar os processos de mobilização mais ágeis. As seccionais, além da promoção das ações da UNDIME, têm de trabalhar de modo articulado com os princípios e as diretrizes da nacional. (UNDIME, 2019).

Seus recursos financeiros, de acordo com o estatuto, art. 55, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, advém de diversas vertentes, sendo essas:

- Doações que lhe sejam repassadas por governos municipais, estaduais e federal, assim como por pessoas de direito público ou privado, desde que atendidas as disposições deste estatuto e do regimento;
- Quota parte destinada pelas seccionais, conforme disposições deste estatuto;
- Recursos financeiros obtidos por intermédio de assinaturas de publicações impressas ou eletrônicas e de espaço publicitário delas decorrente, conforme regulamentado pelo conselho nacional de representantes;
- Recursos financeiros oriundos de parcerias, conforme regulamentado pelo conselho nacional de representantes;
- Recursos oriundos da celebração de Termos de Fomento ou Colaboração, Acordos de Cooperação ou parcerias com governos municipais, estaduais e federal e órgãos a eles vinculados, organismos internacionais, e demais organizações;
- Receitas auferidas com recebimento de taxas de inscrição de fóruns

e demais eventos; e
- Recursos financeiros formalmente garantidos pela legislação federal em vigor, desde que regulamentados pelo conselho nacional de representantes. (UNDIME, 2020).

De acordo com Viegas (2019) a associação possui cadastro no Mapa das OSCs e obtém recursos para atividades como: encontros, reuniões, formações, viagens e eventos no geral por meio de convênios firmados. Devemos salientar que dentre as fontes de recursos da associação, podemos ver que parte delas são oriundas de instituições e fundações parceiras. No entanto é importante destacar que essas doações muitas vezes estão acompanhadas de interesses que visam a divulgação e fomento de projetos pensados e elaborados por esses grupos nas diversas ações da UNDIME, como por exemplo, nas formações, fóruns e reuniões nacionais organizadas pela associação.

Dessa forma a UNDIME, há muitos anos, atua fortemente frente a educação pública municipal no país, essencialmente no que se refere a formação de gestores para as secretarias municipais de educação. Ademais, possuem um importante papel frente a formulação e direcionamento de políticas públicas educacionais. Todo esse processo de construção e organização da UNDIME revela que a associação tem como propósito ganhar um espaço importante frente a educação brasileira.

Viegas (2019), expõe que inicialmente há um grande envolvimento da associação em ganhar destaque como uma categoria representante dos DME assim como também uma entidade que atue com protagonismo nas discussões e direcionamentos de políticas educacionais no país, essencialmente marcada pelo envolvimento nas discussões e aprovação da LDB/1996. Com isso percebemos que nos primeiros anos desde a sua fundação em 1986, a associação dedica seus esforços mais a ganhar um espaço significativo a nível nacional. Contudo, a partir de 1997, já podemos observar uma proximidade com entidades da sociedade civil (VIEGAS, 2019). Ainda de acordo com a autora isso ocorre devido

encaminhamento de uma proposta para composição do PNE a ser sancionado e, em 1999, participação em evento com a presença de instâncias governamentais, organismos internacionais – UNESCO, UNICEF e discussão sobre o programa Fundescola, oriundo de um acordo de financiamento com o BM – e do próprio CONSED, para o debate de temas relacionados em geral, sobre financiamento e regime de colaboração. (VIEGAS, 2019, p. 205).

Já a partir de 2000, a UNDIME (que neste momento já ganhou uma influência significativa nas pautas relacionadas a educação), adquire destaque em diversos temas do âmbito educacional, como financiamento, gestão, avaliação, planejamento, formação continuada de professores, dentre outras, passando a trabalhar com o desenvolvimento de cadernos, guias e estudos elaborados junto aos gestores municipais (VIEGAS, 2019).

A partir de 2011, a associação passa a atuar fortemente em duas políticas regulamentadoras importantes para o âmbito educacional em nível nacional, que são o Plano Nacional de Educação (PNE), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ademais, este momento também é “caracterizado pela produção e constituição de redes de colaboração, em que se assume parcerias com OSCs na definição das questões educacionais consideradas como pertinentes” (VIEGAS, 2019, p. 208).

Isto é, a UNDIME estabelece e fortalece parceria com uma rede de instituições de carácter privado, que atualmente demonstram um grande interesse frente à educação pública no país. Dentre estes estão: Fundação Lemann; Itaú Social; Telefônica Vivo; Instituto Natura, Unicef e Instituto Alana.

A seguir, demonstraremos os parceiros da UNDIME através de um quadro, com a finalidade de apresentar de forma geral estas instituições. Ressaltamos que todas as informações apresentadas a seguir foram retiradas dos sites oficiais dos grupos mencionados.

Quadro 4 - Parceiros da UNDIME.

PARCEIROS	DESCRIÇÃO DOS PARCEIROS
Fundação Lemann	Organização familiar sem fins lucrativos. Atua em projetos educacionais ao lado de professores, gestores escolares, secretarias de educação e governos. Também apoiam lideranças e organizações que trabalham pela transformação social.
Unicef	Criado pela Organização das Nações Unidas, o Fundo das Nações Unidas trabalha em parceria com governos, organizações sociais e toda a população para enfrentar os desafios da educação e garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente.
Itaú Social	Iniciativa do maior banco privado do país. Atuam pautados em dois pilares: formação de profissionais da educação e fortalecimento da sociedade civil.

	Também trabalham com pesquisas, registros e debates que são transformados em publicações.
Instituto Natura	Iniciativa do quarto maior grupo do segmento de beleza no mundo. Trabalham com a produção de conhecimento em temas como: Escola em Tempo Integral, Colaboração entre Estados e Municípios e a Disseminação dos Princípios de Comunidade de Aprendizagem. Também atuam como produtores de conteúdos específicos para professores, comunidade escolar, gestores públicos e consultores de beleza Natura.
Instituto Alana	Organização da sociedade civil sem fins lucrativos estruturado em três frentes: Instituto Alana, AlanaLab e Alana Foundation. Atuam sobre o impacto socioambiental que promove o direito e o desenvolvimento integral da criança e fomenta novas formas de bem viver. Criado pelos irmãos Ana Lúcia Villela e Alfredo Villela, O instituto alana é atualmente liderado pela herdeira do Itaú.
Fundação Telefônica Vivo	Iniciativa da Telefônica Vivo (marca comercial da Telefônica Brasil), um dos maiores conglomerados de comunicação, informação e entretenimento do mundo. tem como principal iniciativa de educação o programa ProFuturo , criado em parceria com a Fundação “la Caixa” .

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através dos Websites oficiais dos grupos citados, 2020.

Desde 2013 a UNDIME, junto a estes institutos e fundações parceiras mencionadas no quadro 05, criou a plataforma online Conviva Educação. O Conviva trata-se de um sistema gratuito, voltado ao dirigente municipal de educação e às equipes técnicas das secretarias. A plataforma conta com o apoio de 10 instituições e fundações parceiras (Conviva Educação, 2020), que serão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 5 - Parceiros do Conviva Educação.

PARCEIROS	DESCRIÇÃO DOS PARCEIROS
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Fundação familiar sem fins lucrativos. Atuam na construção, atualização, curadoria e compartilhamento de conhecimentos, essencialmente relacionados a primeira infância. Mobilizam lideranças públicas, sociais e privadas e promovem parcerias para ampliar impactos e alavancar resultados.
Porticus	Fundação criada para coordenar os empreendimentos filantrópicos dos empresários da família Brenninkmeijer (donos da C&A).
Itaú Social	Iniciativa do maior banco privado do país. Atuam pautados em dois pilares: formação de profissionais da educação e fortalecimento da sociedade civil. Também trabalham com pesquisas, registros e debates que são transformados em publicações.
Instituto Natura	Iniciativa do quarto maior grupo do segmento de beleza no mundo. Trabalham com a produção de conhecimento em temas como: Escola em Tempo Integral, Colaboração entre Estados e Municípios e a Disseminação dos Princípios de Comunidade de Aprendizagem. Também atuam como produtores de conteúdos específicos para professores, comunidade escolar, gestores públicos e consultores de beleza Natura.
Instituto Votorantim	Iniciativa da Votorantim S.A., multinacional brasileira de controle familiar. Atuam sobre a identificação de oportunidades e riscos para os negócios. A partir disto, elaboram estratégias e projetos para promover o desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, ampliar a competitividade das empresas.

Fundação Roberto Marinho	Iniciativa do grupo Globo. Atuam sobre projetos nas Áreas de educação, cultura, patrimônio e meio ambiente em todo o Brasil, pautados em três principais frentes: Distribuição de conteúdo educativo em múltiplas telas, Serviços educacionais e produção de Materiais (guias e vídeos tutoriais).
Fundação SM	Iniciativa do Grupo SM, editora espanhola. Atuam no fortalecimento da educação pública, de forma colaborativa com os governos municipais, estaduais e federal, organismos internacionais, organizações da sociedade civil, institutos e fundações. Suas ações são norteadas por quatro pilares: Formação e valorização dos professores; Fomento à leitura; Apoio a projetos socioeducativos; e Apoio à pesquisa educacional.
Fundação Victor Civita	Entidade sem fins lucrativos, criada por Victor Civita (fundador da editora abril). Atua na melhoria da Educação, por meio da valorização de bons professores e incentivo ao trabalho docente. Tem como principal iniciativa o prêmio “Educador Nota Dez” que premia professores da Educação Infantil ao Ensino Médio e também coordenadores pedagógicos e gestores escolares de escolas públicas e privadas de todo o país.
Fundação Profuturo	Iniciativa da Fundação Telefônica e “la Caixa” Foundation. Atua para contribuir com o desenvolvimento social e econômico de países com crianças em situação de vulnerabilidade, a fim de garantir a igualdade de oportunidades através de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade na América Latina, Caribe, África e Ásia.
Todos Pela Educação	Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural, suprapartidária e independente, criado em 2006. Atuam para contribuir na melhoria da Educação Básica no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através dos Websites oficiais dos grupos citados, 2020.

Todos estes grupos apoiadores do Conviva são iniciativas do setor privado empresarial e atuam em projetos que atingem os mais variados campos educacionais, desde a formação até a gestão de várias áreas das instituições de ensino básico.

Isso nos demonstra que a UNDIME, junto ao Conviva possuem o apoio de importantes grupos empresariais, que como apoiadores, possuem uma ponte para encaminharem seus interesses nos municípios brasileiros.

Percebemos claramente este apoio ao visitarmos a plataforma Conviva, onde além dos cursos online ofertados pela plataforma e das oficinas presenciais realizadas nos municípios, encontram-se também pacotes de cursos ofertados pelas instituições parceiras, essencialmente para a gestão de campos que constituem a educação no âmbito escolar. O Conviva atua também através das redes sociais e possui um canal em um site de vídeos, onde publica com certa frequência suas videoconferências. Através do acesso a esses vídeos, vislumbramos novamente a intercessão de agentes pertencentes ao setor privado mercantil, que tratam sobre diversos assuntos relacionados à Educação, incluindo vídeos que abordam temas sobre a implementação da BNCC.

De acordo com Viegas (2019, p.219) “por meio desta plataforma sugere-se que todas estas áreas sejam contempladas a partir de acordos firmados entre os setores público e privado com o intento de realização das ações de gestão”. A autora ainda menciona que apesar do Conviva não indicar uma instituição específica, ele dá uma grande ênfase a projetos disponíveis na plataforma, objetivando que os gestores municipais não só se apropriem desses projetos, como também propaguem essas iniciativas em suas redes. O que torna esse tipo de ação preocupante, é que esses projetos em sua maioria são elaborados e direcionados pelo setor privado empresarial, essencialmente por organizações pertencentes ao setor empresarial. (VIEGAS. 2019).

Cabe destacar que na origem o Conviva informa ser uma iniciativa da UNDIME e parceiros, entretanto, o que se nota é uma condução por parte dos “parceiros” e não da UNDIME, que pode ser justificada devido o patrocínio frequente destinado por grupos empresariais aos eventos desta entidade de representação dos dirigentes municipais e outras atividades, a exemplo do Fórum Nacional de 2015 (VIEGAS 2019, p. 218).

Isso se agrava ainda mais quando nos deparamos com dados publicados pelo Conviva (2019), onde trazem que no final de 2018, mais de 90% dos municípios do país estavam cadastrados e mais de 2.291 Secretarias Municipais de Educação acessavam mensalmente os conteúdos, as ferramentas e as áreas de trocas de experiências da plataforma, o que demonstra a grande influência que estes materiais podem ter no que se refere à formação de gestores e professores da educação pública municipal no país, devido sua grande abrangência.

O Conviva vem desta forma, como mais uma ferramenta elaborada pela UNDIME, que ao que indica, serve para aproximar ainda mais o setor privado da rede municipal, indo ao encontro da concepção de que a associação se encontra a serviço de agentes privados, buscando a efetivação das propensões destes.

A seguir, abordaremos a relação da UNDIME com a BNCC e como a associação se posiciona com relação ao documento desde sua elaboração. Devemos ressaltar que conforme os apontamentos de como a associação se afina com o setor privado mercantil ao longo dos anos, podemos inferir que o seu protagonismo frente ao documento não foi por acaso. Isto é, entendemos que o setor privado empresarial tem grande interesse em ter a UNDIME como

parceira, de modo que junto ao CONSED, formam uma ferramenta extremamente importante para que seus interesses cheguem até os estados e municípios do modo mais natural possível.

4.1.2 O papel da UNDIME no processo de formulação da BNCC

Como já visto anteriormente, no processo de formulação da BNCC, podemos vislumbrar que a UNDIME protagonizou um importante papel, assim como na fase de implementação.

Apresentando-se sempre favorável a BNCC, a UNDIME junto ao CONSED, esteve sempre presente de alguma forma em todos os momentos da elaboração da Base, desde as discussões, até o processo de implementação. Isso fica evidente através de uma fala do ex-presidente da UNDIME, Alessio Costa Lima (2017) onde ele afirma que a defesa desta BNCC, se embasa pelo entendimento de que essa seria uma forma de assegurar o direito a aprendizagem.

Crianças de todo o país devem ter as mesmas condições e oportunidades. Por isso a Undime tem apoiado e participado do processo de construção da BNCC. Ter uma base é um alicerce para um Sistema Nacional de Educação (SNE) e uma oportunidade para União, municípios e estados exercitarem o Regime de Colaboração nas políticas públicas da Educação. (LIMA, 2017).

Ainda em 2015, a UNDIME e o CONSED, exerceram um papel importante na indicação de redatores da primeira versão, além da organização dos seminários estaduais de debates e de consulta pública do documento já na sua segunda versão. Neste momento de transição da segunda versão para a terceira, a UNDIME junto ao CONSED, ocupou um papel protagonista na elaboração da terceira versão da BNCC, na medida em que de acordo com Freitas (2016), a associação era confiável por carregar consigo e reproduzirem conceitos advindos do setor empresarial. De acordo com Silva (2019, p.79) essa notoriedade se deve também ao fato de o “*advocacy* das fundações privadas” tornarem-se mais sólidos associados a essas instituições. Ou seja, fazem uso dessa parceria com a UNDIME para defenderem e promoverem seus interesses por meio de políticas públicas, como é o caso da BNCC, tendo em conta o forte presença e capilaridade da associação nos municípios brasileiros.

Podemos inferir tal atuação da UNDIME, na medida em que após apresentada a terceira versão da Base pelo MEC, no dia 25 de janeiro de 2017, ao CNE com as modificações realizadas, antes mesmo de ser aprovada, a UNDIME e o CONSED já divulgavam o “Guia de Implementação da Base”, a partir de uma parceria com o Movimento Nacional pela Base Nacional Comum Curricular.

O manual apresentado em agosto de 2017, continha de acordo com a associação, orientações práticas e sugestões de um plano de ação que visava responder a dúvidas, de modo a apoiar os trabalhos que envolviam questões como: Por onde começar? Como organizar o processo? Quem envolver? E como comunicar? O conteúdo do guia foi elaborado por técnicos do CONSED e da UNDIME com apoio técnico do “Movimento pela Base” e da Comunidade Educativa (Cedac). De acordo com a nota divulgada pela UNDIME (2017),

O trabalho em conjunto na elaboração deste Guia mostra a relevância de unir esforços também no processo de implementação nas redes: articular um regime de colaboração é um dos primeiros passos recomendados pelo Guia. Juntos, municípios e estados, ganham potencial técnico e pedagógico para planejar, acompanhar e executar as ações de implementação.

No entanto o que precisa ser lembrado é que neste momento a terceira versão do documento ainda estava em fase de audiência pública, nesse caso, ainda não havia sido homologado, caso que ocorreu cerca de quatro meses depois. De acordo com D’Avila (2018), tanto o CONSED, como a UNDIME já tinham o conhecimento de que a Base seria aprovada pelo CNE, bem como homologado pelo Mec. A autora ainda traz um questionamento pertinente diante esta situação, “como isso pode ocorrer?” (D’AVILA, 2018, p. 120).

Notamos com isso que a UNDIME se alinha a outras entidades pertencentes ao setor privado empresarial, à medida que defende um documento elaborado sobre o consenso político e ideológico criado pelos interesses do setor empresarial (D’AVILA, 2018). Esse alinhamento da UNDIME ao setor privado mercantil torna-se mais intrigante ao analisarmos a fala de Silva (2019, p.78), quando o autor descreve sua preocupação pela forte atuação do setor privado empresarial frente às ações da UNDIME, considerando que

Os estados e municípios são responsáveis diretos pela implementação efetiva das políticas curriculares nas escolas, ainda que o Governo Federal possa centralizar sua formulação e financiamento. Isto quer dizer, ao exercer influência nas políticas educacionais e curriculares através dos secretários de educação estaduais e municipais é possível influenciar mais diretamente a implementação das políticas nas escolas, ao passo que a influência no Ministério da Educação para a efetivação concreta dessas políticas não é garantida.

Isto é, existe um grande interesse do setor privado mercantil em ter a UNDIME como aliada, afinal, apesar desses grupos não conseguirem exercer uma intervenção tão relevante nos órgãos e autarquias do Governo Federal, eles se fazem cada vez mais presente nos estados e municípios por meio do CONSED e da UNDIME (SILVA, 2019).

Outro ponto importante levantado por Silva (2019) está no fato das indicações (em sua maioria) políticas para os cargos de secretários de educação, uma vez que tais cargos são ocupados por indivíduos que muitas vezes sequer fizeram parte do âmbito educacional, portanto, frequentemente não possuem capacitação para atuar na área, o que os deixa mais vulneráveis a soluções fáceis. Soluções essas, ofertadas em sua maioria pelo setor privado empresarial.

Nesse caso, o alinhamento da UNDIME com agentes privados, proporciona materiais de apoio, que se analisados de modo mais superficial, tornam-se muito atrativos para os municípios.

A partir disso, podemos inferir que a UNDIME, esteve desde o processo de elaboração da BNCC, a serviço de um setor que busca impor sua hegemonia na sociedade através da educação. Com isso, reforça-se a importância de discutir e refletir sobre as ações da associação bem como das ferramentas criadas por ela, como é o caso da plataforma Conviva Educação. Tendo em conta o que foi exposto até aqui, sugere-se que a UNDIME foi um forte alicerce para a imposição dos interesses de grupos privados empresariais envolvidos no processo de elaboração e implementação do documento da Base.

Isso se evidencia ainda mais na fala de Silva (2019, p. 83), quando o autor, ao tratar sobre a influência do setor privado empresarial sobre as políticas educacionais, revela que,

[...] no nível da implementação das políticas, nos estados e municípios, as fundações privadas demonstram um maior poder na condução e orientação das políticas públicas juntos aos secretários estaduais e

municipais de educação que se organizam por meio do Consed e da Undime.

Levando em conta os apontamentos deste capítulo, podemos inferir que as políticas educacionais possuem uma efetividade muito maior nos estados e municípios através do CONSED e da UNDIME, e com a BNCC não foi diferente. Acreditamos que um dos pilares para que essa política fosse implementada da forma mais arbitrária possível nos municípios brasileiros, se concentrou nas ações e direcionamento da UNDIME, que, estando em consonância com grupos privados, possivelmente carregou um forte teor ideológico desses agentes em seus materiais e ações.

A discussão sobre a participação da UNDIME em todo esse processo, faz-nos refletir sobre o quão alinhada a associação está a grupos privados de hegemonia e como ela vem não só apoiando, mas também difundindo projetos que se destinam a atender muito mais os interesses de uma classe dominante do que das camadas mais populares.

A seguir no próximo capítulo, trataremos sobre o Conviva Educação, plataforma criada pela UNDIME junto a outros institutos e fundações privadas, na qual carrega uma série de materiais que necessitam de atenção, essencialmente pelo cunho ideológico que apresentam, tanto na formação continuada de educadores, quanto na disseminação de ações e conteúdo do setor privado mercantil.

5 OS RUMOS DA PLATAFORMA CONVIVA PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL A PARTIR DA RELAÇÃO COM O SETOR PRIVADO MERCANTIL

5.1 Plataforma de apoio, para quem?

Como já visto anteriormente, a UNDIME vem atuando vigorosamente frente as políticas educacionais no país, essencialmente junto ao CONSED e em parceria efetiva com organizações sociais pertencentes ao setor privado empresarial, de modo a articular e mobilizar as secretarias municipais de Educação bem como os DMEs (VIEGAS, 2019).

Como resultado de toda essa articulação, no dia 30 de janeiro de 2013, a UNDIME junto a outros 13 institutos e fundações parceiras, lançam o Conviva Educação, plataforma online e gratuita que se propõe a apoiar o trabalho dos DMEs e equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação (SMEs). De acordo com a plataforma, a equipe do Conviva Educação tem por objetivo estar sempre melhorando e atualizando ferramentas e conteúdos para formação dos que trabalham com a gestão da educação (CONVIVA, 2019). No entanto, para Viegas (2019, p.213), o Conviva trata-se de uma forma de assessoria na qual carrega consigo intenções de “poder”, abrangendo questões de “normalização, formação e definição”.

Assim estruturado, o Conviva atuou na assessoria de construção e elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs) das localidades cadastradas na plataforma e, agora, no monitoramento e avaliação destes, elemento registrado na ocasião do lançamento XV Fórum Nacional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) de 2015 com o título “O papel do Dirigentes Municipais de Educação na implementação do Sistema Nacional de Educação (SNE)”, que contou com o apoio e parceria em sua realização do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundação Itaú Social, Fundação Volkswagen, Instituto Natura, Fundação SM, Fundação Lemann, Instituto Alana e Ministério da Educação (MEC). Momento em que 1.500 dirigentes e técnicos das SMEs de todo país participaram de oficinas sobre os encaminhamentos das “área” e “ferramenta” do PME da plataforma Conviva, considerada como uma nova estratégia de garantia de um atendimento mais próximo aos municípios (VIEGAS, 2019, p. 2013).

No ano de 2019, a plataforma estava presente em mais de 90% dos municípios brasileiros, com acesso mensal de mais de duas mil secretarias, contando com representantes em todas as regiões do país, com uma incidência

maior no Nordeste, Sudeste e Sul, atingindo cerca de 5.042 municípios, dentro de uma totalidade de 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2020), como podemos visualizar no mapa apresentado abaixo:

Figura 01 – Mapa das secretarias cadastradas no Conviva nos estados brasileiros em 2019



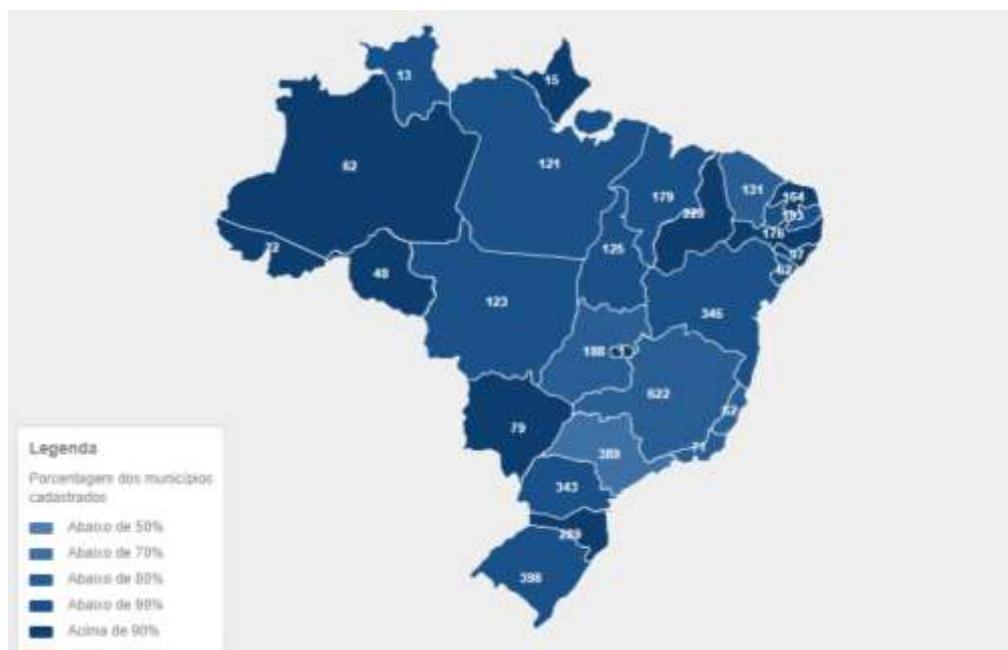
Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2019.

Atualmente o Conviva tem uma adesão de cerca 4.538 municípios e 43.707 usuários acessando os conteúdos da plataforma (CONVIVA, 2022), que podem ser observados através de um mapa de adesão à plataforma atualizado em tempo real².

²

<https://convivaeducacao.org.br/stats/>

Figura 02 – Mapa de adesão em tempo real das secretarias cadastradas no Conviva nos estados brasileiros em 2022



Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2022.

Apesar da pandemia enfrentada desde o início do ano de 2020, a plataforma seguiu com um número relevante de secretarias cadastradas e usuários da área educacional acessando os conteúdos que englobam notícias, cursos formativos, galeria de fotos e vídeos, experiências compartilhadas entre outras secretarias, materiais divulgados pelas instituições parceiras (notícias, cursos, artigos, eventos), bem como ferramentas que buscam “organizar” todas as áreas de gestão da educação, que são ali divulgados. Importante salientar aqui, que durante o período de distanciamento por conta do Coronavírus, o Conviva seguiu divulgando com frequência videoconferências através do site youtube³ que abordam diversos temas relacionados à área da educação, contando muitas vezes com a participação de representantes de instituições e fundações parceiras, além de manterem a plataforma atualizada com notícias e cursos, assuntos que serão abordados com maior detalhamento neste estudo em outro momento.

A plataforma possui uma gama variada e diversa de ferramentas que englobam áreas da gestão educacional, contando com diversos instrumentos e

³ <https://www.youtube.com/c/ConvivaEduca%C3%A7%C3%A3oPlataforma/videos>

materiais que, de acordo com o Conviva, auxiliam na organização da SME, bem como o trabalho dos secretários de educação e das suas equipes técnicas. A organização ocorre basicamente através de cinco campos, respectivamente: Conteúdos; Ferramentas; Rede; Indicadores e Cursos.

Nesse sentido a plataforma consegue ter acesso a dados importantes das secretarias, o que de acordo com Viegas (2019, p. 2014), resulta em uma

[...] “rede” que se refere as ações de cada município dentro da organização e assessoria do próprio Conviva, em que há como possibilidade o compartilhamento dessas ações e, também as “ferramentas”, referentes ao trabalho das SMEs “para equipe” em si e “para gestão” como um todo, que tratam da operacionalização e do auxílio da construção e do monitoramento dos Planos.

A seguir será apresentado um quadro com a organização da plataforma para melhor compreensão de como ela se constitui:

Quadro 6 – Organização da Plataforma Conviva Educação

CONTEÚDOS		FERRMANETAS		REDE	INDICADORES	CURSOS
Biblioteca Conviva; Fique atento; Galeria de vídeos.	Áreas da Gestão Administrativa; Alimentação escolar; Democrática; Estrutura e documentação; Memorial de gestão; Orçamentária e financeira; Pedagógica; Pessoas; Plano Municipal de Educação; Regime de Colaboração; Relacionamento SME e Escola; Transporte Escolar;	Para Equipe Agenda; Arquivos da Secretaria; Configurações; Importação do Educacenso; Minha Equipe; Minha Secretaria; Minhas Exportações; Permissões das Ferramentas; Planejamento Anual; Programas e Projetos;	Para Gestão Calendários Escolares; Cardápio; Contratos; Convênios; Diagnóstico da Gestão Democrática; Escolas e Matrículas; Espaços Escolares; Estoques; Estudantes; Gastos com Alimentação; Gastos com Transporte; Infraestrutura dos Prédios; Memorial de Gestão; Organização da Rede; Plano Municipal de Educação; Plano de Ação Profissionais;	Experiencias; Fórum; Secretarias.	Visão Geral; Escolas do Município; Dados do Conviva.	Cursos do Conviva; Cursos de Outras Instituições.

			Receitas e Despesas; Rotas do Transporte Escolar; Veículos.			
--	--	--	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através da plataforma Conviva Educação, 2020.

Dentro do campo de *Conteúdos* podemos encontrar as *Áreas de Gestão*, respectivamente: Administrativa; Alimentação Escolar; Democrática; Estrutura e documentação; Memorial de Gestão; Orçamentária e Financeira; Pedagógica; Pessoas; Plano Municipal de Educação; Regime de Colaboração; Relacionamento SME e Escolas e Transporte escolar. Além dessas áreas, nesse mesmo campo há um espaço destinado para armazenamento de arquivos das secretarias (que neste caso só podem ser acessados por equipes autorizadas) e também a biblioteca Conviva onde qualquer indivíduo que acesse a plataforma, inclusive como visitante, pode encontrar diversos documentos, vídeos, legislações e normatizações, programas, projetos, etc. (CONVIVA, 2021). Importante ressaltar que dentre estes documentos, grande parte são divulgando ações, projetos, programas, notícias, textos, recomendações, entre outros, das instituições e fundação parceiras do Conviva.

Temos que salientar também que através dessas ferramentas, o Conviva adquire um grande controle sobre basicamente todas as áreas que subsidiam a organização das SMEs, bem como do espaço escolar, pois cada uma dessas áreas abrangidas traz um enorme detalhamento de como devem ser organizadas, como uma espécie de guia de organização educacional, onde os dirigentes e equipes técnicas poderão embasar o seu trabalho.

Dentro das *Áreas de Gestão*, a plataforma traz definições sobre a *Gestão Administrativa*, onde de acordo com o Conviva (2021), esse ambiente

[...] orienta os processos de administração do cotidiano da secretaria, visando a melhor gestão dos recursos humanos, físicos e materiais. As atividades e ferramentas apresentadas também auxiliam no desenvolvimento de todas as outras áreas do Conviva.

Para tal, a área conta com sete subáreas, respectivamente: Organização da Secretaria de Educação; Procedimentos da Gestão da Educação; Equipe;

Sistemas Governamentais; Compras Públicas; Gestão de Contratos, Convênios e Parcerias; e Rotina. Todas as subáreas dessa ferramenta trazem um grande detalhamento, que contam com conceitos e bases legais.

Através da área de *Gestão Administrativa* a plataforma demonstra um grande controle sobre campos essenciais da administração educacional das SMEs, que incluem um passo a passo de como esta área deve ser organizada, contando com procedimentos a serem adotados.

A área do *Plano Municipal de Educação (PME)*, construída, de acordo com a plataforma, para apoiar as secretarias não só na construção, mas também no monitoramento do planejamento ao longo dos dez anos (CONVIVA, 2021), conta com subáreas que englobam conceitos, marcos legais, e também as subáreas de construção e monitoramento. A subárea de *Construção* por exemplo, traz um passo a passo de como as secretarias devem construir este documento e posteriormente na subárea de *Monitoramento e Avaliação* a estratégia é acompanhar se as metas propostas estão sendo alcançadas, através de um contínuo acompanhamento das ações executadas (CONVIVA, 2018). Para tais ações, sugere-se que as SMEs busquem a plataforma como apoio e utilizem as ferramentas ofertadas para o controle de execução do PME.

Na Plataforma Conviva Educação, os municípios podem utilizar a funcionalidade de monitoramento e de avaliação de seus planos, dentro da ferramenta do PME. Essa função permite aos gestores municipais acompanhar a implementação e a evolução de cada uma das metas (CONVIVA, 2021).

Outra área muito importante para a organização da educação municipal a se destacar nas áreas de gestão do Conviva, é a de *Gestão Orçamentária e Financeira*. Esta área conta com as subáreas que incluem instrumentos de planejamento, fontes de financiamento, arrecadação e aplicação e prestações de contas. De acordo com a plataforma este campo auxilia e “orienta o planejamento orçamentário e o investimento dos recursos financeiros na educação” (CONVIVA, 2021). Nesta área são disponibilizados atalhos que nos levam diretamente para planilhas relacionadas a gestão financeira que podem ser preenchidas, como convênios e contratos.

A área de *Gestão Democrática da Educação*, organizada através de subáreas que incluem: Princípios; Contexto da Gestão Democrática; Conselhos

da Área de Educação; e Plano de Ação, visa, de acordo com a plataforma, “estimular a adoção de processos de gestão democrática na Secretaria Municipal de Educação”. Para tal, sugere como uma das formas de garantia disso, a articulação com setores da sociedade civil organizada (CONVIVA, 2021).

O campo de *Gestão da Alimentação Escolar* é sistematizado com informações sobre organização, como por exemplo, do cardápio, com os tipos de execução e funcionamento. Além disso dados sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), recursos, licitações e prestação de contas também são apresentados nesta área. Neste campo, há um direcionamento às ferramentas que controlam os gastos com alimentação e receitas e despesas, além da sugestão de um curso EAD sobre gestão de alimentação escolar ofertado pela plataforma.

No decorrer da área de *Gestão do Transporte Escolar* podemos nos deparar com o direcionamento para diversas ferramentas de controle da plataforma, como a ferramenta que gerencia o cadastro dos estudantes, rotas e gastos do transporte escolar, veículos, receitas e despesas. As subáreas englobam organização, operações, fontes e recursos, acompanhamento de gastos e prestação de contas e todas possuem algum link que leva diretamente ao preenchimento das ferramentas já citadas.

A área de *Gestão de Pessoas* tem como objetivo, de acordo com a plataforma, fornecer “informações e ferramentas com as quais é possível organizar os processos de ingresso, lotação, movimentação e evolução na carreira” (CONVIVA, 2021). Está organizada em campos que abordam a organização, seleção e contratação, vida funcional e carreira e despesa com o pessoal. Assim como as outras áreas, o campo que envolve a gestão de pessoas possui um direcionamento para ferramentas que incluem cadastro dos profissionais da área, organização da rede e receitas e despesas.

A área de *Gestão Pedagógica* é uma das que possui maior número de subáreas com informações. Dispõe de elementos que envolvem a organização, BNCC, política, proposta e projetos educacionais, educação inclusiva, formação continuada dos profissionais das redes, escolha de recursos pedagógicos e gestão de avaliações. No campo que trata sobre a BNCC, por exemplo, a plataforma apresenta dados referentes ao documento, e também sugere que os

profissionais da área da educação busquem apoio no *Guia de Implementação da Base*, documento construído pelo CONSED e pela UNDIME, com o apoio do Movimento pela Base Nacional Comum e Comunidade Educativa Cedac. Importante salientar que como já dito anteriormente neste estudo, que esse guia se apresenta como um verdadeiro manual de instrução, como uma receita de bolo, com um passo a passo de como deve ocorrer o processo de implementação do documento nas secretarias e escolas.

No campo de *Estrutura e Documentação*, no qual é abordada a área de *Gestão da Estrutura e Documentação Escolar*, subáreas como Organização, Matrícula, Calendário Escolar, Censo Escolar, Documentação e Organização da rede de Escolas são recheados de informações assim como nos campos anteriormente citados. A última subárea deste campo traz um passo a passo de como as redes devem ser organizadas, incluindo como realizar um diagnóstico, planejamento e por fim como garantir a implementação desta forma de organização.

A área que aborda o *Relacionamento entre as SMEs e as Escolas*, com subáreas como Princípios e Organização, Gestão Democrática na Escola, Funcionamento e Finanças na Escola, Acompanhamento de Aprendizagem e Gestão dos Profissionais do Magistério, trazem uma série de informações sobre os assuntos. Neste campo é sugerido como forma de organização das escolas e das secretarias o uso da plataforma do Conviva, oferecendo informações dos benefícios do uso da plataforma.

O Conviva tem um perfil específico para usuários lotados em escolas. O objetivo é que as unidades escolares se aproximem da SME, apoiando-a na atualização e gerenciamento das informações. E também que as escolas possam absorver os conteúdos da plataforma (CONVIVA, 2021).

De acordo com o Conviva, as escolas podem apoiar o trabalho nas secretarias através do acompanhamento, atualização e preenchimento de dados nas ferramentas disponibilizadas na plataforma.

Ainda nesse campo, na subárea de *Acompanhamento da Aprendizagem*, a plataforma afirma que “a eficácia do planejamento deve ser analisada a partir do monitoramento e da avaliação da aprendizagem” (CONVIVA, 2021), e que esse monitoramento deve ser realizado através de avaliações externas que vão

medir a qualidade do ensino. Apesar da recomendação de avaliações externas executadas pelo próprio município, a plataforma sugere que na falta dessa deva-se utilizar “os dados das avaliações externas estaduais e federais” (CONVIVA, 2021). De acordo com a plataforma, “eles servem para avaliar a proficiência dos estudantes e apoiar o planejamento da prática pedagógica” (CONVIVA, 2021). No entanto, muitos outros estudos já nos apontam que essas avaliações externas, tendem a fortalecer um sistema de padronização, responsabilização e retirada de direitos, ao passo que estabelece certos conhecimentos em detrimento de outros, que provavelmente em algum momento serão deixados de lado, a fim de focar naquilo que é cobrado nas avaliações, portanto é preciso olhar com muita atenção as recomendações da plataforma quanto ao que é considerado qualidade do ensino, bem como eficácia do planejamento de ensino.

O campo de *Memorial de Gestão*, traz orientações de como deve ocorrer à organização das secretarias durante uma transição de gestão, de modo que dados não se percam nesse processo. Para isso é organizado em subáreas denominadas: Transição com compromisso; Organização e acompanhamento das informações; Registro dos dados e das Redes; e Realização da Transição. Ao longo desse campo, há diversas dicas de como utilizar as ferramentas disponibilizadas na plataforma para “apoiar” esse processo de modo que ocorra a “continuidade de ações, programas e projetos” (CONVIVA, 2021). Percebemos que esse campo busca a garantia de que as ações já direcionadas dentro das secretarias não sejam interrompidas nos processos de transição de gestão municipal, de modo a garantir que inclusive aquelas ações direcionadas pela plataforma, tenham continuidade, demonstrando uma notável organização pela plataforma em garantir que os processos ocorridos dentro das secretarias não saiam fora do controle.

O último campo abordado trata-se do *Regime de Colaboração*, no qual de acordo com a plataforma tem como destaque a “colaboração via Arranjos de Desenvolvimento da Educação e via Consórcio. E ainda a atuação entre entes federativos diferentes” (CONVIVA, 2021). Este campo incentiva e instrui como esse processo deve ocorrer, o que demonstra ainda mais controle da plataforma sobre ações importantes no campo educativo, como exemplo, a implementação de políticas educacionais como a BNCC, ao considerar que, de acordo com a

plataforma, “o regime de colaboração foi utilizado, por exemplo, para a construção dos currículos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (CONVIVA, 2019). Apesar do regime de colaboração estar previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o que se percebe é que este vem apresentando, de acordo com Araújo (2013, p. 789),

[...] um crescente protagonismo do empresariado junto ao governo federal, na tentativa de buscar outras formas de regramento do regime de colaboração que se sobrepõem às outras instâncias governamentais, federativas e também ao movimento dos educadores (como a Conae 2014), ao mesmo tempo em que passam longe da lei complementar, conforme preconizado pelo texto constitucional.

Esse protagonismo do setor privado mercantil se torna evidente, ao passo em que em 2018, a área de regime de colaboração disponibilizado no Conviva, teve como apoio técnico já na sua construção a fundação Itaú Social.

O Conviva Educação, com o apoio técnico do Itaú Social, disponibilizou uma nova página sobre regime de colaboração em sua plataforma online. O espaço reúne informações e orientações sobre a importância da cooperação entre os municípios para promover melhorias na qualidade da educação do país. O conteúdo está disponível para as secretarias municipais cadastradas no site do Conviva [...] O Itaú Social estimula o regime de colaboração entre municípios no programa Melhoria da Educação. Por conta disso, acompanhou a criação da página do Conviva desde o início, por meio de uma oficina de especialistas atuantes em consórcios intermunicipais e instituições parceiras. A partir da oficina, foram mapeados e validados os principais pontos do regime (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2018).

Lembrando que na época a plataforma tinha como gestora Anita Gea Martinez Stefani, também gerente de articulação das agendas prioritárias da Educação e responsável pela atuação, em parceria com o setor público e com o terceiro setor, do Instituto Natura.

No ano seguinte à criação do campo de regime de colaboração, novamente presenciamos a atuação da fundação Itaú Social no direcionamento da área, ao analisarmos uma reportagem divulgada no Conviva, intitulada *Agir em regime de colaboração e fortalecer a educação*⁴, onde é ressaltada a participação de DMEs e equipes técnicas de 297 municípios cadastrados, em

⁴ https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/1912

um evento realizado pela Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação⁵, instituição privada sem fins lucrativos que tem como apoio institucional a fundação Itaú Social.

O Itaú Social – um dos 13 parceiros do Conviva Educação – é o principal apoiador e fomentador das ações da Rede de trocas de municípios desde 2013. Já na década de 1990 a instituição atuava no fortalecimento da gestão da Educação, seja em formações, articulação com poder público e grupos de municípios (CONVIVA, 2019).

Durante o evento, de acordo com o Conviva (2019), os DMEs e as equipes técnicas das secretarias puderam trocar experiências, e participar de formações sobre o tema Regime de Colaboração.

Além disso, dentre os documentos divulgados pela plataforma sobre o Regime de Colaboração, incluindo pesquisas e reportagens sobre o tema, podemos encontrar um documento publicado em 2018, construído pelo Instituto Natura, intitulado *Regime de Colaboração em que acreditamos*⁶, no qual a instituição apresenta como a relação entre estados e municípios pode contribuir para melhoria da Educação Brasileira. Este documento inclui pautas como conteúdo pedagógico, governança estruturada, comunicação e engajamento, cultura de gestão, foco na aprendizagem do aluno e até mesmo competição e colaboração. O documento de 23 páginas aborda indicações de como deve ocorrer o processo do Regime de Colaboração entre os municípios.

Ao discorrer sobre as áreas contempladas pelo Conviva, concordamos com Viegas (2019, p. 2019), quanto a autora ressalta que

[...] por meio desta plataforma sugere-se que todas estas áreas sejam contempladas a partir de acordos firmados entre os setores público e privado com o intento de realização das ações de gestão.

⁵ Iniciativa suprapartidária, sem fins lucrativos, e que representa a união de forças institucionais, tanto públicas quanto privadas, que atuam em regime de colaboração, como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade da educação no Brasil, como Consórcios Intermunicipais, Arranjos de Desenvolvimento da Educação – ADE, Associações de Municípios, entre outros. Fundações, Institutos e Associações Privadas, dentre outras organizações sem representatividade do poder público municipal podem apoiar a Rede como parceiros (REDE DE COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL EM EDUCAÇÃO, 2021).

⁶ <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/library/asset/2579>

Seguindo, podemos encontrar ferramentas mais direcionadas ao gestor de educação, que contam com áreas para as equipes e para o gestor, com planilhas que vão desde a organização da agenda semanal até o planejamento anual das escolas. A seguir será apresentado um quadro no qual indica a função de cada ferramenta disponibilizada na plataforma. A escolha pela organização desse quadro, dá-se pelo fato de facilitar a visualização das ferramentas, já que o acesso a este campo ocorre de modo restrito pelo não cadastramento na plataforma como usuário.

Como já mencionado, há uma separação na organização das ferramentas, para a gestão e para as equipes. O quadro a seguir, aborda a função das ferramentas para as equipes das secretarias.

Quadro 7 – Ferramentas Para Equipe.

Agenda	Ferramenta para o cadastramento de eventos das SMEs, como cursos, audiências, encontros educacionais, feriados, reuniões, dentre outros.
Arquivos da Secretaria	Ferramenta que disponibiliza documentos, materiais, legislações e publicações da biblioteca Conviva e também oferece uma área para o armazenamento de documentos próprios das secretarias.
Configurações	Ferramenta para o cadastramento de diversos itens de outras categorias. Os recursos desta seção apoiam outras ferramentas do Conviva.
Importação do Educacenso	Ferramenta que permite copiar para o Conviva dados do dos municípios que foram registrados no Educacenso.
Minha Equipe e Permissões das Ferramentas	Ferramenta que fornece informações sobre a equipe do município cadastrado. O Usuário Principal gerencia aqui o cadastro dos usuários e suas permissões de acesso às ferramentas. Essa gestão consiste em cadastrar novos usuários, aprovar ou recusar solicitações de cadastro, desativar e reativar usuários de pessoas que deixam ou retornam à equipe
Minha Secretaria	Ambiente que permite a realização de buscas e utilização de filtros para contatar outras secretarias cadastradas na plataforma. A ferramenta também permite o registro de dados de contatos de outras secretarias, bem como a troca de experiências de gestão.
Minhas Exportações	Ambiente que possibilita reunir os arquivos exportados de ferramentas com grande volume de dados, como Estudantes, Estoques e Profissionais. Além disso, possibilita o acompanhamento e também realização do download de uma exportação finalizada.
Planejamento Anual	Ferramenta que permite a visualização das tarefas de cada mês que todas as secretarias de educação do Brasil precisam realizar e gerenciar suas próprias tarefas.
Programas e Projetos	Ferramenta que divulga informações sobre programas e projetos governamentais e de instituições e fundações parceiras do Conviva em nível nacional.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através da Plataforma Conviva Educação, 2021.

Através dessas ferramentas a plataforma obtém dados importantes sobre a gestão educacional nos municípios, bem como sobre as equipes cadastradas. Além disso, o Gestor Educacional consegue através das ferramentas controlar não só quem pode ter acesso aos dados dos municípios na plataforma, mas também quem pode se cadastrar no Conviva. Isso se evidencia por exemplo, nas ferramentas *Minha Equipe* e *Permissões das Ferramentas*.

A partir disso, o Gestor Educacional, concede “permissões de acesso às ferramentas dos membros da sua equipe, aprova cadastro pendentes de usuários e desativa usuários da sua equipe” (CONVIVA, 2021), sobre todas as áreas de gestão escolar, incluindo: Calendário escolar; Capacidade dos ambientes; Cardápio; Categoria de produtos; Configuração da tabela de alimentos; Contratos; Convênios; Diagnóstico da Gestão Democrática; Escolas e matrículas; Espaços escolares; Estoque; Estudantes; Fornecedores; Gastos com alimentação; Gastos com Transporte; Importação dos dados do Educacenso; Infraestrutura dos prédios; Locais; Memoriais de gestão (administrativa, alimentação escolar, aspectos gerais da gestão, democrática, educação municipal no contexto da pandemia, estruturas e documentação, orçamentária e financeira, pedagógica, pessoas, PME, regime de colaboração, relacionamento SME e escolas e transporte escolar); Organização da rede; Período escolar; PME; Plano de ação; Produtos; Profissionais; Receitas e despesas; Rotas do transporte escolar; Secretaria; Troca de experiências e Veículos.

No quadro abaixo, podemos visualizar as finalidades das ferramentas que são direcionadas *Para Gestão*, respectivamente apresentadas a seguir:

Quadro 8 – Ferramentas Para Gestão.

Calendários Escolares	Ferramenta para a organização o ano letivo, que permite o alinhamento entre currículo e tempo escolar.
Cardápios	Ferramenta que permite a elaboração dos cardápios para as escolas dos municípios, possibilitando o cálculo automático das informações nutricionais e indicando as necessidades diárias para cada aluno.
Contratos	Ferramenta para o cadastramento e acompanhamento do andamento dos contratos que a Secretaria firma com fornecedores.

Convênios	Ferramenta para o cadastramento e acompanhamento do andamento de convênios com instituições privadas e órgãos governamentais.
Diagnóstico da Gestão Democrática	Ferramenta que permite o acesso a um roteiro para diagnosticar a gestão democrática no município e em cada uma das unidades escolares.
Escolas e Matrículas	Ferramenta para o gerenciamento das escolas do município. Neste ambiente o gestor pode realizar inserção de novas escolas, a remoção das desativadas e o controle da documentação de cada uma, além das turmas e matrículas dos estudantes.
Espaços Escolares	Ferramenta para o acompanhamento das infraestruturas escolares e aspectos pedagógicos, disponibilizando orientações sobre o que deve ser observado nas visitas as escolas.
Estoques	Ferramenta para o gerenciamento dos estoques, controle e abastecimento de produtos e a retirada deles nos estoques centrais na secretaria além dos presentes em cada unidade escolar da educação municipal.
Estudantes	Ferramenta para o gerenciamento dos cadastros dos estudantes das escolas no município que possibilita a organização dos dados cadastrais e o acompanhamento da vida escolar de cada aluno.
Gastos com Alimentação	Ferramenta que possibilita o cadastramento e acompanhamento dos gastos realizados pela secretaria com alimentação.
Gastos com Transporte	Ferramenta que possibilita o cadastramento e acompanhamento dos gastos realizados pela secretaria com o transporte.
Infraestrutura dos prédios	Ferramenta que permite o acesso a um roteiro para diagnosticar a infraestrutura dos prédios das unidades escolares em seu município.
Memorial de Gestão	Ferramenta que possibilita a criação de relatórios para apoiar a transição de gestão. Para cada memorial, o gestor deve preencher uma série de questionários para deixar registrado o legado da secretaria, ou seja, quais foram os desafios, as conquistas e os projetos realizados na educação do seu município. Ao finalizar, sua equipe terá um histórico, e a próxima gestão poderá se planejar a partir dele.
Organização da Rede	Ferramenta que possibilita a análise da estrutura atual da rede de ensino e o planejamento, se necessário para implementação de mudanças a fim de organizar as unidades escolares de maneira mais adequada.
Plano Municipal de Educação	Ferramenta para o registro, monitoramento e avaliação do PME.
Plano de Ação	Ferramenta para o planejamento, gerenciamento e acompanhamento dos prazos de atividades e ações e dos projetos de educação nos municípios.
Profissionais	Ferramenta para o cadastramento e gerenciamento dos recursos humanos da Secretaria e o controle das lotações, formações, aperfeiçoamentos, férias, licenças e faltas.
Receitas e Despesas	Ferramenta para o lançamento de receitas e registro de contas das Secretarias Municipais de Educação.
Rotas do Transporte Escolar	Ferramenta que possibilita a criação, atualização e exclusão das rotas, sendo também possível exportar e importar dados.
Veículos	Ferramenta para o gerenciamento da frota de veículos da Secretaria.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através da Plataforma Conviva Educação, 2021.

Podemos ver que nenhuma área da gestão escolar passa despercebida pela plataforma, que tem o controle de todas as áreas de gestão e de organização escolar.

Assim como Viegas (2019) salienta em seu estudo, não podemos deixar de discorrer sobre o fato de que o Conviva vem estreitando cada vez mais sua relação com o setor privado empresarial, ao passo em que, dentre as ferramentas para a área da gestão, podemos encontrar a aba de *Convênios*, onde a plataforma sugere que os municípios “cadastrem e acompanhem o andamento de convênios com instituições privadas e órgãos governamentais” (CONVIVA, 2020), possibilitando que os municípios possam buscar outras parcerias para a concretização dos PMEs (VIEGAS, 2019).

Observa-se inclusive, uma pré-disposição por parte do Conviva em enfatizar esta opção por meio de um conjunto de vídeos (tutorial) que explicita passo a passo como estes “convênios” podem ser realizados, bem como discorre sobre esta modalidade de parceria como alternativa de garantia da qualidade dos serviços educacionais prestados e medida viável de cumprimento dos prazos do PME (VIEGAS, 2019, p. 220).

Esses vídeos em forma de tutoriais podem ser encontrados em todas as ferramentas disponibilizadas pela plataforma, e são apresentados de duas formas, através do direcionamento para um tutorial diretamente na página do Conviva no canal do Youtube, ou através de um vídeo intitulado *Navegação Guiada* que pode ser acessado diretamente na plataforma, como podemos observar na figura a seguir.

Figura 3 – Ferramenta de Convênios



Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

As ferramentas são extremamente detalhadas com relação ao tema que abordam, não deixando escapar nenhum detalhe a ser preenchido. De acordo com o Conviva, os desafios da gestão da educação são muito grandes e, portanto, a plataforma serve como um meio de elevar a qualidade da gestão pedagógica, administrativa e financeira das SMEs do país (GUIA DE USO DO CONVIVA, 2019, p. 03).

Na plataforma, os municípios encontram funcionalidades gratuitas para lidar com o grande volume de informações que uma secretaria administra. Com estes dados organizados, a gestão consegue ter mais clareza das prioridades do município, facilitando a articulação com as demais secretarias, prefeitura e o planejamento de suas ações, o que impacta em resultados positivos para toda uma geração (GUIA DE USO DO CONVIVA, 2019, p. 03).

É perceptível o discurso de que a plataforma é o meio ideal de organizar o trabalho das secretarias, e que através das ferramentas disponibilizadas, seguindo um passo a passo disposto através de um *Guia de Uso*, o sucesso da gestão educacional será garantido. Além do *Guia de Uso*, o Conviva ainda possui uma espécie de assessoria que ocorre via articuladores. Os articuladores são profissionais que atuam através telefone, e-mail, mensagens e também presencialmente na orientação sobre o uso da plataforma para as equipes técnicas e os Dirigentes Municipais. Ainda de acordo com a plataforma,

os articuladores são capacitados constantemente para dar orientações sobre o uso das funcionalidades do Conviva conforme as necessidades de cada município, orientando em que ambientes a Secretaria pode encontrar conteúdos de gestão da educação na plataforma, como preencher dados nas ferramentas, de que forma explorar e navegar pelos ambientes (GUIA DE USO DO CONVIVA, 2019, p. 11).

Todo esse suporte com certeza não ocorre por acaso. É evidente o interesse da plataforma de captar cada vez mais secretarias que acessem seus conteúdos, utilizem-se das ferramentas disponibilizadas, e, como afirma o próprio Conviva, disseminem informações sobre a gestão da educação (GUIA DE USO DO CONVIVA, 2019, p.13). O que não fica tão evidente assim é a grande base de dados sobre exatamente todas as áreas que contemplam a gestão da educação municipal em nível nacional que vem se formando e ficando a disposição de parceiros pertencentes ao setor privado empresarial, que não só

divulgam seus conteúdos, eventos, notícias, dentre outros na plataforma, mas também atuam no gerenciamento do Conviva, bem como no direcionamento das ações da plataforma, como veremos mais adiante.

No Aviso de Privacidade da plataforma, item 8, referente ao Compartilhamento de Dados, é declarado que os dados inseridos no Conviva podem ser compartilhados com parceiros da plataforma, como pode ser visto no trecho a seguir:

O presente Aviso de Privacidade indica abaixo as situações em que os dados pessoais dos Titulares, assim como os dados pessoais de terceiros de qualquer modo inseridos na Plataforma pelos Titulares, serão compartilhados:

Parceiros Doadores, Técnicos e Fundações: A Plataforma poderá compartilhar informações, incluindo dados pessoais dos Titulares e de terceiros, com parceiros doadores, técnicos, as instituições e fundações parceiras sempre que tal compartilhamento for importante para a operação da Plataforma, para o fornecimento dos serviços, para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias e/ou forem do interesse do Titular (AVISO DE PRIVACIDADE CONVIVA EDUCAÇÃO, 2020).

Existe um constante esforço por parte do Conviva de que as secretarias cadastradas na plataforma preencham todos os dados referentes às ferramentas e atualizem continuamente esses dados. De acordo com o Guia de Uso do Conviva (2019, p.12), “quanto mais dados os municípios inserem no Conviva no dia a dia, mais úteis são os relatórios e as informações sistematizadas, favorecendo o planejamento”. Desse modo, através do preenchimento dessas ferramentas, a plataforma tem total controle sobre todas as áreas da gestão da educação municipal, e conseqüentemente as organizações apoiadoras também.

De acordo com exposto até aqui, concordamos com Viegas (2019, p. 219), quando a autora afirma que “por meio desta plataforma sugere-se que todas estas áreas sejam contempladas a partir de acordos firmados entre os setores público e privado com o intento de realização das ações de gestão”.

Na plataforma as secretarias ainda podem fazer troca de experiências através de exposições publicadas pelo Conviva e também ter acesso a outras secretarias, indicadores educacionais das escolas do seu município, bem como cursos de formação ofertados pelo Conviva e pelas instituições e fundações parceiras. Para Viegas (2019) esta é mais uma estratégia de disseminar o que a

autora denomina de comportamento ideal a ser adotado. Isso se torna perceptível quando a plataforma sugere a troca de experiências de “boas práticas”, ou “práticas de sucesso” realizadas nos municípios que devem ser divulgadas como uma espécie de exemplo para outras localidades (VIEGAS, 2019).

Já com relação ao acesso, todas as ferramentas da plataforma são restritas aos secretários de educação, equipes técnicas das secretarias e professores da rede, que para realizarem o cadastro necessitam da autorização do Dirigente local. É até possível acessar alguns conteúdos do Conviva como *visitante*, porém isso acarreta na limitação de algumas ferramentas.

O DME tem como incumbência gerir a Secretaria Municipal de Educação coordenando e conduzindo todos os processos presentes dentro da secretária, de modo que o planejamento estratégico para o município seja cumprido (CONVIVA, 2019). Ou seja, toda a gestão que ocorre dentro das secretarias cadastradas no Conviva, tem fortes reflexos dos conteúdos divulgados na plataforma, reflexos esses que provavelmente também afetarão diretamente as escolas municipais, bem como os indivíduos que se encontram nesse ambiente (professores, alunos e funcionários).

Num primeiro momento, sob uma ótica mais superficial, podemos vislumbrar a plataforma Conviva como um instrumento que vem para facilitar a organização das secretarias, organizar e dar suporte aos gestores educacionais e suas equipes, otimizando o tempo dos gestores, a fim de melhorar a qualidade do ensino básico municipal. Porém ao analisarmos de modo mais reflexivo e acurado, percebemos que o Conviva vem como mais uma ferramenta para o controle da educação pública e de divulgação de conteúdos produzidos por grupos privados de hegemonia, que através da plataforma estabelecem e instituem cada vez mais suas convicções e ideais para educação pública.

5.1.1 Conviva Educação e o “combate ao coronavírus”

Nesse período em que vivenciamos uma pandemia mundial, de acordo com a UNDIME (2020) as SMEs brasileiras tiveram que tomar precauções e medidas preventivas contra ao vírus, que incluíram o distanciamento social, e conseqüente o fechamento das escolas municipais em todo o país.

A partir desse momento, ainda no início de 2020 a UNDIME criou uma nova página dentro do Conviva Educação, que de acordo com a plataforma tinha como finalidade reforçar e criar estratégias para apoiar os gestores e demais usuários da plataforma, denominada como *Combate ao Coronavírus* (UNDIME, 2020).

A ideia é reunir informações com foco em orientações sobre o coronavírus relacionadas à educação, como prevenção da doença, como lidar com informações falsas, o que muda no calendário e quais materiais de apoio utilizar (UNDIME, 2020).

A página engloba funções que não exigem cadastro na plataforma, como a *Galeria de Vídeos* que conta com videoconferências, *lives* no *facebook* (com parceiros e especialistas) e *Minutos Conviva*, que são pequenos vídeos com conteúdos de apoio às secretarias. Outra função que não exige cadastro na plataforma é a área de *Notícias e Orientações*, na qual foram divulgadas notícias e orientações para a gestão sobre o coronavírus.

As demais áreas da página que são: Fórum de perguntas, Entrevistas em vídeos e Experiências, não podem ser acessadas por visitantes, apenas por pessoas cadastradas na plataforma.

Assim como as demais áreas do Conviva Educação, a página que trata sobre o combate ao coronavírus não destoa da linha na qual a plataforma trabalha. Ou seja, enfatizando e divulgando dentre as notícias e orientações, cursos, videoconferências e materiais de instituições e fundações do setor privado mercantil.

Isso se evidencia ao analisarmos, por exemplo, umas das primeiras publicações da página, postada ainda no início da pandemia em 2020, na qual divulga *Materiais para apoiar escolas e secretarias contra coronavírus*. Nessa notícia a plataforma orienta que as SMEs do país busquem apoio em vídeos, textos e materiais gráficos produzidos por outras instituições. Dentre esses materiais, podemos encontrar indicações de conteúdos, atividades educativas e ferramentas tecnológicas produzidas pela Fundação Itaú, a campanha *Conversar Faz Bem*, iniciativa do Todos pelo Educação, além da

divulgação da Plataforma de *Boas Práticas* da Fundação Grupo Volkswagen, dentre outros materiais que incluem também indicações do MEC e do CONSED⁷.

Outro exemplo, divulgado em 2021, é um documento de apoio, que visa, de acordo com a plataforma, minimizar os impactos da pandemia na aprendizagem escolar, elaborado pela Fundação Lemann, Instituto Natura, FGV CEIPE e UNDIME⁸, contando com recomendações para o planejamento de gestão das redes de ensino do país e organizado a partir de eixos, como por exemplo, calendário escolar, registro de atividades e avaliação (CONVIVA, 2021). O documento possui um total de 31 páginas, recheadas com recomendações e informações⁹ que visam à reconfiguração das escolas, devido as adaptações impostas pela pandemia, de modo a superar o atual formato tradicional das escolas.

Objetiva-se por meio desse documento tangibilizar dimensões como calendário escolar, registro de atividades e avaliação, com vistas a fortalecer o debate público acerca da adoção de políticas educacionais mais equânimes que possam minimizar os impactos da pandemia na aprendizagem escolar dos alunos (DIMENSÕES..., 2021, p. 03)

Dentre as recomendações do documento, está a de *Oferta de Atividades Pedagógicas Não Presenciais*, por exemplo. Nesta indicação, sugere-se na página 10 do documento, que seja garantida a oferta de outros meios de atividades pedagógicas, como:

Material impresso: livros, apostilas e planos de estudo com orientações aos estudantes e responsáveis; Material digital assíncrono: videoaulas, plataformas virtuais de gerenciamento de conteúdo, redes sociais, blogs, correio eletrônico, podcasts; Material digital síncrono: plataformas de conferência remota próprias ou não, chats; Televisão e rádio: programas na grade horária de televisão aberta e rádio.

Freitas (2020), no entanto, nos alerta para o potencial mercado que existe por trás dessas formas alternativas de oferta de atividades pedagógicas, essencialmente ligado a essas plataformas de ensino.

Além das pretensões em ampliar o mercado potencial destas plataformas, de olho na terceirização da educação que acelera o uso

⁷ https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/2228

⁸ https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/2740

⁹ https://undime.org.br/uploads/documentos/phpwPkbOo_601c1e657eee7.pdf

destas, há ainda um planejamento de marketing de longo prazo visando fidelizar a juventude para suas marcas. Crianças hoje, clientes amanhã (FREITAS, 2020)

De acordo com o autor, esse modelo de educação já vem sendo abordado desde as discussões da BNCC, pautado na modernização dos materiais didáticos, que até aquele momento eram apenas no formato impresso. No entanto todo esse processo vem ganhando um impulsionamento muito maior com atividades remotas impostas pela pandemia.

Existe por parte do setor privado empresarial um grande interesse em conduzir o ensino através dessas plataformas, sob alegação da importância da tecnologia para a educação básica. No entanto, o que podemos observar são “plataformas de ensino pré-fabricadas” (FREITAS, 2020) que necessitam de cursinhos de formações para educadores (ofertados em suma maioria por instituições e fundações privadas), transformando o professor em mero assistente desses recursos, colocando em “curso a desqualificação e desprofissionalização do magistério” (FREITAS, 2020).

Apesar de esses documentos surgirem sempre respaldados pelo suposto apoio que visam dar ao trabalho de gestores e professores, podemos perceber que o Conviva divulga desde o início da pandemia as premissas do setor privado empresarial para educação, essencialmente no cenário atual. São documentos, notícias e materiais que se apresentam no formato de recomendações e guias, determinado um passo a passo de como as SMEs, gestores e professores devem agir.

Isso se torna extremamente perigoso na medida em que toda essa conjuntura ocasionada pela pandemia na educação brasileira causou instabilidade em grande parte dos professores e alunos, que tiveram que lidar de uma hora para outra com o mundo digital. Esses materiais chegam como uma solução rápida, que pode fornecer suporte ao trabalho desenvolvido nas escolas do país, mas analisados sobre outro olhar, percebemos que são mais forma do setor privado mercantil reafirmar os seus interesses particulares para a educação básica.

O papel do Conviva nesse processo é servir como ligação direta desse setor com a educação municipal, considerando o grande número de indivíduos que estão acessando mensalmente esses conteúdos e conseqüentemente se

alimentando desses materiais. A página do Conviva *Combate ao Coronavírus* vem como mais um ambiente para que isso ocorra, no entanto, totalmente direcionada a trazer soluções para o campo educacional relativa ao enfrentamento da pandemia.

5.1.2 Conviva Educação: Apoio a gestão ou ataque a democratização da Educação?

Com base nos apontamentos mencionados anteriormente sobre a o Conviva Educação, podemos inferir que todo o protagonismo advindo do setor privado empresarial frente à plataforma pode causar grandes danos para a Democratização da Educação Pública.

É difícil compreender como uma plataforma como o Conviva pode causar danos para Democratização da Educação, afinal, a UNDIME bem como o Conviva apresentam-se como iniciativas amplamente democráticas, e sobre um olhar mais ingênuo poderíamos concordar com isso, considerando a grande participação e realização de fóruns, os contatos firmados com sindicatos e iniciativas progressistas como a Campanha Nacional Pelo Direito da Educação, além da participação assídua em pautas importantes para a educação e a defesa da educação pública. Enfim, uma série de circunstâncias que nos apresentam em um primeiro momento, que tanto a UNDIME como o Conviva prezam pela Democratização da Educação Pública. No entanto ao analisarmos de modo mais crítico as relações nas quais a plataforma vem firmando, percebemos uma condução cada vez maior de organizações privadas empresariais sobre as ações do Conviva, buscando dessa forma a preservação de uma democracia burguesa, em que em tese os indivíduos têm participação, porém não qualquer movimento que vise mudar a forma de organização da sociedade capitalista.

Apesar de estar em consonância com a garantia de acesso à educação, a plataforma demonstra certa contradição quanto à formação e conteúdos sobre a organização do trabalho de gestores educacionais, bem como da formação de professores e equipes técnicas das SMEs, que são colocadas em poder de grupos privados empresariais, essencialmente parceiros do Conviva.

Dado isso, por compreendermos que a democratização da educação não se trata apenas da garantia do acesso e permanência de sujeitos nas instituições

escolares, mas também da garantia de uma apropriação do conhecimento que permita a esses sujeitos o desenvolvimento do senso crítico e de um conhecimento que lhes dê subsídios para o enfrentamento da sua realidade, entendemos que o Conviva sobre o pretexto de apoio, vem na verdade limitando a garantia desse direito ao colocar nas mãos do setor privado empresarial, processos que tem total influência sobre a formação de gestores educacionais e professores das redes municipais.

Sabemos que apesar dos grandes avanços que o país obteve, essencialmente com relação à ampliação do acesso à Educação no período pós-ditadura militar, quando se deu início a um processo de democratização no Brasil, as privatizações na educação também se expandiram e vêm ocupando um espaço cada vez maior no campo educacional através de diversas vertentes, das quais se encontra a gestão da Educação (PERONI, 2016).

O Estado continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, principalmente no ensino fundamental e médio, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública (PERONI, 2016)

A plataforma Conviva Educação é justamente um meio de formar gestores educacionais nos municípios brasileiros, no entanto devemos questionar qual é o tipo de formação está chegando até esses profissionais. Através da análise realizada na plataforma, incluindo as diversas ferramentas de apoio disponibilizadas, bem como as formações continuadas, o que percebemos é um grande direcionamento do setor privado mercantil frente às várias ações do Conviva.

Todo esse protagonismo do setor empresarial acompanha a plataforma desde a sua criação, que ocorreu juntamente com instituições representantes do grande empresariado brasileiro, que desde então, não só utilizam o Conviva para divulgar suas ações formativas, conteúdos e cursos, como também conduzem o ambiente virtual, como é o caso do Instituto Natura que ocupou esse espaço até o ano de 2021, quando passou o comando para a fundação Itaú Social.

Se reduzirmos a democratização da educação apenas ao acesso e universalização da educação, talvez não encontremos pontos que nos levem a

crer que o Conviva não contribui para isso, afinal tanto a UNDIME como o Conviva estão notoriamente envolvidos em pautas que visam garantir esse direito, indo assumidamente contra a movimentos que possam causar danos para o acesso à escola, como é o caso do *homescooling* por exemplo, movimento que defende a educação domiciliar, no qual a UNIDIME e conseqüentemente o Conviva declararam oposição publicamente.

Além do mais, a garantia de acesso à Educação é mais do que um direito, é um dever do Estado, assegurado na Constituição Federal de 1988, no art. 205 onde enuncia que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, tratando-se de um direito reconhecido por Lei Federal é necessário que as redes e escolas atuem na garantia do referido direito, incumbido ao gestor educacional a posição de “assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições” (CURY, 2007, p. 484). Diante disso, o gestor educacional torna-se um ponto central para a democratização da educação, por isso a relevância de analisar o que está chegando até esses profissionais.

Garantido por lei, temos a certeza de que o acesso e permanência a educação está diretamente ligado à democratização da educação, e poderíamos até dizer que uma coisa é sinônima da outra. No entanto, apenas encontrar-se dentro do ambiente escolar não garante uma educação democrática. Muito mais do que o indivíduo estar e permanecer dentro de uma instituição de ensino, deve-se considerar qual é o tipo de apropriação que este sujeito está adquirindo, afinal de nada adianta permanecer dentro da escola por um longo ciclo, que inclui desde a educação infantil, até o ensino médio e sair com uma apropriação extremamente limitada sobre a realidade na qual esse aluno vive.

A gestão escolar torna-se ponto chave para a garantia do acesso e permanência, e além disso, para a apropriação do conhecimento que o indivíduo que permeia o ambiente escolar terá. Isso ocorre devido ao fato do encargo carregado pela gestão, de organizar e coordenar esse ambiente, algo que se

assemelha muito a questões administrativas, mas além disso, sobre um viés mais pedagógico de proporcionar aos sujeitos dessas instituições de ensino uma compreensão real sobre a realidade na qual vivemos, formando assim, sujeitos que poderão atuar criticamente dentro da sociedade.

Dessa forma, a democratização na escola, pode contribuir para a democratização real na sociedade. Porém essa proposta de sociedade convive com o sistema capitalista que torna desafiador o desenvolvimento de uma democracia mais profunda em âmbito mais amplo de sociedade (ZUFFO e MOURA, 2016, p. 05).

Ao longo desse estudo, destacamos inúmeras vezes o quão a educação e, essencialmente a escola, tornaram-se um campo de disputas de projetos ideológicos e hegemônicos da classe dominante, e a plataforma Conviva Educação vem reafirmar esses projetos para a esfera da educação municipal, mais precisamente através da gestão escolar. Inferimos portanto, que a plataforma se trata de uma organização, não só direcionada, mas também controlada pelo capital, na medida em que grupos privados mercantis assumem a gestão de todos os conteúdos e ferramentas ali presentes.

Apesar de tratar sobre o aspecto democrático, o que se percebe é uma atuação individualizada do Gestor Municipal de Educação, essencialmente no preenchimento de diagnósticos sobre a educação e cadastros (VIEGAS, 2019), lembrando aqui que todos os profissionais da área da educação só têm cadastro realizado na plataforma mediante autorização do Gestor Municipal.

Não há nenhum tipo de envolvimento por parte dos profissionais das Redes Municipais de Educação (REMEs) na construção e conhecimento dos elementos que abrangem uma concepção de “gestão pedagógico-democrática”, pois as dimensões já foram pré-estabelecidas pela assessoria (VIEGAS, 2019, p. 221).

Ou seja, se fala muito em gestão democrática, mas na prática o que se percebe é um agrupamento de instrumentos que levam ao controle de tudo que ocorre nas escolas, de modo a manter a ordem daquilo que é previsto pelos grupos que conduzem a plataforma. Além disso, todo o incentivo à formação continuada de profissionais da educação em cursos e eventos organizados por grupos privados mercantis demonstram que o Conviva busca não só naturalizar, mas também introduzir para a educação municipal um projeto capitalista e

hegemônico idealizado pela classe dominante, que visa validar seus ideais através do ensino público.

Princípios administrativos empresariais são percebidos na plataforma, por exemplo, em ferramentas que se apresentam como guias a serem seguidos, com inúmeras informações e formulários a serem preenchidos, bem como um fichário de *rotina* ao final de cada conteúdo, indicando como organizar a rotina diária, mensal, anual e quadrienal de cada área de gestão escolar. A seguir podemos observar um exemplo desse item com instruções de organização da rotina da gestão administrativa.

Figura 4 – Exemplo da indicação de fichário de rotina sugerido pela plataforma para a Gestão Administrativa



Rotina

Rotina Gestão Administrativa

- 
QUADRIENAL
 - Coleta de dados, informações e demandas educacionais que contribuam com a elaboração do Plano Plurianual.
- 
ANUAL
 - Elaboração do planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação;
 - Coleta de dados, informações e demandas educacionais que contribuam com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual;
 - Elaboração, atualização e acompanhamento da agenda de atividades de todos os setores da educação municipal;
 - Organização dos processos de compra de produtos e contratação de serviços;
 - Coleta de informações de todos os setores da educação municipal para a contratação de pessoal, por meio de concurso público, e para assegurar a evolução na carreira;
 - Registro no patrimônio do município dos bens móveis e imóveis da educação municipal.
- 
MENSAL
 - Atualização e acompanhamento da agenda de atividades da educação municipal;
 - Coleta de informações sobre frequência de professores e servidores das unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação, a fim de providenciar o pagamento dos salários.
- 
DIÁRIO
 - Realizar os processos necessários para a execução de serviços e contratações previstas no orçamento;
 - Providenciar o trâmite adequado de documentação em todos os setores da educação municipal;
 - Verificar as necessidades apresentadas pelas unidades escolares sobre aquisição de produtos e serviços;
 - Verificar a realização e a qualidade dos serviços prestados à educação municipal.

Ativar
Acesso C

Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

É importante salientar que essas ferramentas a serem preenchidas foram pensadas e elaboradas pelo Conviva Educação, sem uma participação de sujeitos que permeiam o campo educacional. Nesse sentido, há uma certa “coação” dos indivíduos cadastrados na plataforma que são de acordo com Zuffo e Moura (2016, p. 8):

[...] impedidos de pensar sobre sua atividade, são treinados para realizar tarefas, o que não passa de servirem ao poder econômico. Logo este modo de produção se expande chegando a administração escolar, como campo fértil de formação de pessoas. Assim como as teorias administrativas são aceitas pela sociedade, elas crescem e incorporam novas definições para garantir o mesmo fim: a produção.

Uma formação que tem como pretensão formar sujeitos emancipados, que possam integrar a sociedade de modo crítico e participativo, bem como apropriar-se de conhecimentos que não lhes permitam apenas a condição de sobreviventes, necessita de uma gestão escolar que esteja em conformidade com tais objetivos (PARO, 1998). Ainda de acordo com o autor, é por este motivo que tendências provenientes não só do Estado, mas também de outros setores de ensino que possam reduzir a gestão escolar a soluções tecnicistas advindas da administração empresarial, ligadas ao grande capital, devem ser repugnadas.

Acreditamos que as ferramentas, cursos e treinamentos que são disponibilizados pelo Conviva, não passam de uma lógica idealizada pelo setor privado empresarial, que ocorre de cima para baixo, na medida em que, ao que parece, disponibiliza uma série de formulários que necessitam de preenchimento, sem que haja nenhuma participação crítica dos envolvidos nesse processo, seja o Gestor Municipal de Educação, seja as equipes técnicas das secretarias, diretores e professores que utilizam a plataforma como meio de organização do trabalho e/ou formação continuada. As duas imagens a seguir que demonstram a ferramenta disponibilizada pela plataforma para o preenchimento de dados relacionados aos convênios e contratos estabelecidos, corroboram com o que foi citado acima.

Figura 5 – Exemplo do formulário para o cadastramento e acompanhamento dos convênios firmados com instituições privadas e órgãos

governamentais.

Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

Figura 6 – Exemplo do formulário para o cadastramento e acompanhamento dos contratos que a Secretaria firma com fornecedores

Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

Essas ações vão ao encontro da colocação de Paro (1998, p. 05), onde o autor destaca que para esse tipo de concepção,

basta a introdução de técnicas sofisticadas de gerência próprias da empresa comercial, aliada a treinamentos intensivos dos diretores e demais servidores das escolas para se resolverem todos os problemas da educação escolar.

Importante destacar que, introduzida a toda essa ação de controle que pode ser percebida na plataforma, há também todo um discurso que remete a melhoria da qualidade através de uma boa gestão. Tal discurso é comumente pregado pelo setor privado empresarial, que justifica sua atuação frente ao campo educacional sobre a desculpa de salvamento de uma educação defasada. Ademais, percebemos a semelhança com a fala de Paro sobre tais técnicas gerenciais, ao nos depararmos com documentos como o “*Guia de Uso do Conviva*, por exemplo, ou a *Navegação Guiada* que descreve como preencher cada ferramenta disponibilizada.

Figura 7 – Apresentação do Guia de Uso do Conviva



Fonte: Conviva Educação, 2020.

O Guia de Uso, documento de 104 páginas totais, traz uma descrição bastante detalhada sobre a plataforma e inclusive apresenta roteiros de atividades para as equipes usuárias do Conviva, organizados em três grupos. De acordo com a plataforma, a proposta visa que

[...] esses três meses de atividades inspirem sua equipe para um uso rotineiro da plataforma. Se inicialmente os técnicos realizaram as atividades do Grupo 1, por exemplo, sinta-se convidado para realizar as do Grupo 2 e 3! Veja também que no final das atividades para cada grupo há sugestões para trabalho de outros setores. Se necessário, adapte para a sua realidade, mas aproveite as orientações deste Guia para de fato mergulhar no Conviva (GUIA DE USO DO CONVIVA, 2019, p.16).

As imagens a seguir ilustram os quadros sugeridos pelo Guia de Uso para a organização das atividades na plataforma a partir dessa proposta.

Figura 8 – Proposta de organização de atividades para o grupo 1

**GRUPO 1 DE ATIVIDADES:
PARA EQUIPES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO QUE ESTÃO
INICIANDO SEU TRABALHO COM A PLATAFORMA CONVIVA EDUCAÇÃO**

MÊS	PÚBLICO	TEMA
1º	Todos os setores da Secretaria	Organização do cadastro e apresentação geral da plataforma (Indicadores, Biblioteca, Fórum, Experiências, Secretaria, Agenda, Fique Atento, Galeria, Programas e Projetos, Configurações e Planejamento Anual) e Gestão Administrativa.
2º	Todos os setores da Secretaria	Estudo da área de Gestão Democrática.
	Equipe que trabalha na área Orçamentária e Financeira	Leitura da área de Gestão Orçamentária e Financeira, uso da ferramenta de Receitas e Despesas, e participação no curso EAD.
	Equipe que trabalha na área de Alimentação Escolar	Estudo da área de gestão, uso das ferramentas de Cardápio e Gastos com Alimentação, e participação no curso EAD.
3º	Todos os setores da Secretaria	Plano de Ação.
	Equipe que trabalha na área de Transporte Escolar	Leitura da área de gestão e uso das ferramentas de Veículos, Gastos com Transporte e Rotas do Transporte.

Fonte: Guia de Uso do Conviva, 2019.

Figura 9 – Proposta de organização de atividades para o grupo 2

GRUPO 2 DE ATIVIDADES:
PARA AS EQUIPES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO QUE JÁ UTILIZAM ALGUMAS
FERRAMENTAS DA PLATAFORMA CONVIVA E QUEREM APRIMORAR SEU TRABALHO
COM GESTÃO DA EDUCAÇÃO

MÊS	PÚBLICO	TEMA
1º	Todos os setores da Secretaria	Organização do cadastro e apresentação geral da plataforma, indicadores educacionais, Biblioteca, Fique Atento, Programas e Projetos, Configurações e Galeria. Gestão Administrativa: conhecimento sobre compras públicas, contratos, convênios e parcerias. Gestão Democrática e Plano Municipal de Educação.
2º	Todos os setores da Secretaria	Memorial de Gestão e Biblioteca.
	Equipe que trabalha na área Administrativa	Estudo da área de gestão, análise sobre os procedimentos para a gestão da educação, compras públicas e parcerias. Uso das ferramentas: Estoque, Plano de ação, Contratos, Convênios, Infraestrutura dos Prédios e Receitas e Despesas.
3º	Todos os setores da Secretaria	Plano de Ação.
	Equipe que trabalha na área de Gestão de Pessoas	Estudo da área de Gestão de Pessoas, análise sobre os procedimentos para a gestão de professores e demais servidores, e uso da ferramenta de Profissionais.
	Equipe que trabalha na área de Documentação das escolas e dos estudantes, do censo e das matrículas	Estudo da área de Gestão de Estrutura e Documentação Escolar. Uso das ferramentas: Calendário, Organização da Rede, Importação dos dados do Educacenso.

Fonte: Guia de Uso do Conviva, 2019.

Figura 10 – Proposta de organização de atividades para o grupo 3

**GRUPO 3 DE ATIVIDADES:
PARA EQUIPES QUE FAZEM USO CONSTANTE DE FERRAMENTAS E CONTEÚDOS
DO CONVIVA E PROCURAM A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

MÊS	PÚBLICO	TEMA
1º	Todos os setores da Secretaria	Organização do cadastro e apresentação geral da plataforma. Estudo sobre os conteúdos de planejamento, agenda e compras públicas. Gestão Administrativa: contas públicas, contratos, convênios e parcerias. Ferramenta de Diagnóstico da Gestão Democrática. Área sobre o Plano Municipal de Educação (PME) e uso da ferramenta de Plano Municipal de Educação para monitoramento e avaliação.
2º	Todos os setores da Secretaria	Estudo da área de Memorial de Gestão.
	Equipe que trabalha na área Pedagógica	Estudo da área de Gestão Pedagógica; análise dos indicadores educacionais da rede e de cada uma das escolas e uso da ferramenta Espaços Escolares.
3º	Todos os setores da Secretaria	Plano de Ação.
	Grupo específico para tratar da relação da Secretaria com as escolas	Estudo da área de Relacionamento SME e Escolas e todas as ferramentas que estão disponíveis para o perfil de escolas: Escolas e Matrículas, Profissionais, Estoque, Plano de Ação, Cardápio, Rotas do Transporte Escolar, Infraestrutura dos Prédios.
	Grupo específico para tratar do regime de colaboração	Estudo da área de Regime de Colaboração. Análise sobre a participação em ADEs e Consórcios.

Fonte: Guia de Uso do Conviva, 2019.

A seguir, o Guia de Uso apresenta um quadro de propostas de atividades que descrevem o que deve ser feito em cada semana no decorrer de três meses para cada grupo de atividade. Além disso, o documento coloca a disposição das equipes botões de direcionamento para área de *dúvidas frequentes* na plataforma, e também para a área *entre em contato* na qual o Guia disponibiliza os contatos dos articuladores responsáveis pelo atendimento dos municípios em cada estado. A exemplo, as imagens a seguir demonstram o quadro de sugestão de atividades e também a organização sugerida para a 1ª semana do grupo 1.

Figura 11 – Quadro de propostas de atividades por grupos

PROPOSTAS DE ATIVIDADES

GRUPO 1 DE ATIVIDADES:
para equipes das secretarias municipais de educação que estão iniciando seu trabalho com a plataforma Conviva

GRUPO 2 DE ATIVIDADES:
para as equipes da Secretaria de Educação que já utilizam algumas ferramentas da plataforma Conviva e querem aprimorar seu trabalho com gestão da educação

GRUPO 3 DE ATIVIDADES:
para equipes que fazem uso constante de ferramentas e conteúdos do Conviva e procuram a excelência na gestão da educação

Fonte: Guia de Uso do Conviva, 2019.

Figura 12 – Proposta de atividades para o grupo 1

GRUPO 1
1º MÊS • 1ª SEMANA • 1h30

1º MÊS

1ª SEMANA
2ª SEMANA
3ª SEMANA

2º MÊS

3º MÊS

ATIVIDADES PARA TODOS OS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. Acesse o Conviva e, se necessário, atualize os dados de cadastro do Dirigente Municipal de Educação (DME) na ferramenta **Minha Equipe**. O primeiro passo é clicar no botão "Indicar mudança de usuário principal", inserindo e copiando a portaria que indica e print do novo DME. Depois disso, se o novo Dirigente já é cadastrado no Conviva em seu município, basta aguardar a liberação de acesso realizada pela equipe de atendimento da plataforma. Caso ele ainda não seja cadastrado, é necessário preencher os campos indicados na opção **Cadastrar**, na página inicial para passar e ter os dados de login e senha para acesso. (www.convivameducacao.org.br)
2. Indique que um representante por setor (Pedagógico, Administrativo, Financeiro, Transporte Escolar e Alimentação Escolar) **faça o cadastro** na plataforma (ou atualize as informações registradas). Também é possível sugerir que um profissional por escola se cadastre. Embora o Conviva seja direcionado às secretarias municipais de educação, as escolas encontram **conteúdos** (em texto e vídeos, incluindo uma área específica sobre a relação entre secretarias e escolas) e **ferramentas** (como Estudantes, Professores e Escolas e Matrículas) relacionadas ao trabalho de cada unidade. O uso desses recursos permite a inserção constante de informações para uma melhor gestão! O DME deve autorizar individualmente o uso das ferramentas que serão úteis a cada usuário, conforme a área em que atua. Leia a página de introdução da área **Minha Equipe** para saber mais informações sobre os tipos de uso.
3. No primeiro acesso na plataforma, a equipe pode explorar brevemente as funcionalidades encontradas.
4. Reúna a equipe da Secretaria para uma navegação conjunta para compreender de que forma o Conviva está estruturado: veja as páginas iniciais (home de plataforma antes e depois de serem preenchidos os dados de login e senha) e quais benefícios a Secretaria pode ter com a utilização regular do ambiente. Neste momento, dedique-se a saber onde estão:
 - a. Os **conteúdos** das áreas de gestão.
 - b. A **biblioteca virtual**.
 - c. Os **indicadores** educacionais.

GRUPO 1 **GRUPO 2**

DUVIDAS FREQUENTES

ENTRE EM CONTATO

Fonte: Guia de Uso do Conviva, 2019.

Diante disso podemos perceber que há por parte desse documento uma tentativa de controlar até mesmo a forma na qual as secretarias devem utilizar as ferramentas da plataforma, com um treinamento e um passo a passo a ser seguido. De acordo com o Guia de Uso do Conviva (2019, p.16) “o trabalho em uma secretaria de educação exige processos organizados, envolvimento da

equipe, objetivos claros e aprendizado contínuo”. Em seguida, sugerem que através do Conviva esses objetivos serão atingidos, desde que as secretarias coloquem as ferramentas e conteúdos da plataforma em sua rotina (GUIA DE USO, 2019).

Todos esses métodos se alinham a uma lógica que se apresenta como um meio de facilitar os processos desenvolvidos dentro do âmbito educacional, quando na verdade, ao que tudo indica, buscam muito mais o controle desses processos do que o apoio ao trabalho de fato.

É preciso ter a consciência de que a escola não é uma empresa, muito pelo contrário, é uma instituição de interesse público, portanto, necessita de uma gestão democrática que de fato considere a participação de todos de modo a atender os fins previsto no art. 205 da Constituição Federal (CURY, 2007). Nesse sentido, a democratização da gestão não deve possibilitar apenas a participação daqueles que possuem ligação com o Estado, e sim envolver os sujeitos que permeiam o ambiente escolar, bem como a comunidade em geral, pois somente assim poderá propiciar a população de fato a possibilidade de “controle democrático do Estado no provimento de uma educação escolar em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade (PARO, 1998, p. 06).

No que pese o fato do Conviva apresentar suas ferramentas como uma forma de apoio a gestão, a plataforma inclui uma série de indicações de como deve ocorrer cada processo pertinente à organização escolar, além do perceptível esforço em induzir que os gestores utilizem, preencham e mantenham atualizados os dados nas ferramentas. A grande questão é que essa plataforma não foi uma construção coletiva que envolveu comunidades escolares, por exemplo. Pelo contrário, a plataforma demonstra uma considerável intervenção de instituições privadas que vem através do Conviva definindo e direcionando o processo de organização no interior das escolas, bem como devem ocorrer às ações das equipes não só das SMEs, mas também das equipes diretivas.

Considerando que a gestão democrática tem como princípio essencial a participação da comunidade escolar como um todo, uma plataforma pensada e dirigida por representantes do setor privado mercantil torna-se um ataque aos princípios democráticos que devem estar presentes no âmbito escolar.

De acordo com a LDB 9394/96 em seu art. 14,

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

No entanto, quando essa participação se resume a seguir um passo a passo de como deve ocorrer todo esse processo democrático, e, ademais, preencher formulários pré-estabelecidos, a participação da comunidade escolar fica extremamente limitada. Outrossim devemos novamente pontuar o fato do grande protagonismo do setor privado empresarial frente as ações do Conviva, o que implica também uma forma de privatização da educação através da gestão, considerando as inúmeras formas de intervenções dessas instituições privadas que são intermediadas através da plataforma nos municípios brasileiros, essencialmente voltadas para a gestão das SMEs e das escolas. Deste modo, de acordo com Peroni (2018, p. 214), o privado vem “interferindo no conteúdo da educação pública, tanto no currículo quanto na gestão e organização escolar”. Essa interferência amparada sobre a justificativa de apoio a gestão educacional, possibilita que cada vez mais a lógica do privado adentre o público, viabilizando uma formação alinhada aos ideais do capital, e como desfecho disso, de acordo com Paro (1986) a escola torna-se uma instituição que colabora para a reprodução de uma ideologia dominante.

O Conviva, nesse sentido exerce o papel de representante dessas ideologias nas SMEs, desempenhado uma espécie de ponte para que o privado adentre cada vez mais os sistemas de ensino. Todo esse processo ocasiona danos irreparáveis para a democratização da educação ao passo que,

a interferência do privado na escola básica [...] ao atender a grupos particulares com interesses marcadamente mercantis, sonega dos educadores escolares o direito (e o dever) de planejarem, organizarem e executarem a aprendizagem em estreita colaboração com seus colegas e educandos (PARO, 2012, p. 10).

A gestão educacional no campo da escola pública, não deve estar em consonância com preceitos administrativos advindos do setor privado empresarial, pelo simples fato da escola não se tratar de uma empresa.

Empresas, mesmo com suas particularidades, objetivam um único fim que é o lucro (PARO, 2012). No entanto, o que vemos é que

a gestão democrática, duramente conquistada na Constituição Federal de 1988 [...] está cada vez mais em disputa com a gestão gerencial ou outras formas de gestão historicamente vinculadas ao mercado (PERONI, 2018, p. 218).

O que ocorre é que em razão das diversas tarefas que incluem a organização de uma instituição, criou-se uma grande necessidade de que existam pessoas que ocupem cargos administrativos a fim de coordenar e controlar as ações executadas pelos trabalhadores de modo geral (PARO, 2012, p. 23). No entanto, essa forma de organização controladora, comumente executada em empresas, possuem de acordo com Paro (2012, p. 23) “correspondência na realidade concreta da sociedade capitalista”.

Todo esse processo moldado pelo capitalismo que vem sendo replicado com a gestão educacional do ensino público ocasiona consequências que podem ser irreparáveis para formação dos alunos e de todos os sujeitos que perpassam o ambiente escolar. A classe dominante, que vem cada vez mais se infiltrando e direcionando a gestão educacional, por diversas vertentes, como é o caso da plataforma Conviva, não possui nenhum interesse que o “conhecimento objetivo da realidade social seja adquirido pelas amplas camadas da população” (PARO, 2012, p. 154). Pelo contrário, a educação é vista por esses grupos como uma potente ferramenta para formação de um consenso que esteja de acordo com os seus interesses, sejam mercantis ou ideológicos. Além do mais,

no contexto dessa concepção dominante, é comum atribuir-se a todo e qualquer problema uma dimensão estritamente administrativa, desvinculando-o do todo social no qual têm lugar suas causas profundas, e enxergando-o apenas como resultante de fatores como a inadequada utilização dos recursos disponíveis, a incompetência das pessoas e grupos diretamente envolvidos, a tomada de decisões incompatíveis com seu equacionamento e solução, e outras razões que podem facilmente ser superadas a partir de uma ação administrativa mais apropriada (PARO, 2012, p. 165).

Por esse motivo a criação de uma plataforma que incide veementemente sobre todas as áreas da gestão da educação não se trata apenas de um mero

apoio, mas sim de uma forma de controle por parte daqueles que dominam as forças de trabalho na nossa sociedade, e que, supostamente, são exemplos de qualidade e eficiência. Não é por acaso que o Conviva busca cada vez mais estar presente dentro dos municípios brasileiros, bem como das redes de educação municipal. Essa plataforma é basicamente a ponte que faltava para que o setor privado mercantil assumisse o controle da gestão educacional municipal, apoiados sobre o pressuposto de auxiliar na organização do trabalho dos gestores de educação.

Com isso, vêm ocorrendo uma naturalização cada vez maior quanto à infiltração do setor privado mercantil dentro da educação pública, bem como os mecanismos administrativos oriundos da “empresa capitalista”, que acabam por ser legitimados dentro das escolas e SMEs (PARO, 2012, p.167). Ainda de acordo com o autor, isso ocorre exatamente pelo fato de a administração/gestão ser historicamente vista como algo essencialmente técnico, deixando de lado seus determinantes sociais e econômicos.

Apesar dessa presença do setor privado empresarial na condução da gestão educacional pública, o termo Gestão Democrática nunca desapareceu, muito pelo contrário, se analisarmos por exemplo o a plataforma Conviva, vamos perceber a presença da expressão em diversos documentos, e inclusive uma área destinada apenas a essa questão, como podemos ver nos exemplos de imagens a seguir.

Figura 13 – Área *Democrática* encontrada no campo de *Conteúdos* da plataforma

Democrática

Esta área do Conviva visa estimular a adoção de processos de gestão democrática na Secretaria Municipal de Educação. O primeiro passo é criar um Plano de Ação da gestão democrática. Isso depende da articulação da Secretaria com todos os segmentos da educação pública municipal e com outras áreas da administração. E também com setores da sociedade civil organizada.

BIBLIOTECA

Base Nacional Comum Curricular - Educação 4 a base

Conteúdo completo - Área de Gestão Democrática

Videoconferência: Quais as ações que a secretaria precisa realizar para encerrar o ano?

Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública

Conselho Escolar: Processos, Mobilização, Formação e Tecnologia

LEGISLAÇÃO

Lei Nº 13.005, de 25 Junho de 2014.

Portaria Nº 241, de 29 de maio de 2014

Emenda Constitucional nº 34, de 12 de Setembro de 1996

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)

Portaria nº 430, de 10 de dezembro de 2008

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Nenhum item a ser exibido

Buscar...

Exibir todos os conteúdos

Princípios

Contexto da Gestão Democrática

Conselho da área de Educação

Plano de ação de Gestão Democrática

Rotina

Download desse conteúdo em PDF

Fonte: Conviva Educação, 2021.

Figura 14 – Área de *Diagnóstico da Gestão Democrática* encontrado no campo de *Ferramentas* da plataforma



Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

No entanto vemos que esse termo perde o sentido pelo qual foi criado sofrendo, de acordo com Silveira (2016, p.64) “alterações em seu conteúdo e significado”. Ainda conforme o autor, na perspectiva do capital o termo Gestão Democrática está muito mais atrelado a redução na participação do Estado sobre a Educação, o que fortalece cada vez mais a participação desses grupos no campo educacional de modo geral, inclusive através da gestão.

Todo esse protagonismo do setor privado empresarial sobre a gestão educacional ameaça muito além da gestão democrática nas instituições de ensino, mas também a democratização da educação e da sociedade como um todo, visto que de acordo com Peroni (2018, p. 218), a gestão democrática:

[...] é parte do projeto de construção da democratização da sociedade brasileira. Portanto, a construção do projeto político-pedagógico, a participação em conselhos, a eleição para diretores, a autonomia financeira são processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, tanto para a comunidade escolar quanto para a comunidade em geral, porque a participação é um longo processo de construção.

Desta forma, a gestão democrática faz-se elemento inquestionável de aprendizado da democracia, visto que assim como no Estado, a escola é um ambiente que concentra diversas questões e conflitos, o que a torna um “importante mecanismo de questionamento das relações econômicas e sociais

e destacado mecanismo de fortalecimento das relações e princípios democráticos” (SILVEIRA, 2016, p. 56).

No entanto, o que percebemos é uma participação cada vez maior de representantes do grande empresariado brasileiro invadindo o campo educacional, e neste caso da plataforma Conviva, sobre uma das principais áreas para a garantia da democratização da educação, que é a gestão. Nesse sentido a escola que deveria assumir um papel de formação crítica, que permita aos sujeitos que ali perpassam um acúmulo histórico que os possibilite enfrentar a realidade na qual se encontram, muito pelo contrário, vem sendo cada vez mais acometida por pressupostos vinculados aos interesses dominantes, passando a desempenhar um papel similar ao exercido pela empresa capitalista, servindo a “exploração de uma minoria sobre os demais”. (PARO, 2012, p. 197).

Dentro do que é apresentado, o que escutamos é que a escola democrática está estritamente relacionada com a formação cidadã, preparando os sujeitos envolvidos para o exercício consciente da cidadania, mas na configuração das atividades realizadas no cotidiano, o que se vê é que a maior parte dos gestores, dirigentes educacionais e professores acabam utilizando-se de tal objetivo a fim de formar pessoas que “saibam ocupar seu lugar na sociedade, que sejam disciplinadas, ordeiras; que respeitem os outros; reconheçam a diversidade; acatem a hierarquia” (SAVIANI, 2017, p. 654). Ainda do ponto de vista do autor, em síntese, as instituições de ensino buscam formar, na verdade, pessoas que sejam “submissas e conformadas”.

[..] queremos uma escola que forme para o exercício consciente da cidadania, encontramos-nos diante de expectativas contraditórias: queremos, pela ação educativa, contar com cidadãos ativos, críticos e transformadores, mas no fundo desejamos que esses mesmos cidadãos sejam dóceis, colaboradores, compreensivos das diferenças e desigualdades, respeitosa da ordem social e conformados à situação vigente; submissos, portanto, às normas e valores próprios da sociedade tal como se encontra constituída (SAVIANI, 2017, p. 655).

A partir desse ponto de vista, não é incomum vermos grupos hegemônicos em defesa de uma Educação democrática, no entanto precisamos atentar para o que essas organizações entendem por democracia. No caso da plataforma Conviva, é bastante difícil ter-se uma visão mais crítica sobre tudo o que disponibilizado, dado que tanto a UNDIME como o Conviva e a organizações

privadas parceiras da associação e da plataforma, se apoiam quase em suma maioria sobre um discurso democrático de uma educação para todos. A exemplo disso, logo na apresentação da UNDIME, já é mencionado que a associação integra a rede da Campanha Nacional pelo Direito a Educação, iniciativa que “hoje é considerada a articulação mais ampla e plural no campo da educação no Brasil” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2021).

A missão da Campanha é atuar pela efetivação e ampliação das políticas educacionais para que todas as pessoas tenham garantido seu direito a uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica, e de qualidade no Brasil (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2021).

No entanto, sob uma visão mais analítica, o que percebemos é que essa democracia disseminada não apenas pela UNDIME, mas também pelo Conviva e os parceiros envolvidos, na verdade visa uma formação que vá ao encontro de uma sociedade hegemônica, capitalista e já posta, que serve a um modelo pronto, elaborado e idealizado por grupos ligados ao empresariado, conservando como ideal para todos os interesses da classe dominante.

Devemos ressaltar novamente neste momento, a ampla participação da UNDIME e do Conviva no processo de elaboração e implementação da BNCC, assim como neste momento pós-implementação. A plataforma divulgou diversos cursos, seminários, palestras, dentre outros, que visavam à implementação do documento na educação básica, e, que em sua maioria eram advindos dos parceiros do Conviva pertencentes ao setor privado empresarial. Atualmente, não diferente do período de implementação, a oferta de cursos sobre conteúdos relacionados à BNCC também segue na mesma linha, aliado ao setor privado empresarial. As imagens a seguir são da área de cursos ofertados pela plataforma, onde predominantemente, no momento atual, possuem parceria com a plataforma polo, iniciativa do Itaú Social.

Figura 15 – Cursos de formação sobre a BNCC



Experiência e protagonismo: a BNCC na Educação Infantil

Progresso das aulas: ○○○○○○

[FAZER CURSO](#)



A BNCC como oportunidade para rever o projeto político-pedagógico

Progresso das aulas: ○○○○○○

[FAZER CURSO](#)



Dimensões do trabalho do diretor e a BNCC

Progresso das aulas: ○○○○○○

[FAZER CURSO](#)



A BNCC nas práticas da gestão escolar

Progresso das aulas: ○○○○○○

[FAZER CURSO](#)

Além de estimular que os gestores educacionais, bem como professores se utilizem de materiais, conteúdos e guias elaborados pelo e/ou em conjunto com o setor privado mercantil, é necessário lembrar que a construção desse documento ainda recebe diversas críticas, principalmente relacionadas à falta de participação de educadores na sua elaboração, que apresentou um caráter antidemocrático e que seguiu, ainda na fase de implementação, sendo executado de cima para baixo, como já citado anteriormente neste estudo.

Dado isso, pressupõe-se que a questão da Gestão Democrática, bem como da Democratização da Educação, possui para a UNDIME e para o Conviva Educação uma concepção distorcida daquela defendida neste estudo, sobretudo pela íntima relação de ambas com o setor privado empresarial, assim como pela visível reprodução dos preceitos desses grupos para as SMEs brasileiras, como também para professores e gestores educacionais.

Desta forma, um conceito muito importante para os educadores e para os movimentos organizados em prol da educação pública, é apropriado pelo sistema privado e tem sua configuração distorcida, cerceando uma gestão que preze pela abertura de diálogo para uma construção em conjunto, crítica e reflexiva, reduzindo-a reprodução de uma gestão prescrita por uma plataforma, e que aparentemente visa à aplicação de uma espécie de roteiro pré-estabelecido. Deste modo, a escola que deveria ser um espaço de amplo debate, tem sua gestão e organização semelhante à de uma empresa, afinal, são representantes do grande empresariado que vem estabelecendo os rumos da organização e direcionamento da gestão educacional, embaçados pela plataforma Conviva Educação.

Assim, considerando que a democratização da Educação, perpassa questões de universalização e acesso, e deve estar fundamentada em formar sujeitos que possam enfrentar a realidade na qual vivem (PARO, 2012), atuando de modo crítico e emancipado sobre todas as esferas da sociedade, entendemos que uma gestão educacional “constituída à imagem e semelhança da administração empresarial capitalista se mostra incompatível com uma proposta de articulação da escola com os interesses dos dominados” (PARO, 2012, p. 198).

A UNDIME, por meio da plataforma Conviva Educação demonstra, através das suas ações, uma íntima relação com os princípios e ideais do setor

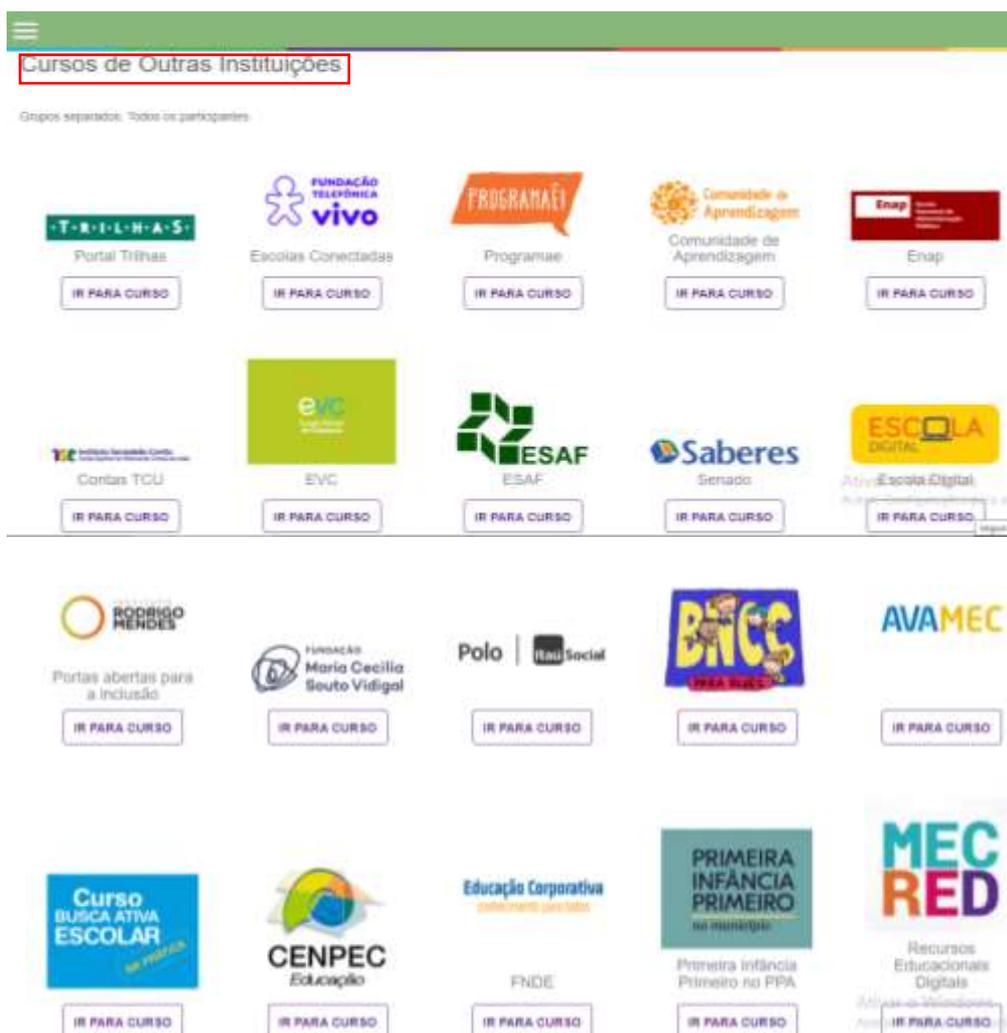
privado empresarial, o que pode ocasionar prejuízos para democratização da Educação, visto que coloca esses grupos no direcionamento de processos extremamente importantes para gestão da educação. Nesse sentido, o Conviva abre espaço para que essas organizações privadas legitimem seus conteúdos e formações nas SMEs e escolas, colocando-as a controle do capital e consequentemente, cerceando a democratização da educação.

5.2 Formação continuada de educadores municipais: quem está a frente?

Outro ponto a ser ressaltado na plataforma Conviva, está centrado no direcionamento para a execução de cursos em sites de instituições privadas. Dentre essas podemos encontrar, respectivamente, Instituto Natura, através dos projetos *Trilhas* e *Comunidade de aprendizagem*; Fundação Telefônica Vivo, com os projetos *Escolas Conectadas* e *Programaê!*; Fundação Telefônica Vivo e Instituto Natura, com apoio da Fundação Lemann e a Fundação Vanzolini, através do projeto *Escolas Digital*; Instituto Rodrigues Mendes, através do projeto *Portas abertas para a inclusão*; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que nos direciona para um curso sobre *Os campos de experiências na BNCC da Educação Infantil* e para a revista digital *Nova Escola*; Instituto Itaú Social, através do projeto *Polo*; CENPEC Educação, através de cursos de formação continuada de professores; Dentre outros cursos de órgão governamentais, como da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Instituto Sezerdelo Corrêa, Portal EVC, AVA MEC.

A plataforma direciona o usuário diretamente para página da instituição parceira responsável pelo curso. Na figura a seguir podemos visualizar como ocorre o direcionamento.

Figura 16 – Aba de Cursos de outras Instituições do Conviva



Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

Para uma melhor compreensão dos conteúdos desses cursos, foi realizada uma busca através da indicação *ir para curso* que pode ser encontrada na plataforma. Através desta busca, podemos ver em quais áreas educacionais os cursos tem maior incidência. No quadro a seguir foi exposto o nome do projeto, qual instituição/fundação é responsável pelo curso, bem como um resumo da descrição da ação. Importante salientar que os dados apresentados neste quadro foram obtidos através da página de cada curso/projeto e organizados resumidamente aqui.

Quadro 9 – Cursos de outras instituições

PROJETOS	INTUIÇÕES/FUNDAÇÕES	OBJETIVO	AÇÃO
Portal Trilhas	Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo e Instituto Península	Desenvolver alunos leitores e escritores até o 2º ano do Ensino Fundamental.	Cursos de formação continuada de professores alfabetizadores e estudantes de pedagogia.
Escolas Conectadas	ProFuturo, (programa global de educação da Fundação Telefônica Vivo e da Fundação Bancária la Caixa)	Apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satelital, e fomentar o uso de tecnologia digital na Educação Básica.	Cursos online de formação continuada, totalmente gratuitos, para professores da educação básica.
Programaê	Fundação Telefônica Vivo	Contribuir para o aprendizado e disseminação da lógica de programação e cultura digital para jovens estudantes.	Práticas pedagógicas orientadas por conteúdos e atividades de pensamento computacional, programação plugada e desplugada, robótica e narrativas digitais oferecidas pelos professores de escolas públicas.
Comunidade de Aprendizagem	Instituto Natura	Atingir uma educação de êxito para todas as crianças e jovens que consigo ao mesmo tempo eficiência, equidade e coesão social.	Cursos online no formato EAD, baseado em um conjunto de Atuações Educativas de Êxito voltadas para a transformação educacional e social.
Escola Digital	ProFuturo, (programa global de educação da Fundação Telefônica Vivo e da Fundação Bancária la Caixa)	Proporcionar interatividade, dinamismo e inovação às práticas pedagógicas.	Oferta de mais de 30 mil recursos digitais de aprendizagem a professores, gestores e redes de ensino.
Portas abertas para a inclusão	Instituto Rodrigo Mendes, UNICEF e Fundação FC Barcelona.	Apoiar as redes públicas de ensino para a promoção da inclusão escolar de meninos e meninas com deficiência por meio da ressignificação da educação física e de práticas esportivas seguras.	Curso de formação continuada para professores, gestores escolares e técnicos de secretarias municipais de educação
Os campos de experiências na BNCC da Educação Infantil	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Movimento Pela Base e Instituto Singularidades	Apresentar os diferenciais e as inovações que o documento apresenta em relação aos referenciais curriculares que a	Curso sobre os campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil,

		antecederam, abordar o modo como ela está estruturada e organizada e, por fim, explicar de que maneira os direitos de aprendizagem e desenvolvimento se articulam e se concretizam no cotidiano escolar por meio dos campos de experiências.	organizado em 7 módulos.
Polo	Itaú Social	Oferecer conteúdo e cursos que respondam aos principais desafios diários de quem trabalha e se interessa por educação.	Cursos e conteúdos gratuitos e certificados voltados principalmente para educadoras e educadores, equipes de secretarias de educação e de organizações da sociedade civil.
CENPEC Educação	CENPEC	Promover ações educacionais para a equidade em parceria com escolas, redes de ensino, comunidades, famílias e outras instituições.	Cursos online de formação continuada, gratuitos e multimodalidades sobre Educação Integral; leitura, escrita e letramento e cultura digital na educação.
Busca Ativa Escolar	UNDIME, Congemas, CONASEMS, Unicef e CEPEC.	Apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.	Ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios, desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

AVA MEC	CGU, CAPES, DCIM, Instituto Península, LabTIME, NTM, PMEPE, SEAF, SEB, SE – São Bernado do Campo, SESU, SEDUC-GO, Secretaria Nacional da Família, UFAL e UFG	Ofertar ações formativas e diversas outras formas de apoio educacional à distância ao processo ensino-aprendizagem.	Ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações formativas, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio educacional à distância ao processo ensino-aprendizagem.
Educação Corporativa: conhecimento para todos	FNDE, MEC e Governo Federal	Disponibilizar acesso a diversas informações relacionadas às ações da Autarquia, tais como notícias, informativos, objetos educacionais, cronograma de capacitações e eventos, bem como ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA).	Cursos formativos, gratuitos e com certificação.
Primeira Infância Primeiro	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	apoiar os gestores e equipes técnicas municipais na construção de um Plano Plurianual que priorize a primeira infância e atenda à obrigatoriedade da transparência dos investimentos realizados anualmente em políticas para famílias e crianças de 0 a 6 anos, estabelecida pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei no 13.257/2016).	Curso gratuito e voltado para servidores públicos municipais que tenham atuação no tema orçamento, planejamento, saúde, educação, assistência social ou que tenham interesse no tema da primeira infância, além de colaboradores de organizações sociais e quaisquer pessoas que se interessem pelos temas de orçamento público e de primeira infância.
MEC RED	UFPR, UFSC e MEC	Reunir e disponibilizar, em um único lugar, os Recursos Educacionais Digitais dos principais portais do Brasil, com o objetivo de melhorar a experiência de busca desses Recursos	Plataforma que reuni e disponibiliza em um único lugar, os Recursos Educacionais Digitais dos principais portais do Brasil.

Escola Nacional de Educação Pública – ENAP	Governo Federal	Aperfeiçoar os serviços prestados à sociedade e aprimorar a gestão pública.	Cursos de Pós Graduação alinhados a prática de mercado e Educação Executiva para formação de habilidades em várias áreas do conhecimento.
Escola Nacional do Tribunal de Contas da União	Instituto Sezerdello Correa	Desenvolver pessoas para a construção de uma sociedade cidadã	Cursos de capacitação e especialização do corpo técnico do TCU e ações para o público externo que possam contribuir para a efetividade do controle e a promoção da cidadania.
Escola Virtual de Cidadania – EVC	Camara dos Deputados	Ampliar o acesso a conteúdos sobre política, cidadania, democracia e o papel do Poder Legislativo.	Capacitação dos servidores da Instituição e a produção e disseminação de conhecimentos sobre o Poder Legislativo, desenvolvendo ações de educação para democracia, como o Portal EVC.
Saberes	Senado Federal	Ofertar Cursos gratuitos, certificados pelo MEC para servidores do Senado Federal e de órgãos parceiros.	Cursos online, gratuitos, com temas diversificados e com certificação.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através da Plataforma Conviva Educação e Websites oficiais dos grupos citados, 2021.

Observamos no quadro acima que a maior parte dos cursos são iniciativas de instituições privadas parceiras ou não do Conviva Educação, e mesmo aqueles cursos de iniciativas governamentais, muitas vezes também recebem o apoio institucional de iniciativas privadas.

Além disso, percebemos que os cursos possuem uma grande incidência sobre a área formação continuada de educadores em diversas áreas e carregam discursos de apoio ao trabalho docente, avanço tecnológico, ações educativas de êxito, inovação, cultura tecnológica, além daqueles que são direcionados para o ensino aprendizagem da leitura e escrita. Ou seja, discursos que são comumente propagados pelo setor privado mercantil quando o assunto é educação, atrelados a uma lógica mercantil de eficiência e êxito que aparentemente parecem pertencer somente a iniciativa privada.

Instituições como Fundação telefônica Vivo, Instituto Natura e Itaú Social atuam essencialmente na formação continuada de professores, enquanto a fundação Maria Cecília Souto Vidigal por exemplo, opera quase que exclusivamente sobre formação de conteúdos relacionados a Educação Infantil. Como já mencionado anteriormente, é perceptível que há uma condução dos parceiros no direcionamento da plataforma, e isso explica o porquê da divulgação de tantos cursos do setor privado empresarial dentro do Conviva. Viegas (2019) já nos alertava para isso em seu estudo, quando relatou que tais programas difundidos pelo setor privado mercantil na plataforma ocorrem em razão dessas organizações terem representantes dentro da equipe que gerencia o Conviva, além do fato de que grande parte delas são parceiras fundadoras da plataforma.

Ademais, notamos que a maior parte dos cursos dão uma grande ênfase a questão da certificação, o que levanta a hipótese de que está seja mais uma estratégia de adesão para que os profissionais de educação despertem maior interesse em realizar a formação. O discurso de apoio as redes de ensino através desses cursos demonstram algo que já vem sendo difundido há bastante tempo pelo setor privado empresarial, que é a melhoria na qualidade do ensino público. Nesse sentido, essas organizações se utilizam de diversas estratégias, como por exemplo, a questão da certificação, da facilidade de ofertar cursos online, da oferta de cursos gratuitos, e claro, de todo o apoio pedagógico que esses cursos supostamente darão aos envolvidos. Essas “estratégias ideológicas” como denominou Viegas (2019, p. 270), vêm cada vez sendo mais disseminadas, e com o apoio de uma plataforma como o Conviva, tendem a atingir cada vez mais educadores do país. Colocam-se cada vez mais no papel de alternativas de sucesso e adequadas para o enfrentamento das demandas educacionais (VIEGAS, 2019).

Além dos cursos ofertados por outras instituições na plataforma, também, no mesmo ambiente, podemos encontrar *Cursos do Conviva*, que se referem aos cursos organizados pela plataforma. No entanto, mais uma vez podemos ver a presença do setor privado empresarial no direcionamento das formações, ao passo em que, na sua última atualização, o Conviva lançou 13 novos cursos em parceria com a plataforma Polo, do Itaú Social (CONVIVA, 2021). Essa relação dos cursos do Conviva com a plataforma Polo, possivelmente tenha ocorrido

devido ao fato da fundação Itaú Social ter assumido a partir de 2021 a cogestão da plataforma juntamente com a UNDIME, lugar antes ocupado pelo instituto Natura.

Figura 17 - Área dos Cursos do Conviva ofertados através da plataforma Polo



Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

Os cursos de formação incluem, de acordo com o Conviva (2021),

Temas voltados para a educação na pandemia, como relação família-escola: acolhimento às famílias e planejamento da reabertura das escolas de Educação Infantil, além de flexibilização curricular para Dirigentes municipais, a BNCC nas práticas da gestão escolar e gestão financeira e de pessoas para dirigentes municipais e equipe, entre outros.

No quadro a seguir, podemos visualizar os cursos ofertados pela plataforma.

Quadro 10 - Descrição dos objetivos dos cursos do Conviva.

CURSO	DESCRIÇÃO/OBJETIVO
Planejamento da reabertura das escolas de educação infantil	Apoiar as secretarias de educação na reflexão e no planejamento da reabertura das escolas de Educação Infantil de forma a garantir a segurança e o cuidado necessário para as crianças.
Projeto institucional na gestão escolar	Estruturar projetos institucionais que envolvam todos os atores da comunidade escolar, de forma integrada, contemplando os conhecimentos previstos na BNCC, articulando-os com as demandas da comunidade escolar.

Relação família-escola: acolhimento às famílias	Apoiar os dirigentes municipais e suas equipes durante o período da pandemia, principalmente para planejar ações sólidas de fortalecimento da relação das famílias com as escolas de forma sensível e acolhedora.
Gestão da rede municipal para o ensino híbrido	Apresentar os diversos sentidos que podem estar dentro do conceito de Ensino Híbrido, como atividades com tecnologias da informação, e apoiar profissionais da educação na ressignificação da própria atuação com apoio aos estudantes.
Flexibilização curricular para dirigentes municipais	Discutir as ações necessárias à priorização curricular e o papel dos diferentes atores da rede em uma perspectiva sistêmica.
Educação especial na perspectiva inclusiva para dirigentes municipais e equipe	Apoiar as equipes das secretarias municipais a enfrentar os principais desafios para garantir a equidade no trabalho remoto durante a pandemia.
A bncc nas práticas da gestão escolar	Conhecer boas referências de instrumentos de trabalho para diretores e coordenadores pedagógicos.
Dimensões do trabalho do diretor e a bncc	Identificar as necessidades de alinhamento entre as demandas dos professores, equipe pedagógica e secretaria de educação, com vistas a implementar um currículo escolar que contemple as potencialidades da BNCC e as especificidades da escola.
Monitoramento de processos e avaliação de recursos educacionais	Compreender a importância pedagógica da avaliação e como seus resultados impactam em questões diversas, mas sobretudo nas estratégias do ensino e da aprendizagem.
O coordenador pedagógico como formador	Desenvolver estratégias pedagógicas de formação continuada adequadas à realidade contemplando as etapas de planejamento desenvolvido e a aplicação com ênfase no engajamento e participação ativa dos professores, atendendo as adequações previstas na BNCC.
Gestão financeira e de pessoas para dirigentes municipais e equipe	Orientar para uma revisão de gastos durante esse momento de crise, abordando os fatores que impactam fortemente o custo da folha dos profissionais da educação e sugerindo estratégias que resultem em economia a evitem atrasos no pagamento dos salários.
Avaliação sistêmica	Apresentar a avaliação sistêmica e sua aplicação, explicitar a relação entre avaliação e monitoramento, orientar a análise de processos e resultados, o uso de perguntas avaliativas e reforçar a importância da etapa de implementação.
Sistematização e compartilhamento de boas práticas	Elaborar estratégias que possibilitem o trabalho colaborativo entre a gestão escolar e a coordenação pedagógica.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através da Plataforma Conviva Educação, 2021.

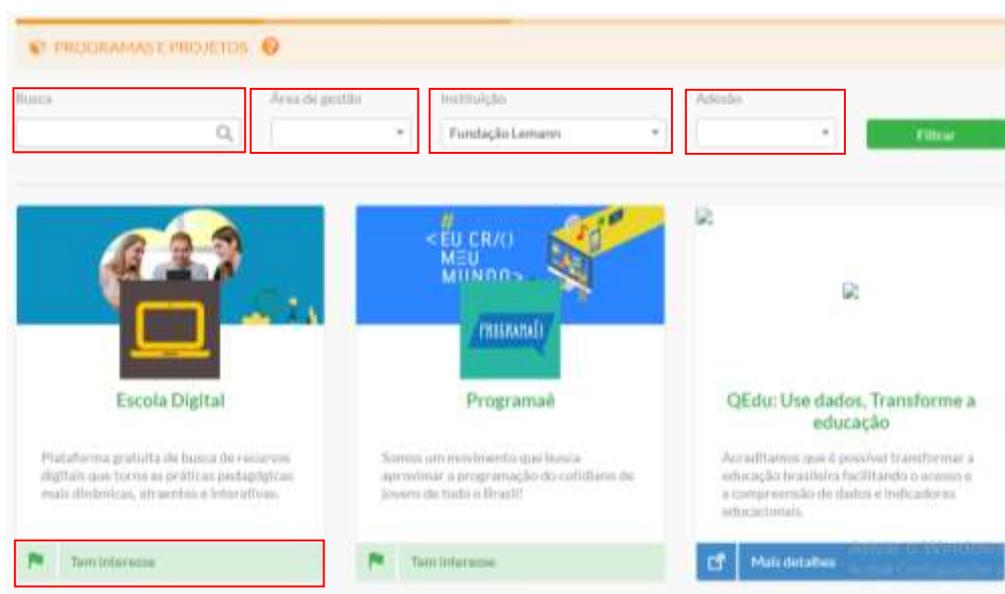
No quadro acima, fica evidente que foi criado uma rede bastante articulada, de modo que fundamentado novamente no discurso de apoiar as redes nesse período particular em que vivenciamos o Conviva, bem como a parceria estabelecida para a criação desses cursos, incide estrategicamente sobre importantes campos educacionais. Um exemplo, é a implementação da BNCC, que parece ter ficado adormecida durante algum tempo entre os assuntos do Conviva, no entanto retorna como principal temática abordada nos cursos A

BNCC nas práticas da Gestão Escolar e Dimensões do trabalho do diretor e a BNCC, além de estar presente entre os assuntos dos cursos Projeto Institucional na Gestão Escolar e Coordenador pedagógico como formador.

Por outro lado, expressões como “ressignificação da própria atuação” ou “conhecer boas referências de instrumentos de trabalho” que podem ser encontradas dentre as descrições dos cursos, levantam o pressuposto de moldar um novo profissional de acordo com os moldes daqueles que vêm direcionando as ações do Conviva, nesse caso o setor privado mercantil, essencialmente quando esses cursos são idealizados por esses grupos, como é o caso da fundação Itaú Social.

Ademais, observamos mais uma vez a inserção do setor privado empresarial na plataforma através da ferramenta *Programas e Projetos*, onde o Conviva mais divulga e incentiva a participação em projetos e programas idealizados por agentes do setor privado mercantil. Essa ferramenta possibilita que profissionais da educação tenham acesso não só a informações sobre programas e projetos governamentais, mas também a programas de instituições privadas parceiras da plataforma. A ferramenta ainda disponibiliza uma caixa de busca, na qual pode-se filtrar os programas por área, dentre elas as áreas de gestão nas quais o Conviva atua (administrativa, pedagógica, orçamentária e financeira, PME, entre outras), por palavras chave ou por instituição. A maior parte dos programas e projetos das instituições e fundações privadas ainda possuem um botão no qual se pode demonstrar interesse em participar do curso ou projeto. Nesse caso, um e-mail com os dados do professor ou gestor é automaticamente enviado para a instituição ou fundação responsável, para que deste modo possam contatar o profissional.

Figura 18 – Ferramenta Programas e Projetos



Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

Os programas e projetos ofertados pelo setor privado empresarial na plataforma incluem formações em diversas áreas educacionais, inclusive formação continuada de professores. Além disso, são iniciativas de instituições parceiras e não parceiras do Conviva como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 11 - Projetos e Programas de Instituições parceiras do Conviva.

INSTITUIÇÃO/FUNDAÇÃO	PROGRAMA/PROJETO
Fundação Itaú Social	Olimpíada de língua portuguesa: Escrevendo o Futuro.
Instituto Natura	Projeto Trilhas; Escola Digital e Comunidade de Aprendizagem.
Fundação SM	Quero na Escola Especial Professor.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através da Plataforma Conviva Educação, 2021.

Quadro 12 – Programas e Projetos de outras Instituições privadas.

INSTITUIÇÃO/FUNDAÇÃO	PROGRAMA/PROJETO
Agência Tellus, Instituto Inspirare e Instituto Unibanco	Faz Sentido.
Fundação Lemann	Escola Digital; Programaê e QEdu.
Fundação Telefônica Vivo	Escola Digital; Programaê e Escolas Conectadas.
Instituto C&A	Paralapraca Brasil e Percursos da Arte na Educação.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através da Plataforma Conviva Educação, 2021.

Além desses, outros programas e projetos que tem o apoio do Governo Federal, MEC, CONSED e UNDIME também podem ser encontrados na ferramenta.

Outro meio de formação criada pelo Conviva está centrado na elaboração de um canal na plataforma Youtube, no qual apresenta, além de vídeos curtos e explicativos de como utilizar as ferramentas da plataforma, uma série de entrevistas que abordam diversos assuntos relacionados a educação.

Se nos atentarmos aos dados apresentados pelo próprio Conviva, podemos vislumbrar o quão essas formações incidem sobre os educadores municipais. Um exemplo disso é o número de inscritos nesse canal do Youtube, que hoje está em cerca de 40,2 mil, atingindo a marca de dois milhões de visualizações em 2021 nos conteúdos divulgados (CONVIVA, 2021).

Figura 19 – Divulgação do alcance de dois milhões de visualizações no Youtube



Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2021.

De modo extremamente frequente, são chamados para falar sobre os temas relacionados à educação abordados nas *lives*, representantes de instituições e fundações privadas, inclusive durante um longo período, a mediação das entrevistas e falas divulgadas em formato de vídeo no canal, eram realizadas por Elis Verri, coordenadora de projetos educacionais no Instituto Natura. Posteriormente, essa mediação passou a ser realizada por Beatriz Zendersky, responsável pelo programa *Busca Ativa Escolar*.

O canal no Youtube se organiza em três grupos: Institucional e depoimentos; Conteúdos de Gestão; e Videoconferências.

A área de *Institucional e Depoimentos* reúne vídeos desenvolvidos por sujeitos que fazem parte do Conviva, como Dirigentes Municipais de Educação e diretores e coordenadores da UNDIME, enfim, àqueles que tem uma relação institucional com a plataforma. Neste ambiente, são encontrados vídeos de cunho mais informativo sobre eventos do Conviva e da UNDIME, depoimentos de ações desenvolvidas nos municípios, convites para fóruns de educação, dentre outros.

Na área de *Conteúdos de Gestão*, são encontrados vídeos que explicam como utilizar as ferramentas da plataforma Conviva. Os vídeos aqui são mais direcionados aos Dirigentes Municipais de Educação e equipes técnicas das secretarias e possuem conteúdos que trazem informações para área da gestão educacional.

Já na área de *Videoconferências*, podemos encontrar uma variada gama de vídeos, que incidem sobre diversos temas relacionados à educação. Dentre eles, vídeos que vão abordar desde a implementação da BNCC até o ensino híbrido e retomada das atividades causadas pela pandemia. Muitos dos vídeos são sobre programas, projetos e cursos disponibilizados na plataforma. Comumente esses vídeos são organizados da seguinte forma: são convidados representantes do setor privado empresarial, geralmente aqueles responsáveis pelos cursos/projetos disponíveis na plataforma para apresentá-los em forma de conversa, mediada por um representante do Conviva. Importante salientar que todas as formações nesse formato contam com um significativo número de participantes de educadores de todos os cantos. A seguir será apresentada uma figura, demonstrando como ocorre a organização do canal Conviva no Youtube.

Figura 20 - Organização do canal Conviva no Youtube

The image shows the YouTube channel page for 'Conviva Educação', which has 33.4 thousand subscribers. The channel is organized into three main sections:

- INSTITUCIONAL E DEPOIMENTOS:** This section features five videos, including 'Diretoria da Undime - vice-presidente', 'Avanços do Conviva - julho e agosto de 2019', and 'Diretoria da Undime - presidente da região...'. Each video includes a thumbnail, a title, and view counts.
- CONTEUDOS DE GESTÃO:** This section contains five videos related to educational management, such as 'Debate e as reflexões sobre o direito à educação' and 'Anecação e investimento dos recursos da educação...'. Each video includes a thumbnail, a title, and view counts.
- VIDEOCONFERÊNCIAS:** This section displays five videoconference recordings, including 'Conviva Educação: Recomposição de...', 'Videoconferência sobre Formação de educadores...', and 'Videoconferência O papel do formador municipal...'. Each video includes a thumbnail, a title, and view counts.

Fonte: Canal Conviva Educação no Youtube, 2021.

Podemos inferir a partir do que foi apresentado acima, que o Conviva se coloca como mais uma ferramenta protagonizada pelo setor privado mercantil que visa legitimar propostas educacionais da classe dominante essencialmente pertencente ao setor empresarial, conhecidos como investidores sociais. Conseqüentemente, a UNDIME se resume a uma espécie de barriga de aluguel para a divulgação e gestão desses grupos através da plataforma, possibilitando a atuação dos seus projetos hegemônicos, não só para a educação pública, mas também para a sociedade de modo geral. (FRIGOTTO, 2013; PERONI e CAETANO, 2015).

Isso é notório ao analisarmos o relatório anual de atividades referentes a 2012 do Instituto Natura, parceiro do Conviva desde seu lançamento, onde declaram que a instituição “lidera e executa” a plataforma (INSTITUTO NATURA, 2012, p. 30). De acordo com a organização, através da:

colaboração é possível impulsionar melhorias de gestão, desde as secretarias de educação até a sala de aula. É por isso que apoiamos, através dos projetos Rede de Apoio à Educação e Conviva Educação, o desenvolvimento de um regime de colaboração entre os sistemas públicos de educação e o aperfeiçoamento de suas práticas de gestão (INSTITUTO NATURA, 2018).

Com isso, pode se depreender que uma plataforma liderada e executada por uma instituição privada, com o apoio de tantas outras, possivelmente gere de acordo com os interesses desse setor. Isso se agrava na medida em que essa plataforma atua sobre as áreas mais importantes da educação municipal, como por exemplo, orçamentária e financeira, pedagógica e de formação continuada. Martins (2018, p.163) concorda com isso ao anunciar em seu estudo, referente ao Instituto Natura, que o Conviva:

[...] favorece os instrumentos necessários (legislações, normativas, programas tecnológicos, etc) para que o município seja permeável à ingerência da instância superior, a qual age contaminada pela dinâmica do mercado.

Com base nesses e outros pontos que ainda serão abordados neste estudo, entendemos que assim como a UNDIME, o Conviva Educação vem como mais uma ferramenta a serviço do setor privado empresarial, para que essas instituições e fundações parceiras possam adentrar com cada vez mais protagonismo os sistemas educacionais municipais, definindo e conduzindo a educação básica.

Apesar do Conviva apresentar-se como uma iniciativa da UNDIME em parceria com instituições e fundações da sociedade civil, o que percebemos é que a UNDIME é apenas uma espécie de fachada, visto que, de acordo com Viegas (2019) a condução da plataforma parece ocorrer muito mais por parte dos parceiros do que pela associação, considerando e justificando-se pelo constante patrocínio desses grupos em eventos da associação (como por exemplo os fóruns nacionais), além de outras tantas atividades.

5.2.1 Conviva Educação e os desfechos de uma formação para gestores e professores alinhadas a lógica privada empresarial

Dentre as muitas formas de “suporte” a gestores educacionais ofertadas pelo Conviva Educação, podemos evidenciar aquelas que estão diretamente relacionadas à formação continuada. Aliás, se bem analisarmos, esse mecanismo encontra-se em praticamente todas as ações do Conviva, desde a divulgação de conteúdos, web conferências e materiais de apoio, até a oferta de cursos de curto prazo, produzidos não só pela plataforma, mas também por outras organizações públicas e privadas que estabelecem ou não parceria com a plataforma.

Deste modo, o Conviva, além de atuar sobre a gestão no sentido de, segundo a plataforma, otimizar o tempo das SMEs com processos administrativos e auxiliar em processos de apoio pedagógico, que envolvem todas as áreas educacionais das escolas, também atua sobre a formação, disponibilizando e incentivando a participação dos educadores cadastrados em cursos de natureza pedagógica, que são desenvolvidos por outras instituições privadas.

Posto isso, vemos a necessidade de discutir quais são as possíveis consequências disso para a formação dos gestores educacionais, bem como professores das redes municipais brasileiras, considerando que a UNDIME assim como o Conviva possuem uma grande capilaridade no país, atingindo um grande número de educadores tornando-se uma espécie de fio condutor do setor privado empresarial para as SMEs brasileiras.

Como já mencionado anteriormente, a plataforma dispõe de uma gama diversa de cursos, que são ofertados não só pelo Conviva, mas também por outras instituições privadas, onde muitas delas constituem o grande empresariado brasileiro, dito filantrópico ou sem fins lucrativos. Todo esse processo vem contribuindo para a privatização da educação, através da formação desses sujeitos (gestores e professores), criando uma cadeia que acaba por incidir sobre a formação dos alunos dentro da sala de aula.

Nesse caso, o Conviva vem atuando como uma espécie de pirâmide, onde tudo que é posto na ponta, acaba por ser desencadeado na base. Nessa

analogia, a ponta seriam as SMEs e a base as salas de aula. As formações são dadas, principalmente para os secretários de educação e suas equipes técnicas, passando posteriormente para professores, que se utilizarão dos conteúdos dessa formação para organizar seu trabalho em sala de aula. Ademais, a plataforma vem junto a UNDIME criando uma credibilidade com os educadores, o que potencializa a adesão dessas formações. A exemplo disso, podemos observar a seguir algumas falas de Secretários (a) Municipais de Educação sobre os supostos benefícios da plataforma:

Já conhecíamos a plataforma Conviva, mas foi em 2018 que passamos a fazer um uso mais consistente. Isso porque nosso prefeito esteve em um curso oferecido pela Undime e propôs para a secretaria utilizar a plataforma. Nossa Dirigente de Educação então nos encaminhou para uma formação com a articuladora do Conviva no estado e esse sistema de gestão passou a fazer parte da rotina de trabalho. **Digo para meus colegas que tudo o que precisamos saber sobre gestão da educação está lá! Se o dado está na plataforma, é de confiança!** Nas postagens do Fórum, na área de notícias e nos conteúdos de gestão pedagógica encontramos textos e vídeos sobre os assuntos que impactam no nosso dia a dia. Ainda temos muito o que aprender para utilizar a plataforma em sua completude, mas já inserimos os alunos em turmas e fazemos sua transferência, compartilhamos dados sobre os eventos que acontecem nas escolas, incluímos os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e regimentos internos entre os anexos na Ferramenta de Escolas. Quando precisamos ter os dados sistematizados sobre os profissionais, por exemplo para saber os votantes na eleição para diretores, consultamos os dados no Conviva. Para saber quais leis orientam cada processo, os passos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou ainda os avanços do Plano Nacional de Educação (PNE), recorremos às informações disponíveis. Depoimento de Cleonice Maria de Souza, da equipe técnica da secretaria municipal de educação de Mundo Novo (GO), (CONVIVA, 2018).

[...] Desde que comecei a atuar na secretaria, há 2 anos, tenho notado as melhorias implementadas no Conviva. Sabemos que existem sistemas de gestão pagos, mas eles não são superiores à plataforma da Undime. **Consultamos os conteúdos e nos mantemos informados sobre o que há de mais importante na gestão da educação. Aprendemos muito!** Depoimento de Hellen Cristina Xavier Moreira, Dirigente Municipal de Educação de Chapada dos Guimarães (MT), (CONVIVA, 2018).

Depois que importamos os dados do Censo Escolar 2017 no Conviva, pedimos que as escolas atualizassem as informações sobre os estudantes em 2018 e agora temos isso organizado e num só lugar. Não precisamos mais entrar em contato com cada instituição de ensino para saber os dados dos profissionais lotados nelas. Uma vez registradas no Conviva, temos as informações disponíveis a qualquer momento! Nosso uso mais intenso da plataforma começou depois que fizemos essa importação, e desde então isso tem facilitado a gestão da educação. Foi nosso secretário de educação quem orientou a equipe para utilizar o ambiente para ter um controle das informações

sem precisar recorrer à prefeitura. [...] **Nós nos dedicamos para aprender a mexer na plataforma e colhemos os frutos: ficou mais fácil ter acesso aos recursos, e importar planilhas e imprimir qualquer relatório agora é simples.** Até dezembro, nossa meta é ter todos os dados da secretaria preenchidos na plataforma! Depoimento de Ana Lucia Alves de Souza, da equipe técnica da secretaria municipal de educação de Deodópolis (MS), (CONVIVA, 2018).

Através dos depoimentos de Cleonice, Ana Lucia e Hellen Cristina, podemos perceber que os DMEs e equipes técnicas das SMEs aparentemente não contestam o que é posto na plataforma, e ainda a colocam em um grau de confiabilidade muito grande, considerando-a como uma ferramenta que facilita o trabalho dentro das secretarias, bem como traz importantes dados e formações para as escolas dos municípios.

Outro ponto importante a se destacar nos depoimentos está atrelado ao uso constante de termos como facilidade, agilidade e simplicidade que com frequência são expostos pelos dirigentes e equipes técnicas citados anteriormente. Nos depoimentos a seguir, trechos destacados retratam essa realidade de forma muito clara e corroboram com a ideia de que o Conviva vem para facilitar e dar suporte ao trabalho executado dentro das secretarias, logo, é visto como um apoio ao trabalho dos DME, bem como todos os indivíduos envolvidos no processo educacional nos municípios brasileiros, sem que seja levantada a pauta de quem está por trás de todo esse suporte, assim como o controle que há por parte da plataforma nos assuntos que envolvem a educação pública municipal.

Nossas escolas estão cadastradas na plataforma Conviva. Fizemos uma palestra para as equipes, disponibilizamos materiais e vídeos, e desde então compartilhamos o uso. Elas ficam de olho nas leis, programas do Ministério da Educação e nas informações sobre merenda e transporte, já que essas áreas afetam diretamente o funcionamento das escolas. Elas relatam ser simples encontrar as informações na plataforma e que são simples e diretas, de fácil entendimento. [...] Ficou fácil monitorar o número de alunos em cada local, fazer o repasse de merenda, o controle de material utilizado ou do que precisa ser adquirido, além de quantos professores precisam ser contratados ou lotados. **A organização da rede ganhou agilidade!** Para 2019, nossa ideia é manter atualizadas as áreas de transporte escolar e a lotação dos funcionários nas ferramentas do Conviva, fazer nosso controle dos gastos na plataforma, e apresentar para as merendeiras as possibilidades de uso desse sistema de gestão. Depoimento de Áderson Luiz Viana de Lima, técnico da Secretaria Municipal de Educação de Manicoré (AM), (CONVIVA, 2018).

[...] Como os cálculos de dias letivos são feitos automaticamente, **não precisamos nos preocupar em fazer contas para atingir os 200 dias obrigatórios**. Além disso, podemos acessar o documento de qualquer lugar, basta ter acesso à internet. [...] Nosso Dirigente Municipal de Educação supervisiona o uso do Conviva e está sempre atento às notícias, vídeos, cursos e capacitações mostradas na plataforma. Como usuário principal, aprova acessos e mudanças na equipe cadastrada, mantendo as informações sempre atualizadas.” Depoimento de Jardel Buck, técnico da secretaria municipal de educação de Turuçu (RS), (CONVIVA, 2018).

A forma como usamos o Conviva segue a mesma organização da secretaria. Cada setor fica responsável por consultar os conteúdos e pela atualização das ferramentas correspondentes à sua área. A equipe de alimentação escolar comenta ter os dados muito mais organizados desde que passou a elaborar o cardápio no Conviva e enviá-los para as escolas. A equipe pedagógica tira dúvida sobre leis e segue o calendário elaborado na ferramenta própria para isso. Dividimos as tarefas também com as escolas, que ficam responsáveis por manter atualizados os dados de seus alunos e profissionais. Ter essas informações em dia **facilita muito o trabalho da secretaria**, já que é possível organizar matrículas, documentação e transferências com poucos cliques e muita precisão! Nosso transporte também apresenta melhorias: agora temos acesso à quilometragem, rotas e veículos que fazem o serviço com as crianças. Por tudo isso, vimos como em 2018 economizamos tempo e tivemos mais facilidade em nossa gestão. Depoimento de Maria Elenita Moura, Dirigente Municipal de Educação de Abreulândia (TO), (CONVIVA, 2018).

Acreditamos que quando guardamos as informações do município de forma organizada no Conviva, **economizamos tempo depois**, porque conseguimos recuperá-las sempre, mesmo se necessitamos de urgência. Nossos dados de escolas, funcionários e estudantes estão cadastrados, então acreditamos que serão úteis, por exemplo para verificarmos as faltas e licenças dos profissionais. Ainda temos muito o que trabalhar, mas estamos animados com os resultados já alcançados em nossa gestão! Depoimento de Alda Regina Ribeiro Corrêa, Dirigente Municipal de Educação de Peri Mirim (MA), (CONVIVA, 2018).

Dentre os depoimentos, também percebemos que há uma adesão muito grande aos conteúdos divulgados na plataforma, seja através de publicações, notícias, videoconferências e até mesmo pelo aplicativo do Conviva Educação para celulares. As declarações a seguir evidenciam isso e demonstram que a plataforma consegue chegar até os educadores por diversas vertentes, o que constata que os meios formativos do Conviva ocorrem de diversas formas. Além disso, mais uma vez notamos através das falas que dados importantes sobre as secretarias e escolas estão sendo postos na plataforma, colocando-os consequentemente a disposição de grupos privados que estabelecem parceria com o Conviva.

Quando estou longe do computador, **é no aplicativo do Conviva que verifico as notícias e conteúdos sobre gestão da educação.** Na secretaria, o uso da plataforma é constante. Já em 2017 começamos a fazer um monitoramento mais intenso das escolas. A área pedagógica da secretaria aplicou o questionário da ferramenta de Espaços Escolares do Conviva, acompanhou as turmas dentro das salas de aula e orientou os diretores. Isso resultou em um maior comprometimento do trabalho pelas equipes e um direcionamento do planejamento da secretaria. [...] Na plataforma Conviva, temos preenchido nossas informações e vendo como o retrato da secretaria vai se desenhando. O cardápio escolar já tem sido elaborado, assim como o lançamento de gastos da alimentação escolar e os contratos da área. Estamos nos organizando para preencher os dados dos profissionais e incluir as rotas, usufruindo da facilidade de relatórios para gestão do transporte escolar. **Além disso, aproveitamos as videoconferências e consultamos os dados que chegam do Conviva por email. O crescimento de nossa secretaria ocorre dia a dia!** Depoimento de Wilma Aparecida do Carmo Ferreira, Dirigente Municipal de Educação de Campo Novo de Rondônia (RO), (CONVIVA, 2018).

[...] Nosso município faz uso de outras tantas ferramentas da plataforma Conviva, e toda equipe técnica está cadastrada, garantindo a articulação entre todos! Na Agenda, por exemplo, dados sobre festas, capacitações e outros compromissos são preenchidos diariamente. **As equipes consultam as informações pelo aplicativo para celular e diretamente na plataforma, e recebem um lembrete automático no dia anterior ao evento.** Os dados também são repassados para a área de comunicação da prefeitura, e a versão impressa é afixada na cozinha, na recepção, nas salas de reunião e ficam com as telefonistas. [...] Já a Ferramenta de Plano de Ação está repleta porque lá são registradas as iniciativas importantes, e arquivados documentos ou divulgações para termos um histórico do trabalho. As escolas alimentam a plataforma com os dados dos profissionais de suas unidades. Depoimento de Mônica Gomes, técnica da secretaria municipal de educação de Nova Serrana (MG), (CONVIVA, 2018).

Já conhecíamos o Conviva, mas depois de uma formação com a articuladora do estado e do encontro da Undime, em 2017, é que passamos a utilizá-lo com mais frequência. Desde então, o Conviva é nosso sistema de gestão que permite articular toda a rede em uma única plataforma. Todos os meses, um dos nossos técnicos atualiza os dados de nossos recursos humanos na ferramenta de Profissionais do Conviva. Com isso, temos um retrato fiel dos funcionários, mesmo com as alterações e substituições constantes, e ainda mais atual do que o Censo Escolar mostra. [...] **A equipe pedagógica da secretaria consulta os dados e conteúdos da área, assistindo aos vídeos e lendo os materiais disponíveis. Essas informações são essenciais porque dão um norte para a equipe!** Depoimento de Debora Alves Morra Loures, Dirigente Municipal de Educação de Mendes (RJ), (CONVIVA, 2018).

Sempre que possível, acompanhamos as videoconferências do Conviva, procuramos ficar atentos aos e-mails semanais recebidos do projeto e aos destaques na home da plataforma que alertam sobre datas, informações sobre programas do governo e experiências de outros municípios. Depoimento Kelli Mezzaroba, técnica da secretaria municipal de educação de Cunhataí (SC), (CONVIVA, 2018).

Assim como os depoimentos exemplificados acima, existem tantos outros, demonstrando a forte influência das formações advindas da plataforma no cotidiano da educação municipal. Cabe destacar também que apesar do Conviva não deixar claro a recomendação de uma instituição em específico para tais formações, a plataforma enfatiza em suas ações as “alternativas disponíveis para que os gestores municipais se apropriem destas sugestões de formação, como também as divulguem junto as suas redes.”, tais como, Escolas Conectadas, Trilhas, Escola Digital, dentre outros que já foram mencionados neste estudo (VIEGAS, 2019, p. 223).

O Conviva vem inserindo dentro das SMEs em todo o país, uma lógica intimamente ligada ao mercado, aonde o privado vem direcionando todas as áreas do setor público. Ao que tudo indica a plataforma é utilizada como mais uma estratégia, para garantir acesso a informações importantes sobre os municípios brasileiros, bem como servir como um mural de divulgação de ações do setor privado mercantil, colocando-as como exemplo de qualidade para a educação.

Ocorre que todo esse processo pode causar prejuízos incontáveis para a formação desses sujeitos, que estão absorvendo cada vez mais uma ideologia que atende somente aos interesses do mercado, além de reforçar a ideia de que aquilo que advém do setor privado empresarial tem mais qualidade e pode ser a solução dos problemas educacionais no país. A vista disso, o conhecimento desses sujeitos é colocado nas mãos do capital, contribuindo para o avanço da lógica privada no setor público. A partir disso, de acordo com Caetano (2017, p. 217), é posto em jogo “o conteúdo da proposta de educação e de gestão educacional através da mudança de currículos, formação de professores, material didático, entre outros”.

Deste modo, quando a plataforma divulga frequentemente conteúdos dessas instituições privadas, incluindo matérias, cursos, entrevistas, dentre outros, ela está formando os sujeitos que recebem esses conteúdos de acordo com a lógica daqueles que os criam. Não há uma reflexão crítica daquilo que é posto, há apenas uma reprodução do que já foi idealizado por esses grupos. Com isso, há uma contribuição para que o privado utilize cada vez mais a educação como meio de formação de “consenso espontâneo” (PARO, 2012, p. 108) aos preceitos do capital.

Através da análise realizada na plataforma sobre os cursos disponibilizados para os professores e gestores educacionais, percebemos uma grande incidência de cursos ofertados exclusivamente por instituições privadas. Até mesmo aqueles cursos que são iniciativas do Conviva, possuem na sua elaboração parceria com o setor privado mercantil, como é o caso dos últimos cursos oferecidos em parceria com a plataforma Polo da Fundação Itaú Social. Através dessas ações, o Capital adquire um lugar de fala sobre a Educação colocando os seus interesses em pauta.

Os conteúdos desses cursos provenientes dos parceiros privados da plataforma demonstram um foco bastante significativo na questão da formação continuada de professores e do apoio ao trabalho docente, o que deixa evidente o interesse desses grupos em estar no controle do que será ensinado na sala de aula. Ademais, esse suposto apoio ao trabalho do professor reforça a percepção de uma educação defasada que necessita da ajuda daqueles que detém a receita certa para elevar a qualidade do ensino. Dessa forma,

[...] o discurso da melhoria da qualidade da educação e da gestão escolar por meio das parcerias público-privadas é parte constitutiva do movimento do real, de correlação de forças sociais, e é por meio dele que o setor privado tenta imprimir a lógica de mercado na gestão escolar pública (ROSSI; LUMERTZ; PIRES, 2017, p. 568).

Toda essa articulação que visa inserir a lógica do capital dentro das redes e escolas municipais do país através do Conviva, centrado na Gestão – nesse caso, diretamente ligada ao controle das áreas de gestão das redes por meio de ferramentas disponibilizadas na plataforma – e na formação continuada de professores e gestores – através de cursos, conteúdos e materiais – resulta na privatização da educação e conseqüentemente na desresponsabilização do Estado, a medida em que coloca processos tão significativos em poder do privado.

Uma formação continuada de educadores pautada pela lógica capitalista contribui para que cada vez mais vão se acirrando processos de organização que se aproximam daqueles presentes dentro da empresa, contribuindo para que essa lógica, já existente dentro das escolas não se rompa, muito pelo contrário. Na onda disso, forma-se um quadro que visa apenas o produto final desconsiderando uma série de acontecimentos políticos, sociais e culturais que

atravessam o processo educativo. Nesse sentido, Peroni (2017) é assertiva ao referir-se ao impacto dessa inserção da lógica privada sobre o trabalho docente, declarando que:

[...] carreira e condições de trabalho apenas são tangenciadas ou mesmo negligenciadas por não se considerar a formação escolar efetivamente como uma formação cidadã, e sim uma padronização que interessa às organizações internacionais e ao setor empresarial do País, submetido à manutenção do atual desenvolvimento do capitalismo mundial (PERONI, 2017, p. 388).

É importante salientar novamente aqui, que a formação continuada desses sujeitos – professores e gestores – não tem sua finalidade apenas neles. Essa formação é algo pensado e idealizado para que se tenha resultado dentro da sala de aula e conseqüentemente na formação dos alunos que perpassam o ambiente escolar, portanto a formação dos alunos é indissociável da formação dos gestores e professores. É neste ponto que está o interesse do grande empresariado em formar indivíduos que atendam as demandas do mercado e não reflitam sobre a apropriação da mão de obra pelo capital.

Os cursos de outras instituições encontrados dentro da plataforma demonstram uma concordância quanto ao fato de que o trabalho docente necessita de mudanças, de avanços e de adequação ao uma realidade guiada pelo mercado. Nesse sentido, termos como *avanço tecnológico, ações educativas de êxito, inovação, dinamismo e inovação às práticas pedagógicas, transformação educacional e social*, dentre outras são comumente encontrados nas apresentações dos cursos. Cursos que são iniciativas do Governo, também carregam o discurso de alinhamento as atuais demandas da sociedade, ou seja, aquelas ditadas pelo capitalismo. A exemplo disso, o curso disponibilizado do ENAP, oferta formações de pós graduação “alinhados a prática de mercado e Educação Executiva para formação de habilidades em várias áreas do conhecimento” (ENAP, 2021).

Os objetivos apresentados nessas formações demonstram o interesse em formar uma espécie de novo cidadão, que atenda a “reestruturação produtiva pós-fordista” (SCHMIDT e ZANELLA, 2019, p. 58). Nesse sentido o mercado viu a educação e conseqüentemente à formação dos sujeitos que ocupam esse espaço, não somente como uma estratégia para atingir seus interesses, mas

também como uma via lucrativa para o mercado, uma vez que, a educação é um dos principais meios para que esses grupos privados empresariais mantenham sua hegemonia sobre a sociedade, dado que de acordo com Fontes (2020) a educação é uma das portas de entrada para que esses grupos hegemônicos expropriem direitos universais, formando cada vez mais “cidadãos produtivos sujeitos às exigências do mercado” (SCHMIDT e ZANELLA, 2019, p. 66).

Ainda que essas formações sejam difundidas como meio de elevar a qualidade da formação continuada dos professores e gestores, como possibilidades de melhorar a qualidade do ensino e de transformar uma educação supostamente retrógada, em uma educação que realmente atenda às necessidades da atualidade, o que se pode perceber é que há na verdade o interesse de alinhar a formação desses sujeitos de modo a atender as premissas capitalistas. Isso gera uma grande perda para os princípios educativos, dado que as “exigências do capital vão no sentido da subordinação, e não da participação para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades” (SCHMIDT e ZANELLA, 2019, p. 66).

No caso da plataforma Conviva, difundir tais formações reforça que aquilo ditado pelo setor privado empresarial é sinônimo de qualidade, colocando esses grupos privados de hegemonia como protagonistas no que diz respeito à educação. Nesse contexto, não podemos deixar de concordar com Schmidt e Zanella (2019, p. 65), quando os autores relatam em seu estudo que:

[...] o protagonismo do mercado como parâmetro de qualidade para a educação induz a adaptação da cidadania aos ditames do capital, pois apresenta a conciliação entre a democracia e o capitalismo, aprofundando o consenso, apesar das desigualdades.

A plataforma visivelmente incentiva a participação de educadores municipais nas formações ofertadas pelo setor privado mercantil, e isso pode ser percebido não só pelo fato dessas formações estarem disponibilizadas no Conviva, mas também pela divulgação e incentivo de participação nas mesmas. A exemplo disso, em 2020 durante o isolamento social ocasionado pela pandemia do Coronavírus, o Conviva indicou como opções de formações no modelo EAD, diversos cursos elaborados pelo setor privado empresarial, e de todas as opções, apenas um se tratava de uma iniciativa governamental.

Na matéria divulgada na plataforma, sugere-se que durante o período de isolamento social os profissionais da área da educação deveriam buscar através da tecnologia meios de adquirir “novos conhecimentos” (CONVIVA, 2019). Para tal, é disponibilizada uma lista de cursos advindos do setor privado mercantil, com informações sobre os seus conteúdos e objetivos.

No momento em que o isolamento social é a melhor forma de conter o avanço do novo coronavírus, a tecnologia é uma grande aliada: mesmo dentro de casa, o uso da internet pelo computador ou celular nos permite aprender e estar em contato permanente com as novidades. Pensando nisso, selecionamos alguns cursos a distância e gratuitos oferecidos por diversas instituições e pelo governo federal (CONVIVA, 2019).

Figura 21 - Matéria divulgada na plataforma Conviva sobre possibilidades de cursos formativos

Cursos a distância e gratuitos para profissionais da educação

01/09/2020 | Conviva Educação



Fonte: Plataforma Conviva Educação, 2020.

Os 10 cursos enumerados como opções formativas, incluem iniciativas de instituições como: Fundação Itáu Social; Fundação Getúlio Vargas; UNDIME;

Fundação Telefônica Vivo; Unicef; Congemas; Movimento pela Base Nacional Comum; Instituto Natura; Fundação La Caixa e SEBRAE.

As apresentações dos projetos sugerem preceitos capitalistas presentes nos conteúdos dos cursos, onde podemos encontrar formações que abordam aspectos como marketing e vendas, como é o caso do curso ofertado pela UNDIME e a Fundação Getúlio Vargas.

A Undime e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) disponibilizam cursos gratuitos de curta e média duração, com carga horária de 4h até 30h, nas áreas de administração pública, economia e finanças, estratégia e negócios, marketing e vendas, relações internacionais, tecnologia, entre outras (CONVIVA, 2019).

Outro indicativo de formação está centrado na plataforma Polo, onde de acordo com o Conviva são ofertados diversos cursos para “professores, gestores escolares e de organizações da sociedade civil (OSCs) e técnicos de secretarias de educação” (CONVIVA, 2019). Ainda destacam que os cursos foram elaborados em conjunto com outras diversas instituições e sugerem como opções os seguintes:

- Planejamento e Estratégia para a Gestão Escolar: o objetivo é apresentar elementos para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP). As aulas abordam políticas e programas de educação, gestão da unidade escolar, gestão de pessoas, negociação e mediação.
- Liderança e Gestão Participativa na Escola: liderança, gerência e desenvolvimento de equipes, negociação e processo decisório, e gestão de conflitos. A formação é destinada a técnicos de secretarias de educação, gestores públicos e escolares.
- Avaliação e Aprendizagem: para gestores públicos e escolares compreenderem os indicadores usados para avaliar a aprendizagem dos alunos. Entre os assuntos abordados estão a avaliação da qualidade da educação, avaliações externas e indicadores educacionais.
- Fundeb e o financiamento da educação: para os gestores públicos e técnicos de secretaria que atuam no diagnóstico de problemas e ineficiências nas receitas da educação. A formação permite ao gestor perceber formas de otimizar o gasto público com educação e, ao educador, reconhecer as principais fontes de financiamento da educação básica.
- BNCC do currículo à sala de aula: para professores compreenderem as modificações do processo de aprendizagem propostas pela BNCC, conhecer recursos e materiais de apoio ao planejamento pedagógico nas unidades escolares.
- Letramento Matemático na Educação Infantil: tem como foco os campos de experiência e o percurso investigativo da criança, os conceitos-chave para o trabalho com números e sistema de numeração, planejamento de atividades matemáticas, entre outros.

- Geometria e Letramento Matemático: aborda a forma como os alunos desenvolvem o senso espacial e entendem a geometria. Os cursistas são estimulados a refletir sobre o trabalho com figuras bidimensionais e tridimensionais e suas respectivas propriedades, além do reconhecimento de recursos para identificação da geometria (CONVIVA, 2019).

Os cursos formativos da plataforma Polo incidem sobre a formação de todos os indivíduos pertencentes ao setor educacional, incluindo gestores públicos, gestores escolares, equipes técnicas, professores e claro, conseqüentemente os alunos que no fim das contas terão sua formação em concordância com a dos seus professores. Há de se considerar que as formações ofertadas atingem áreas como planejamento, avaliação, liderança, Fundeb, e áreas do conhecimento como é o caso da Matemática. Nesse caso, mais uma vez vemos áreas extremamente importantes para a Educação pública sob os direcionamentos do setor privado empresarial.

Além dos cursos disponibilizados na plataforma Polo, o Conviva também destaca como meio de formação os “percursos formativos Educação na pandemia” (CONVIVA, 2020). O conjunto de ações formativas criados também pela fundação Itaú Social tinham como objetivo apoiar as SMEs e as famílias dos alunos no período pandêmico. Dentre as formações direcionadas para a gestão, estavam o de alimentação escolar, calendário letivo, prestação de contas e gestão financeira e de pessoas (CONVIVA, 2019). Cabe aqui destacar que a plataforma Polo é uma iniciativa da fundação Itaú Social, que neste momento está à frente da gestão do Conviva, portanto existe uma oferta maior de cursos dessa instituição.

No que concerne ao período de implementação da BNCC, o Conviva sugeriu como suporte cursos desenvolvidos com apoio técnico do Movimento pela Base Nacional Comum. Dentre os conteúdos encontravam-se temas relacionados a Base desde a educação infantil, até o planejamento das práticas pedagógicas, respectivamente apresentados do seguinte modo:

- Competências Gerais na BNCC: como aprofundar conhecimentos sobre as competências gerais apresentadas no Capítulo Introdutório da Base Nacional Comum Curricular e orientar o planejamento de práticas pedagógicas que promovam o seu desenvolvimento ao longo da Educação Básica.
- Os campos de experiências na BNCC da Educação Infantil: sobre prática pedagógica a partir dos campos de experiências da BNCC

- Curso BNCC na Creche: bebê em foco: na proposta da BNCC para os bebês de 0 a 1 ano e 6 meses que frequentam as creches (CONVIVA, 2019).

Cursos destinados para a alfabetização, como o *Projetos Trilhas* (Instituto Natura e Fundação telefônica Vivo), ou para a aprendizagem digital e tecnológica e curricular de gestores e professores através do *Escola Digital* (Instituto Natura e Telefônica Vivo), também estão dentre as sugestões da plataforma.

Além do mais, novamente podemos encontrar o curso de iniciativa da UNDIME e da Telefônica Vivo *Escolas Conectadas* que objetiva o “desenvolvimento de competências relativas as necessidades do século XXI” (CONVIVA, 2019). Necessidades essas, que vão ao encontro das necessidades do capital.

Foi ofertado também aos educadores, o curso de *Educação Empreendedora*, de iniciativa do SEBRAE, com temáticas que incluíam, de acordo com Conviva (2019), conceitos de empreendedorismo, características do comportamento empreendedor e a criação de modelos de negócios de impacto social. Importante destacar que essencialmente no período de isolamento por conta da pandemia do Covid-19, a questão da Educação Empreendedora veio se inserindo cada vez mais dentro da educação pública. Ocorre, que não por acaso, nesse momento a pauta do empreendedorismo vem sendo defendida sobre a alegação de inovação e possibilidade de superação de crise que foi ainda mais intensificada pela pandemia. Nesse sentido, a UNDIME estabeleceu parceria com o SEBRAE, e ambos caminham juntos para a efetivação da Educação empreendedora na educação pública, e dentro desse quadro, o Conviva tem o papel de levar essa lógica para as redes municipais de ensino, através da formação de gestores e professores.

Seguindo essa linha, o Conviva já trazia como sugestão logo no início da pandemia em março de 2020, quando ocorreram as suspensões das aulas presenciais, que os gestores e professores das redes municipais buscassem formação sobre empreendedorismo no site do SEBRAE, como pode ser visto a seguir:

Como forma de propiciar a estudantes, professores e gestores escolares acesso fácil a conteúdos de empreendedorismo, especialmente neste momento em que esse tema figura como um dos

quatro eixos estruturantes de Itinerários Formativos no currículo do novo Ensino Médio, o Sebrae disponibiliza gratuitamente em seu portal um conjunto de cursos distribuídos em diferentes temas destinados também ao público interessado em aprender conteúdos de empreendedorismo (CONVIVA, 2020).

Ainda na mesma matéria, a plataforma destaca as *trilhas formativas* que podem ser encontradas no site do SEBRAE, indicando a carga horária de cada uma, assim como os objetivos. Os cursos incluíam temáticas ensinando como identificar um comportamento empreendedor (reconhecendo as características e identidade de um empreendedor e demonstrando a possibilidade do empreendedorismo como carreira a ser seguida), como se deve agir de maneira empreendedora (com indicações de quais ações devem ser tomadas para se tornar um empreendedor de sucesso), além dos cursos que ensinam como aprender a empreender e como criar um projeto empreendedor de impacto social (CONVIVA, 2020).

Vale ressaltar que a palavra de ordem da Educação Empreendedora está estritamente relacionada a mudança de comportamento. Busca-se que os indivíduos que perpassam as escolas tenham um comportamento de acordo com os valores do empreendedorismo. Acontece que os princípios empreendedores envolvem uma série de valores que se contradizem àqueles que vão ao encontro de formação crítica e estão muito mais relacionados a comportamentos individualistas, competitivos e meritocráticos.

Além disso, são comportamentos que tem como foco principal atender as demandas mercadológicas e o próprio SEBRAE assume isso relatando que o comportamento empreendedor vem sendo um diferencial para o mercado profissional, e que as empresas buscam cada vez mais indivíduos que se enquadrem nessas características (SEBRAE, 2019). Dentre os comportamentos ideais estão a proatividade, a aceitação dos riscos, o trabalho sob pressão, a motivação, o foco nos resultados, além do fato de ter respostas rápidas, ser ágil, assumir responsabilidades, dentre outros (SEBRAE, 2019).

Nesse contexto é indiscutível que a partir da divulgação e incentivo de participação de gestores e professores nessas formações, o Conviva trabalha em prol de que a gestão escolar e o trabalho docente estejam alinhados a esses valores, já que de acordo com o SEBRAE, o empreendedorismo não está apenas relacionado à abertura de um negócio e que pelo contrário,

[...] nós podemos ser empreendedores dentro da nossa própria área de atuação, ou departamento, agindo como se fosse realmente nosso próprio negócio (SEBRAE, 2020).

Dentro dessa perspectiva, a escola nitidamente passa a ser vista como um negócio extremamente lucrativo, na medida em que poderá formar, dentro dos valores empreendedores, sujeitos que não só atenderão aos interesses do capital, mas também não terão uma visão crítica sobre a sua realidade, afinal serão formados para aceitarem os riscos e se responsabilizarem pelos fracassos.

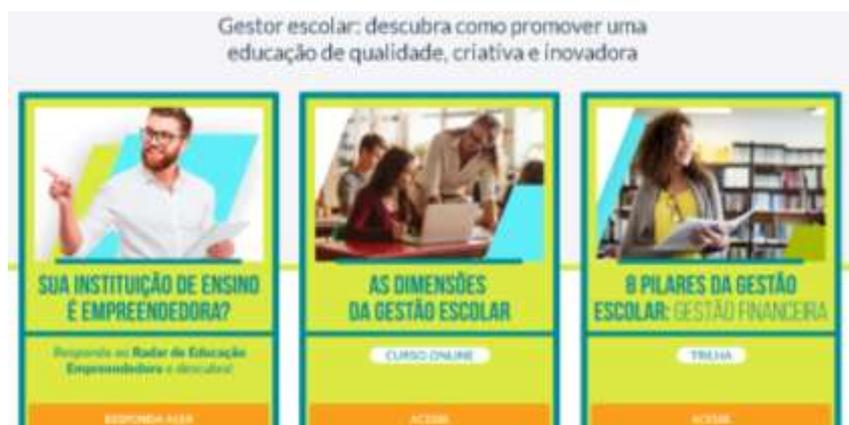
Dentre as estratégias do SEBRAE para a implementação da Educação Empreendedora nos municípios brasileiros, estão à formação dos Secretários de Educação, dos Gestores escolares e dos professores, como podem ser observados nas imagens a seguir:

Figura 22 - Estratégias para a formação dos Secretários de Educação



Fonte: SEBRAE, 2021.

Figura 23 - Estratégias para os Gestores Escolares



Fonte: SEBRAE, 2021.

Figura 24 - Estratégias para os Professores



Fonte: SEBRAE, 2021.

Ao observarmos as imagens acima, percebemos que há uma grande articulação em prol do desenvolvimento da Educação Empreendedora que atinge todos os sujeitos que constituem a escola. Vemos também que há uma grande diversidade de materiais, incluindo guias, modelos a serem seguidos e uma sequência de cursos para professores aplicarem a educação empreendedora que vai dos anos iniciais até o último ano do ensino fundamental. Apesar do SEBRAE não estabelecer uma parceria direta com o Conviva Educação, a instituição é parceira da UNDIME, e em decorrência disso, podemos encontrar dentro do site do Conviva matérias que incitam educadores a

participarem das formações oferecidas pelo SEBRAE o que implica diretamente sobre a formação dos gestores e professores cadastrados na plataforma. Além do mais, sabemos que o Conviva Educação é parte integrante da UNDIME, portanto as formações ofertadas pela associação estão sempre sendo difundidas dentro da plataforma. As imagens a seguir são alguns exemplos dessas divulgações dentro da área *fique atento*, situada na plataforma.

Figura 25 - Notícia sobre lançamento do projeto Educação empreendedora



Fonte: Conviva Educação, 2021.

Figura 26 – Notícia sobre parceria da UNDIME e do SEBRAE



Fonte: Conviva Educação, 2022.

Figura 27 – Notícia sobre Programa de Educação Empreendedora



Fonte: Conviva Educação, 2021.

De modo geral, observamos que a plataforma Conviva Educação tem suas formações pautadas pela lógica privada empresarial, desconsiderando uma formação que possibilite aos sujeitos um desenvolvimento crítico e reflexivo, colocando a Educação nos municípios a serviço do sistema capitalista. Nessa

conjuntura, a formação dos gestores e professores fica à mercê dessa lógica que coloca a educação sob determinações do capital, obtendo como único sentido o de “preparar as pessoas para o mercado de trabalho, para aceitarem ser mercadorias, e mercadorias cada vez mais baratas” (COMERLATTO, 2014, p. 8).

A maior parte dos cursos de formações disponibilizados na plataforma do Conviva por instituições privadas empresariais carregam o discurso de inovação, de elevação da qualidade do ensino, de adaptação e preparação para o mundo do trabalho atual, ou, como no caso do SEBRAE do desenvolvimento de um “ser” empreendedor, o que condiz com um contexto capitalista no qual:

[...] a educação deve disciplinar as pessoas, tornando-as capazes de suportar as condições adversas de trabalho, tornando-as aptas a abrir mão da sua felicidade e realização pessoal, mediante o trabalho, aceitando se submeter às brutalidades do mundo do trabalho, única e exclusivamente por causa do salário e/ou da promessa ilusória de um futuro feliz. Dessa forma, pode-se afirmar que, em geral, a educação tem um papel essencial na manutenção da sociedade capitalista, que é o da perpetuação da exploração do trabalhador pelo capitalista, facilitando os processos de acumulação do próprio capital, às custas da exploração e conseqüente desrealização do trabalhador pelo trabalho. (COMERLATTO, 2014, p. 8).

Assim sendo, o Conviva não só vem atuando para a disseminação de receitas mágicas proferidas pelo setor privado empresarial para a supostamente elevar a qualidade da formação de professores e gestores e da educação de um modo geral, como um verdadeiro serviço prestado a clientes (COMERLATTO, 2014, p. 17), como também contribui efetivamente para a privatização da gestão educacional na medida em que desempenha um papel de ponte para que essas instituições determinem o que é qualidade e como devem ocorrer processos extremamente importantes para a organização das SMEs e das escolas nos municípios brasileiros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo emergiu inicialmente com o intuito de discutir e refletir sobre as relações de parceria da UNDIME com o setor privado empresarial e de que forma isso repercutia nas SMEs brasileiras. No entanto, ao decorrer da pesquisa identificamos que a UNDIME junto a outros parceiros criou como meio de “apoio” a gestão das secretarias a plataforma Conviva Educação. A partir disso, vimos à relevância e a necessidade de abordar não só a associação, mas também a plataforma e a forma na qual elas interferem sobre a educação municipal nacional, essencialmente no que se refere a organização da gestão e a formação continuada de professores municipais. Partindo disso, o objetivo dessa dissertação foi de investigar como a UNDIME estrutura a plataforma Conviva Educação para exercer influência sobre a organização do sistema educacional das Secretarias Municipais de Educação brasileiras. Logo de início, já ficou evidente a intensa presença da UNDIME por meio do Conviva dentro das SMEs, com números significativos de secretarias cadastradas e de acessos mensais aos conteúdos ali divulgados. Porém apesar dessa grande incidência da plataforma, não existe no campo bibliográfico muitos estudos que tratem especificamente do Conviva Educação, o que nos levou a considerar ainda mais importante dialogar sobre esse tema. Além disso, os estudos encontrados que tratam sobre UNDIME em sua grande maioria abordam apenas a inserção da associação frente a temas relacionados a educação, neutralizando os aspectos ideológicos da instituição.

Não é de hoje que o setor privado empresarial viu nas instituições públicas de ensino um caminho extremamente significativo para impor seus ideais, de modo a atuar desde muito cedo na formação dos sujeitos que perpassam por este campo. A escola é vista por esses grupos como uma das principais formas de formação de consenso, consenso esse que vai ao encontro da lógica capitalista. Ou seja, formar para o mercado e para atender as demandas do capital. Dado isso, podemos inferir que esses grupos privados de hegemonia buscam todos os meios possíveis para adentrarem os sistemas de ensino público, e, é a partir dessa concepção, que a UNDIME assim como a plataforma Conviva Educação desempenham um importante papel frente a essas instituições privadas empresariais, que é o de levar a ideologia desses grupos

para dentro dos sistemas de ensino municipais em todo o país. Assim sendo, podemos dizer que a UNDIME é uma instituição que agrega secretários municipais de educação, que são representantes de um conjunto da sociedade que devem realizar um trabalho alinhado com os princípios do serviço público, mas que tem como fomento o setor privado empresarial e que com isso contribui com algo que já vem acontecendo há muito tempo no país, que é a naturalização do setor privado empresarial no setor público.

Este estudo demonstrou que no que pese o fato da associação não atuar diretamente dentro da escola, ela incide em um campo que é a base para qualquer organização do trabalho docente, que é a gestão da educação. É a partir da gestão que todo o restante do trabalho educacional vai se desenhando, sendo, portanto, um campo primordial para a formação de indivíduos. Não é a toa que mesmo já estabelecendo uma forte parceria com a UNDIME, essas instituições de ensino criaram junto à associação, a plataforma Conviva Educação.

O ambiente virtual que se apresenta como uma ferramenta de apoio ao trabalho dos Dirigentes Municipais de Educação e das equipes técnicas das SMEs demonstra estar mais centrado no direcionamento e controle dos processos que ocorrem nas secretarias do que de fato propiciar um apoio ao trabalho exercido nessas instituições, e este estudo demonstrou isso por diversos motivos. O principal deles está centrado na ligação direta que grupos privados empresariais possuem com a plataforma.

Verificamos que grande parte das ações do Conviva Educação têm por trás múltiplos elementos que vão muito além da aparência daquilo que ela apresenta. As ferramentas ali presentes ilustram isso. Quando nos deparamos com a análise das diversas ferramentas disponibilizadas pelo Conviva, precisamos ir muito além do que estava exposto para fazermos uma avaliação mais crítica sobre a plataforma, até porque em um primeiro momento, mesmo aqueles que comumente já possuem um olhar mais atento a tudo que é posto, podem se deixar levar pela abrangência do que é apresentado. Outrossim, o Conviva apresenta uma série de recursos que buscam de acordo com a plataforma agilizar e facilitar o trabalho do DME, o que se torna muito preocupante considerando que os sujeitos que ocupam esse cargo, muitas vezes sequer fazem parte do campo educacional (o que possivelmente os

tornam mais suscetíveis a soluções fáceis que geralmente são advindas do setor privado empresarial).

O estudo demonstrou a amplitude da plataforma, que abrange o sistema educacional como um todo, ao passo que opera em documentos que vão desde o Plano Municipal de Educação, até questões administrativas das escolas, isto é, todos os setores da educação estão sendo pensados pelo Conviva. A grande questão aqui, não está centrada no fato de existir uma plataforma que auxilie o trabalho executado nas SMEs, mas sim em quem está por trás dessas ações.

A análise realizada no Conviva nos propiciou compreender que no encaixe das ações da plataforma, incluindo as ferramentas disponibilizadas, assim como as ações formativas (cursos, videoconferências, notícias, artigos), há uma constata participação de grupos privados empresariais, essencialmente aqueles que estabelecem parceria com a plataforma. O que para nós não gera nenhuma estranheza ao passo que a plataforma foi por muitos anos gerida pelo Instituto Natura e hoje se encontra sob gerenciamento da Fundação Itaú.

O setor privado empresarial viu no Conviva Educação um meio de chegar a todas as esferas que compõe a organização da educação municipal, que através das ferramentas disponibilizadas na plataforma, detém de um intenso controle sobre absolutamente todos os dados das secretarias e escolas cadastradas. Não é à toa que nenhuma área da gestão passa despercebida pelo Conviva, muito pelo contrário, entendemos que toda essa articulação foi projetada com o intuito de obter de fato esses dados, mas não exatamente para auxiliar no trabalho das secretarias, e sim para fornecer dados relevantes da educação para que cada vez mais esses grupos possam incidir com suas formações dentro dos municípios.

A pesquisa demonstra que além da questão do controle através das ferramentas disponibilizadas pelo conviva, há também uma tentativa de padronização da organização da gestão educacional, que se limita ao preenchimento do que está dentro da plataforma. No entanto, aquilo que é posto nesses formulários não parecem serem discutidos em momento algum, pelo contrário, o que fica expresso é uma série de treinamentos que são ofertados para que os DME e equipes técnicas das secretarias possam aprender a preencher as ferramentas do Conviva. A exemplo disso, temos a *Navegação Guiada* e o *Guia de Uso* do Conviva. É nítida a intensão de apresentar a

plataforma como um meio ideal de organização do trabalho nas SMEs, onde aparentemente, seguindo-se um guia de uso, com um passo a passo de como devem ocorrer todos os processos de gestão, o sucesso será garantido. Nesse contexto os usuários da plataforma se limitam apenas ao preenchimento de dados.

Toda essa falta de participação, todo esse engessamento das áreas da gestão educacional no âmbito municipal que estão presentes na plataforma Conviva Educação, contribuem significativamente para grandes perdas na democratização da educação, uma vez que coloca processos tão importantes e que possuem uma significativa influência sobre a formação gestores educacionais e professores, sob controle do setor privado empresarial.

Podemos dizer que existe até mesmo uma desvalorização dos trabalhadores da educação, e não só de professores, mas de outros profissionais que atuam nesse campo, como por exemplo nutricionistas, ao nos depararmos com ferramentas que se apresentam como facilitadoras desses processos, como é o caso da ferramenta de *Cardápio*, que é apresentada como “precisa e rápida” através do vídeo de *navegação guiada* disponibilizado na plataforma.

Com relação às questões formativas presentes na plataforma, ficou evidente que todo o material ali posto e divulgado trata-se de um meio de formação. Portanto, considerando a grande divulgação de materiais do setor privado empresarial presentes na plataforma, podemos inferir que além de colocar processos extremamente importantes para a organização da educação municipal nas mãos desses grupos, o Conviva também atua sobre uma frente formativa que vai ao encontro da lógica dessas instituições, ao passo que permite que elas cheguem até os gestores e professores municipais através de cursos, notícias, artigos e textos que estão minados de preceitos desses grupos. Através da análise dos cursos de formações percebemos um volume muito grande daquelas ofertadas pelo setor privado empresarial, deste modo, a plataforma oportuniza a permeabilidade dos municípios cadastrados para que recebam essas formações, aonde o privado, mais uma vez, vem intervindo e definindo, o que é ideal para os rumos da educação pública.

Outro ponto que torna ainda mais preocupante todas essas formações, está centrado no fato do Conviva ter adquirido um grau de confiabilidade muito grande com os Dirigentes e equipes técnicas dos municípios cadastrados na

plataforma, colocando o que é posto ali como o ideal a ser seguido, e mais, como algo que se seguido tal como contribui significativamente com o aumento da qualidade da educação no âmbito municipal.

Assim sendo, notamos que ao mesmo tempo em que esses sujeitos se utilizam da plataforma acabam também por se tornarem reféns dela. Toda essa facilitação e agilidade na qual o Conviva diz propiciar, associada a todos esses materiais que chegam até as redes municipais de ensino e a confiabilidade na qual a plataforma vem criando, resultam na retirada da autonomia do trabalho de educadores que se vêm completamente envolvidos por esse ambiente virtual. Assim sendo, o Conviva vem contribuindo para um processo de plataformização da gestão da educação municipal no país, onde seguimentos educacionais extremamente importantes para a democratização da educação que estão intrínsecos a gestão educacional, deixam de serem discutidos por todos e passam a ser elaborados e entregues por uma plataforma que gerencia todas as ações educacionais inerentes a organização da escola.

Neste caso podemos inferir que a gestão educacional das redes municipais de educação cadastradas no Conviva vêm sendo alienadas a essa plataforma, indo de encontro a princípios democráticos que visam a participação de toda a comunidade escolar, que com o tempo acabam deixando de expor suas opiniões, posicionamentos e perspectivas educacionais, porque todas essas pautas já foram pensadas elaboradas por uma plataforma que vem definindo o conteúdo da gestão educacional municipal brasileira.

Aquilo que UNDIME e o Conviva apresentam como um ambiente virtual de apoio ao trabalho executado no interior das SMEs brasileiras demonstrou ser, neste estudo, muito mais uma ponte de ligação direta para que o setor privado mercantil leve até as secretarias, sistemas de organização que atendam aos interesses de grupos privados e ações formativas que visam à formação de um consenso que tem seu fim na manutenção de um sistema que não tem interesse em formar indivíduos críticos, reflexivos e emancipados, para que deste modo não haja questionamentos e enfrentamentos sobre a realidade que lhes é posta, preservando assim a hegemonia de uma classe sobre a outra.

Portanto, retomando a questão inicial que embasou esta pesquisa, verificamos que a UNDIME constituiu o Conviva Educação como uma plataforma que serve como porta de entrada para que o setor privado empresarial adentre

as SMEs brasileiras e divulgue seus interesses para o campo educacional, seja através de documentos, notícias e materiais que se apresentam no formato de recomendações e guias ou da determinação de um passo a passo de como as SMEs, gestores e professores devem agir através de ferramentas padronizadas, seja por meio de cursos de formação continuada que são ofertados por iniciativas privadas empresariais ou em parceria com elas. A grande questão é que plataforma opera sobre todas as áreas da gestão educacional nos municípios, e apresenta, através das suas ações, mecanismos alinhados aos interesses do setor privado mercantil.

Diante das discussões realizadas ao longo desta dissertação, inferimos que uma plataforma criada e direcionada por instituições privadas empresariais e com o apoio de tantas outras, provavelmente tenha suas ações pautadas nos interesses desses grupos, o que se torna extremamente preocupante na medida em que o Conviva incide sobre áreas indispensáveis para a organização da educação municipal, além de possuir um número bastante expressivo de secretarias cadastradas que não só utilizam-se das ferramentas disponibilizadas como também acessam os demais conteúdos divulgados. Portanto, vemos que campos fundamentais para a formação dos indivíduos que perpassam o âmbito escolar, que é a gestão e a formação continuada de educadores, está cada vez mais sendo invadida pelo grande empresariado, e a UNDIME, essencialmente através do Conviva, viabiliza que isso ocorra sobre o pretexto de apoio a organização das redes municipais de ensino.

No entanto, é importante destacarmos que no que pese o fato de a UNDIME demonstrar ser uma organização que vem desenvolvendo suas ações em consonância com o setor privado empresarial, ela não deixa de ser uma associação que congrega secretários municipais de educação em nível nacional, e portanto, reconhecemos que pode existir por dentro da sua estrutura posições antagônicas, divergentes e até mesmo a constituição de resistências quanto a esse alinhamento da associação com os preceitos do setor privado empresarial.

Por fim, esta pesquisa além de discutir e trazer à tona uma reflexão sobre como essas organizações operam nos municípios brasileiros, buscou também propiciar uma série de elementos – essencialmente sobre o Conviva Educação – que possibilitem, muito além de informações sobre a plataforma, materiais que possam contribuir com outras tantas pesquisas futuras, considerando que não

há como esgotar absolutamente toda a gama de informações presentes nas ações e no ambiente virtual do Conviva Educação.

REFERÊNCIAS

A FUNDAÇÃO. **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal**. Disponível em: <<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/>> Acesso em: 5 de ago. de 2020.

ADMINISTRATIVA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/2> Acesso em: 8 de jun. de 2020.

ADRIÃO, T. **Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>> Acesso em 10 de nov. de 2019.

AGENDA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/calendar/events>> Acesso em: 12 de jun. de 2020.

AGIR EM REGIME DE COLABORAÇÃO E FORTALECER A EDUCAÇÃO. **Conviva Educação**, 2019. Disponível em <[https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/1912 Conviva 2019](https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/1912_Conviva_2019)> Acesso em 23 de out. de 2020.

AGUIAR, A. da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo conselho nacional de educação mediante pedido de vista e declarações de votos. *In*: AGUIAR, Márcia Angela da S; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. ANPAE. Recife, 2018. p. 8-22.

AGUIAR, M. A. da S; DOURADO, L. F (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. ANPAE. Recife, 2018. E-book (59 p.). ISBN: 978-85-87987-13-6. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>> Acesso em: 23 de jun. de 2020.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/2> Acesso em: 8 de jun. de 2020.

ALVES, N. Pne, Base Nacional Comum Curricular (Bncc) E Os Cotidianos Das Escolas: Relações Possíveis? *In*: AGUIAR, Márcia Angela da S; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. ANPAE. Recife, 2018. p. 44-48.

ARQUIVOS DA SECRETÁRIA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/library#municipal>> Acesso em: 12 de jun. de 2020.

AVISO de privacidade Conviva Educação. **Conviva Educação**, 8 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://convivaeducacao.org.br/terms>>. Acesso em: 9 de jul. de 2021.

AVISO de Privacidade Plataforma Conviva. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://convivaeducacao.org.br/terms>>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

BIBLIOTECA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/library#conviva>> Acesso em: 8 de jun. de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 12 de out. de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Todas as Notícias**. MEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/47111-mec-entrega-base-ao-conselho-nacional-de-educacao>> Acesso em: 12 de out. de 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 21 de maio de 2020.

CALENDÁRIOS ESCOLARES. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/school_calendars> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

CAMPOS de experiências na educação infantil. **Conviva Educação**, 2019. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/1330%202019>. Acesso em: 13 de fev. de 2021.

CARDÁPIO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/fae>> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

CASIMIRO, F. H. C. **A tragédia e a farsa a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CONFIGURAÇÕES. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/settings>> Acesso em: 15 de jun. de 2020.

CONHEÇA o projeto Educação Empreendedora. **Conviva Educação**, 2021. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/3100>. Acesso em: 26 de out. de 2021.

CONTRATOS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/contracts>> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

CONVÊNIOS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/convenants>> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

CONVIVA EDUCAÇÃO CRIA PÁGINA VOLTADA PARA O COMBATE AO CORONAVÍRUS. **UNDIME**, 19 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/19-03-2020-14-50-conviva-educacao-cria-pagina-voltada-para-o-combate-ao-coronavirus>>. Acesso em: 5 de set. de 2020.

CÓSSIO, M. F. Base Comum Nacional: Uma Discussão Para Além Do Currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21669>> Acesso em 17 de out. de 2019.

COSTA, V. S. S. da. **Base Nacional Comum Curricular como política de regulação do currículo, da dimensão global ao local: o que pensam os professores?**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

COUTINHO, C.N. (org.). O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. In: GRAMSCI, A. **1891-1937 G773a** - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

CRESCIMENTO do Conviva e das secretarias de educação em 2018. **Conviva Educação**, 14 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www.convivaeducacao.org.br/fique_atento/1248%20conviva%202018>. Acesso em: 26 de jul. de 2021.

CURSOS a distância e gratuitos para profissionais da educação. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/2273>. Acesso em: 24 de set. de 2020.

CURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://ead.convivaeducacao.org.br/mod/data/view.php?id=35>> Acesso em: 24 de jun. de 2020.

CURSOS DO CONVIVA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://ead.convivaeducacao.org.br/>> Acesso em: 24 de jun. de 2020.

D'AVILA, J. B. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro Oeste - Guarapuava, p. 131. 2018.

DEMOCRÁTICA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/5> Acesso em: 8 de jun. de 2020.

DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/city_diagnostics> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

DIMENSÕES do diálogo: como minimizar os impactos da pandemia de COVID-19 na aprendizagem escolar? **Conviva Educação**, 2021. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/2740>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

ESCOLAS E MATRÍCULAS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/city_schools> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

ESPAÇOS ESCOLARES. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/fve>> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

ESTOQUES. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/stocks>> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

ESTRUTURA E DOCUMENTAÇÃO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/8> Acesso em: 9 de jun. de 2020.

ESTUDANTES. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/students>> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

EXPERIÊNCIAS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/experi%C3%Aancias>> Acesso em: 24 de jun. de 2020.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo** v.8, n.14, jan/jun 2020.

FÓRUM. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/forum>> Acesso em: 24 de jun. de 2020.

FREITAS, L. C. de. **BNCC já tem até “manual do usuário”**. Blog do Freitas, 2017. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2017/08/19/bncc-ja-tem-ate-manual-do-usuario-ii/>> Acesso em: 29 de nov. de 2019.

FREITAS, L. C. de. **BNCC uma Base para o gerencialismo populista**. Blog do Freitas, 2017. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-uma-base-para-o-gerencialismo-populista/>> Acesso em: 12 de dez. de 2019.

FREITAS, L. C. de. **BNCC: conservadores vão ao congresso**. Blog do Freitas, 2016. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2016/06/04/bncc-conservadores-vaao-congresso-i/>> Acesso em: 15 de dez. de 2019.

FREITAS, L. C. de. **Capex, Consed e Undime: unidos no equívoco**. Blog do Freitas, 2018. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2018/08/21/capes-consed-e-undime-unidos-no-equivoco/>> Acesso em: 29 de nov. de 2019.

FREITAS, L. C. de. **Crítica do Empreendedorismo**. Blog do Freitas, 2020. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2020/09/27/critica-do-empresendedorismo/>> Acesso em: 13 de jan. de 2021.

FREITAS, L. C. de. **EAD, tecnologias e finalidades da educação**. Blog do Freitas, 2020. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2020/04/17/ead-tecnologias-e-finalidades-da-educacao/>> Acesso em: 26 de set. de 2020.

GALERIA DE VÍDEOS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://convivaeducacao.org.br/galeria>> Acesso em: 8 de jun. de 2020.

GASTOS COM ALIMENTAÇÃO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/alimentation_expenses> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

GASTOS COM TRANSPORTE. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/transport_expenses> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

GESTÃO DE PESSOAS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/3> Acesso em: 9 de jun. de 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 5. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 6. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

HÁ 5 anos, nascia o Conviva Educação. **Conviva Educação**, 7 de fev. de 2018. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/504%20conviva%202018>. Acesso em: 26 de jul. de 2021.

IDICADORES EDUCACIONAIS DADOS DO CONVIVA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/indicators/platform_data> Acesso em: 24 de jun. de 2020.

IDICADORES EDUCACIONAIS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/indicators/schools>> Acesso em: 24 de jun. de 2020.

IDICADORES EDUCACIONAIS VISÃO GERAL. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/indicators>> Acesso em: 24 de jun. de 2020.

IMPORTAÇÃO DOS DADOS DO EDUCACENSO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/educacenso/importers>> Acesso em: 15 de jun. de 2020.

INFRAESTRUTURA DOS PRÉDIOS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/school_units> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Instituto Ayrton Senna**, 2020. Página Inicial. Disponível em <<https://www.ayrtonsenna.com.br/>> Acesso em 10 de ago. de 2020.

ITAÚ. **Itaú Social**, 2020. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/>> Acesso em: 5 de ago. de 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MEMORIAL DE GESTÃO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/10> Acesso em: 9 de jun. de 2020.

MEMORIAL DE GESTÃO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/memorials>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

MENDONÇA, E. F. PNE e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): impactos na gestão da educação e da escola. *In*: AGUIAR, Márcia Angela da S; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. ANPAE. Recife, 2018. p. 34-37.

MINHA EQUIPE. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/users>> Acesso em: 15 de jun. de 2020.

MINHA SECRETARIA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/secretarias>> Acesso em: 15 de jun. de 2020.

MINHAS EXPORTAÇÕES. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/secretarias>> Acesso em: 15 de jun. de 2020.

NATURA. **Instituto Natura**, 2020. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.institutonatura.org/>> Acesso em: 5 de ago. de 2020.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. *In*: MOLINA NETO, Vicente; TRIVIÑOS, Augusto N.S. (org.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, Sulina, 1999. p.61-93.

NOSSA HISTÓRIA. **Fundação Vitor Civita**, 2020. Disponível em: <<https://fvc.org.br/especiais/fvc-nossa-historia/>> Acesso em: 8 de ago. de 2020.
NOSSA HISTÓRIA. **Instituto Natura**, 2020. Disponível em: <<https://www.natura.com.br/a-natura/nossa-historia>> Acesso em: 5 de ago. de 2020.

NOSSAS ATITUDES. **Itaú Social**, 2020. Disponível em: <<https://www.italu.com.br/institucional/sobre-o-italu/nossas-atitudes/>> Acesso em: 5 de ago. de 2020.

O QUE FAZEMOS. **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal**. Disponível em: <<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/#conselho>> Acesso em: 5 de ago. de 2020.

O QUE FAZEMOS. **Instituto Votorotim**, 2020. Disponível em: <<https://www.votorantim.com.br/sobre/>> Acesso em: 7 de ago. de 2020.

ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/1> Acesso em: 9 de jun. de 2020.

ORGANIZAÇÃO DA REDE. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/municipal_areas/map> Acesso em: 20 de jun. de 2020

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução a crítica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, V. H. Entrevista com Vitor Paro, professor da Faculdade de Educação da USP. Entrevista concedida a Ocimara Balmant. **Revista Gestão Escolar**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/387/entrevista-com-vitor-paro-professor-da-faculdade-de-educacao-da-usp>> Acesso em: 25 de setembro de 2020.

PERMISSÕES DAS FERRAMENTAS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/user_tools> Acesso em: 17 de jun. de 2020.

PERONI, V. M. V. **Implicações da relação Público-Privada para a Democratização da Educação. Tese (Doutorado em Educação)** – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 161. 2015.

PERONI, V. M. V.; SCHEIBE, L. **Privatização da e na educação: projetos societários em disputa**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.11, n. 21, p. 387-392, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 17 de out. de 2020.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. **Revista Movimento**, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32611/18746>> Acesso em: 23 de ago. de 2019.

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf> Acesso em: 03 de set. de 2019.

PERONI, V. M. V; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação: Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, 2015. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/584/658>> Acesso em: 20 de out. de 2018.

PERONI, V. M. V; CAETANO, M. R.; LIMA, P. de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>> Acesso em: 10 de nov. de 2019.

PLANEJAMENTO ANUAL. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/annual_agendas/68747> Acesso em: 17 de jun. de 2020.

PLANO DE AÇÃO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/action_plans> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/pme/monitoring>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

PME. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/1> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO. **Instituto Natura**, 2020. Disponível em: <<https://www.institutonatura.org.br/producao-de-conhecimento/>> Acesso em: 5 de ago. de 2020.

PROFISSIONAIS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/professionals>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

PROGRAMAS E PROJETOS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/projects>> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

PUBLICAÇÃO minimiza os impactos da pandemia de covid-19. **Conviva Educação**, 2021. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/2740>. Acesso em: 23 de set. 2021.

QUEM SOMOS. **Fundação Roberto Marinho**, 2020. Disponível em: <<https://www.frm.org.br/a-fundacao/quem-somos>> Acesso em: 8 de ago. de 2020.

QUEM SOMOS. **Fundação SM Brasil**, 2020. Disponível em: <<http://www.fundacaosmbrasil.org/fundacao/#quem-somos>> Acesso em: 8 de ago. de 2020.

QUEM SOMOS. **Movimento Pela Base Nacional Comum Curricular**, 2020. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

QUEM SOMOS. **Profuturo**, 2020. Disponível em: <<https://profuturo.education/pt/quem-somos/>> Acesso em: 8 de ago. de 2020.

RECEITAS E DESPESAS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/fgo>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

REDE DE COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL EM EDUCAÇÃO. Rede De Colaboração Intermunicipal Em Educação, 2020. Página Inicial. Disponível em: <<http://www.redeintermunicipaledu.com.br/>> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

REGIME DE COLABORAÇÃO. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/11> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

RELACIONAMENTO ENTRE SME E ESCOLAS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/12> Acesso em: 12 de jun. de 2020.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_21_2017.pdf> Acesso em: 02 de dez. de 2019.

ROTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/routes>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

SEBRAE oferece cursos a distância de educação empreendedora. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://www.convivaeducacao.org.br/fique_atento/2272#:~:text=Como%20forma%20de%20propiciar%20a,disponibiliza%20gratuitamente%20em%20seu%20portal>. Acesso em: 24 de out. de 2020.

SECRETARIAS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/secretarias>> Acesso em 24 de jun. de 2020.

SILVA, T. C. **A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOBRE NÓS. **Porticus**, 2020. Disponível em: <<https://www.porticus.com/en/about-us/>> Acesso em: 7 de ago. de 2020.

SOMOS O TODOS. **Todos Pela Educação**, 2020. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/#o-todos-pela-educacao>> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

TOKARNIA, M. MEC retira o termo “orientação sexual” da versão final da Base Nacional Comum Curricular. **Agencia Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>> Acesso em: 15 de nov. de 2019.

TRANSPORTE ESCOLAR. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/theme_managements/12> Acesso em: 12 de jun. de 2020.

UNDIME, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Entenda o que muda com o novo currículo do ensino público brasileiro**. UNDIME, 2015. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/25-09-2015-14-15-entenda-o-que-muda-com-o-novo-curriculo-do-ensino-publico-brasileiro>> Acesso em: 26 de out. de 2018.

UNDIME, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Guia traz orientações sobre formação de professores e reelaboração dos PPP's**. UNDIME, 2019. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/17-12-2019-17-21-guia-traz-orientacoes-sobre-formacao-de-professores-e-reelaboracao-dos-ppps>> Acesso em: 05 de jan. de 2020.

UNDIME, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Guia para preparar os municípios para a Base Nacional Comum Curricular**. UNDIME, 2017. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/25-09-2017-12-58-um-guia-para-preparar-os-municipios-para-a-base-nacional-comum-curricular>> Acesso em: 05 de jan. de 2020.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas Para Infância, 2020. Página Inicial. Disponível em: <UNICEF: <https://www.unicef.org/brazil/educacao>> Acesso em: 5 de ago. de 2020.

VAMOS FALAR DE GESTÃO EDUCACIONAL? CONHEÇA A RAE E O CONVIVA EDUCAÇÃO. **Instituto Natura**, 12 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://www.institutonatura.org/vamos-falar-de-gestao-educacional-conheca-rae-e-o-conviva-educacao/>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

VEÍCULOS. **Conviva Educação**, 2020. Disponível em: <<https://demo.convivaeducacao.org.br/platform/tools/vehicles>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

VEIGA, J. M. **Base Nacional Comum: currículo para a educação básica em disputa**. Anped, 2015. Disponível em: <<http://anped.org.br/news/base-nacional-comum-curriculo-para-educacao-basica-em-disputa>> Acesso em: 24 de out. de 2018.

VIEGAS, E. R. S. **O mercado da formação continuada de professores no Brasil: A presença do empresariamento social privado**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

ZUFFO, S.; MOURA, E. P. G. de. **Educação e Democracia: um olhar sobre a gestão dos diretores das escolas públicas municipais de Novo Hamburgo/RS**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, XV. **Anais [...]** Novo Hamburgo, 2016. Disponível em: <<https://www.feevale.br/hotsites/seminario->

internacional-de-educacao/edicoes-anteriores/2016>. Acesso em: 20 de abr. de 2021.